

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

KÁTIA BELAN SILVA

UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE EM DUAS ESCOLAS
PÚBLICAS EM VILA VELHA (ES): DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO
ENSINO FUNDAMENTAL

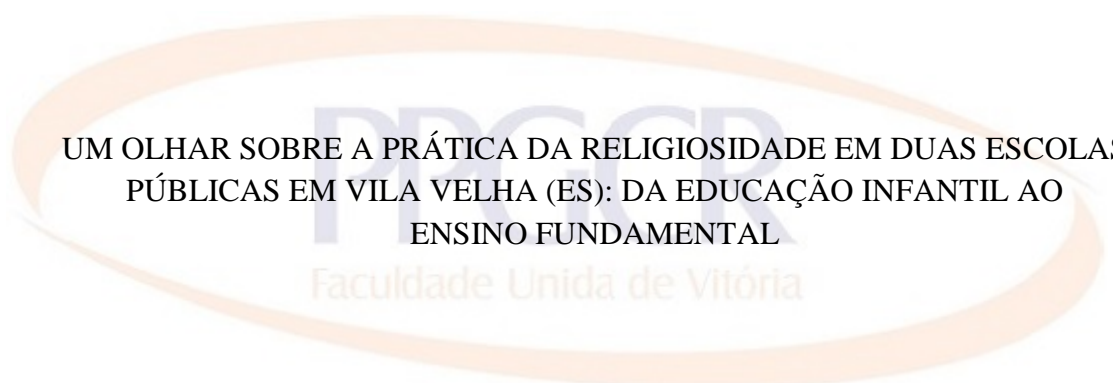
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 12/11/2018.

VITÓRIA
2018

KÁTIA BELAN SILVA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 12/11/2018.



UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE EM DUAS ESCOLAS
PÚBLICAS EM VILA VELHA (ES): DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO
ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho final de
Mestrado profissional
Para obtenção de grau de
Mestra em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientador: Dr. Valdir Stephanini

Vitória-ES
2018

Silva, Kátia Belan

Um olhar sobre a prática da religiosidade em duas escolas públicas em Vila Velha (ES): da educação infantil ao ensino fundamental / Kátia Belan Silva. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2018. x, 102 f. ; 31 cm.

Orientador: Valdir Stephanini

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2018.

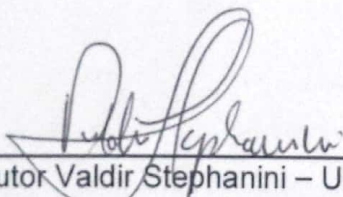
Referências bibliográficas: f. 97-102

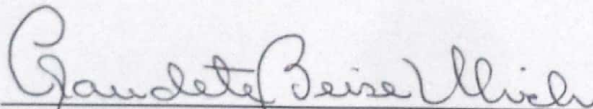
1. Ciências das religiões. 2. Religião e Esfera Pública. 3. Festas religiosas cristãs. 4. Educação infantil. 5. Ensino religioso. 6. Ensino Fundamental. 7. Expressões religiosas. - Tese. I. Kátia Belan Silva. II. Faculdade Unida de Vitória, 2018. III. Título.

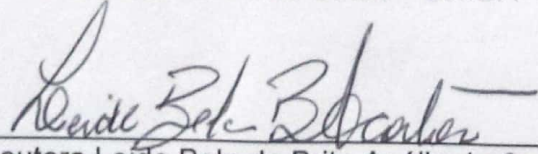
KÁTIA BELAN SILVA

UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE EM DUAS ESCOLAS
PÚBLICAS EM VILA VELHA (ES): DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO
ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação para obtenção do grau
de Mestre em Ciências das
Religiões no Programa de Mestrado
Profissional em Ciências das
Religiões da Faculdade Unida de
Vitória.


Doutor Valdir Stephanini – UNIDA (presidente)


Doutora Claudete Beise Ulrich – UNIDA


Doutora Leide Bela de Brito Anália da Costa

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido Deus, que me oportunizou toda a sustentação para a conclusão deste mestrado. A Ele, que tem cuidado da minha vida com as constantes manifestações do Seu amor, da Sua graça. A Ele rendo todo o louvor, toda a honra e toda a glória; à minha mãe maravilhosa, Shirley Heringer Bellan, pilar da minha vida, bálsamo da minha alma, pelo seu amor incondicional, pelo incentivo de sempre, pela motivação, pela coragem. Por ter 81 anos de vida e nunca me abandonar, com suas orações e a constante frase: “minha filha já era para ter feito esse mestrado!”; ao meu pai, José Bellan, *in memoriam*; ao meu querido esposo, Charles Alexssandro da Silva, pelo constante incentivo, pela cumplicidade e por sempre acreditar no meu potencial acadêmico e profissional; aos meus filhos, âncoras da minha vida, Lucas Belan Silva e Lara Belan Silva, motivação para seguir em frente. Lucas sempre demonstrou zelo, carinho e cuidado à sua irmã Lara, no seu período de férias, em que a mamãe estudava. A eles, minha eterna gratidão; aos meus irmãos, Sônia, Charles, Marley, Rosane, Solange, Paulo César e Taciana, por sempre acreditarem na minha capacidade. Também a eles, o meu muito obrigado; Aos meus cunhados, Sérgio, José Maria, Zé Puri, Aparecida, Edson e Márcia, por sempre contribuírem com um carinho especial por mim. Devo-lhes muito; ao Prof. Dr. Valdir Stephanini, pela direção à estrutura desta dissertação, apontando caminhos para a categoria do pluralismo religioso, indicando a luz do teórico Rubem Alves e mostrando que o estudo é motivo de felicidade e conhecimento teórico, devendo sempre estar alinhado com uma excelente dose de alegria; aos profissionais participantes da pesquisa, pelo carinho e receptividade; às escolas, pela acolhida, compreensão e contribuições no desenvolvimento deste trabalho; aos amigos da vida, Olivia, Eliane, Faby, Sabrina, Nivea, Aninha, Andressa, Maricene, Nelcilene, Elô, Denise, Márcia, Nilda, Zezé, Ida Cristina, Ilza, Simone, Thays, Luziene, Fabricia, Jane Cleide, Marinha, Lena, Pastor Breno, Bete Dondoni, Libia, Washington, Jean, Soraia, Anelia, Leandro e Volgano, pela força e apoio durante este empreendimento.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as expressões religiosas dos/as alunos/as, sua relação com o Projeto Político da Escola e as datas comemorativas cristãs, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, seja pelas festas religiosas ou nas aulas de Ensino Religioso. Este trabalho visa também apontar caminhos para o respeito da pluralidade de religiões nos ambientes escolares do município de Vila Velha, de maneira que todos os atores da comunidade escolar possam juntos ressignificar a ideia do Brasil como país plural, desafio que constitui a razão do tratamento da religião na escola. Assim, a questão-problema que se tentará responder por meio do estudo aqui proposto é: como é possível garantir ao aluno/a a expressão de sua religiosidade, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, seja nas festas religiosas, seja nas aulas de Ensino Religioso. Na Educação Infantil as crianças são inseridas nas tradições religiosas durante a vida escolar, a partir das festas, normalmente cristãs, e no Ensino Fundamental, a partir do Ensino Religioso. As formas de expressões da religiosidade apontam para uma celebração, um encontro entre crianças que reciprocamente compartilham das festividades, dos ritos e das culminâncias dos eventos. A participação ou não das crianças nesses eventos na escola em razão do calendário escolar por vezes é impedida pela visão religiosa dos familiares ou por práticas pedagógicas religiosas que se naturalizaram como violência simbólica durante muitos anos no cotidiano escolar. A fundamentação teórica conta com as contribuições de Rubem Alves, Vygotsky, Carlos Rodrigues Brandão e Pierre Bourdieu. A religiosidade inerente ao ser humano traz elementos de convicções ou tradições religiosas essenciais ao conhecimento ao possibilitar e favorecer um espaço pedagógico democrático para todos/as, contemplando a pluralidade religiosa do ambiente escolar e, sobretudo, um olhar de acolhimento que enseje uma educação de qualidade, cidadã e inclusiva. A metodologia foi a pesquisa de campo, elaborada durante cinco meses, com a aplicação de questionários entregues pela pesquisadora aos professores/as em duas escolas públicas localizadas em Vila Velha (ES). Tal pesquisa, na primeira parte, identifica sucintamente o perfil dos respondentes, mediante a técnica estatística de tabulação e análise de dados. Para a descrição, foram coletados dados dos questionários, com a obtenção de um universo de 16 respondentes da UMEI e 38 respondentes da UMEF. Já a segunda parte é apresentada por gráficos, em forma de figuras. A análise foi qualitativa e quantitativa, interpretando-se o pensamento dos autores antes mencionados e cotejando-se o que dizem com os dados colhidos em campo. Aferições finais foram obtidas com Frank Usarski, com sua apresentação de uma Ciência da Religião comprometida com a neutralidade frente ao objeto de estudo. Conclui-se, portanto, que a escola interiorize o diálogo, como ferramenta de construção da harmonia em uma ação educativa capaz de promover, junto com o/a outro/a, o respeito mútuo, unindo-se à família na sensibilização quanto ao conhecimento da vasta diversidade religiosa no país.

Palavras-chave: Festas Religiosas Cristãs. Educação Infantil. Ensino Religioso. Ensino Fundamental. Expressões Religiosas.

ABSTRACT

This research aims to analyze the students' religious expressions, their relationship with the School's Political Project and the Christian commemorative dates, both in Infant Education and Elementary Education, in religious festivals or in Religious Education classes. This work also aims to point out ways to respect the plurality of religions in the school environments of the Vila Velha municipality, so that all the actors in the school community can together resignify the idea of Brazil as a plural country, a challenge that constitutes the reason for the treatment of religion at school. Thus, the problem question that will be answered through the study proposed here is: how can it be guaranteed to the student / expression of his / her religiosity, both in Infant Education and Elementary Education, in religious festivals, and in teaching classes Religious. In Infantile Education, children are inserted into religious traditions during school life, starting from the parties, usually Christian, and in Elementary School, from Religious Teaching. The forms of expressions of religiosity point to a celebration, a meeting between children who reciprocally share the festivities, rites and culminations of events. The participation or not of the children in these events in the school due to the school calendar sometimes is impeded by the religious vision of the relatives or by religious pedagogical practices that have naturalized like symbolic violence during many years in the school routine. The theoretical basis has the contributions of Rubem Alves, Vygotsky, Carlos Rodrigues Brandão and Pierre Bourdieu. The religiosity inherent to the human being brings elements of beliefs or religious traditions essential to knowledge by enabling and favoring a democratic pedagogical space for all, contemplating the religious plurality of the school environment and, above all, a welcoming look that promotes quality education , citizen and inclusive. The methodology was the field research, elaborated during five months, with the application of questionnaires delivered by the researcher to the teachers in two public schools located in Vila Velha (ES). This research, in the first part, succinctly identifies the profile of the respondents, using the statistical technique of tabulation and data analysis. For the description, data were collected from the questionnaires, obtaining a universe of 16 UMEI respondents and 38 UMEF respondents. The second part is presented by graphs, in the form of figures. The analysis was qualitative and quantitative, interpreting the thinking of the aforementioned authors and comparing what they say with the data collected in the field. Final assessments were obtained with Frank Usarski, with his presentation of a Science of Religion committed to neutrality against the object of study. It is concluded, therefore, that the school internalize the dialogue, as a tool for building harmony in an educational action capable of promoting, with the other, mutual respect, joining the family in awareness of knowledge of the vast religious diversity in the country.

Keywords: Christian Religious Festivals. Child education. Religious education. Elementary School. Religious Expressions.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONERES – Conselho de Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNER – Parâmetro Curricular Nacional de Ensino Religioso

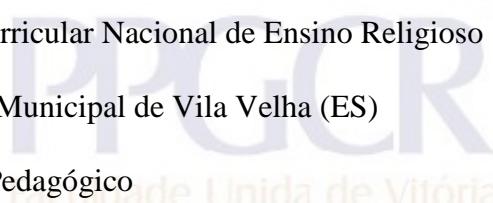
PMVV-ES – Prefeitura Municipal de Vila Velha (ES)

PPP – Projeto Político-Pedagógico

RCNEIS – Referencial Curricular para a Educação Infantil

UMEFs – Unidades Municipais de Ensino Fundamental

UMEIs – Unidades Municipais de Educação Infantil



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A religiosidade está presente na prática pedagógica?	66
Figura 2 – Nas datas comemorativas religiosas, tais como Páscoa, Festa Junina e Natal, os/as alunos/as participam das atividades propostas?.....	67
Figura 3 – A escola contempla por meio das datas comemorativas religiosas a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?	68
Figura 4 – Há práticas religiosas dentro da escola?.....	71
Figura 5 – Compreende-se que há uma vasta diversidade religiosa no país?.....	72
Figura 6 – Em alguns momentos do PPP a religiosidade é apontada?.....	73
Figura 7 – A opinião dos pais sobre a religião é levada em conta na estruturação do PPP?....	75
Figura 8 - Você conhece a proposta curricular de Ensino Religioso do município?.....	76
Figura 9 – Na sua concepção, essa proposta contextualiza a religiosidade na Educação Básica?	77
Figura 10 – Há momentos de formação ou capacitação profissional sobre a religiosidade na Educação Básica?	79
Figura 11 – A religiosidade está presente em sua prática pedagógica?.....	81
Figura 12 – Nas datas comemorativas religiosas, tais como Páscoa, Festa Junina e Natal, os alunos participam das atividades propostas?.....	82
Figura 13 – A escola contempla, por meio das datas comemorativas religiosas, a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?	83
Figura 14 – Há práticas religiosas dentro da escola?.....	84
Figura 15 – Compreende-se que há uma vasta diversidade religiosa no país?.....	85
Figura 16 – Em alguns momentos do PPP a religiosidade é apontada?	86
Figura 17 – A opinião dos pais sobre a religião é levada em conta na estruturação do PPP?..	87
Figura 18 – Você conhece a proposta curricular de Ensino Religioso do município?.....	88
Figura 19 – Na sua concepção, essa proposta contextualiza a religiosidade na Educação Básica?	89
Figura 20 – Há momentos de formação ou capacitação profissional sobre a religiosidade na Educação Básica?	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EXPRESSÕES RELIGIOSAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE VILA VELHA.....	18
1.1 As expressões religiosas na escola de Educação Infantil.....	18
1.2 As expressões religiosas na escola de Ensino Fundamental.....	27
1.3 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) no que tange à religiosidade.....	35
2 A RELIGIOSIDADE INERENTE AO SER HUMANO.....	40
2.1 A religiosidade do ser humano e suas expressões no ambiente escolar.....	40
2.2 O pluralismo religioso e suas expressões no ambiente escolar.....	52
2.3 Práticas religiosas naturalizadas e violência simbólica.....	54
3 A REALIDADE DAS EXPRESSÕES RELIGIOSAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	62
3.1 Escolas pesquisadas.....	62
3.2 Entre o caminho e a realidade: Escola A.....	65
3.3 Entre o caminho e a realidade: Escola B.....	80
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

O título deste trabalho significa um olhar sobre a prática da religiosidade em duas escolas públicas em Vila Velha (ES), da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Assim, esta dissertação objetiva analisar as expressões religiosas das crianças, assim como a apresentação dessas expressões nos Projetos Políticos Pedagógicos, no calendário escolar e nas práticas pedagógicas dos docentes. O problema investigado surgiu da prática cotidiana profissional desta pesquisadora, como pedagoga da UMEF e professora regente de classe da UMEI, que convivia diariamente com essa situação. Por isso a pesquisa aqui mostrada estrutura-se sobre a questão: como é possível garantir ao aluno/a a expressão de sua religiosidade, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, seja pelas festas religiosas, seja nas aulas de Ensino Religioso?

O interesse pelo assunto surgiu quando a pesquisadora observou, ao longo da sua trajetória profissional, situações em que os/as alunos/as não participavam desses eventos nas escolas onde já é efetiva há 14 anos. No início do ano letivo, a profissional estruturava os PPPs e praticava as ações mensais de acordo com o calendário escolar enviado pela Secretaria Municipal de Educação. Dentre as várias contribuições, havia as ações pedagógicas que aludiam às atividades das datas comemorativas cristãs: Páscoa, Festa Junina e Natal. Terminado esse período de planejamento pedagógico inicial, começava o ano letivo, com a acolhida aos alunos/as no ambiente escolar. Observou-se, então, a prática religiosa naturalizada dos professores/as nas ações desenvolvidas nos dias das festividades marcadas no calendário escolar.

Foi inquietante a recusa dos/as alunos/as de participação nas festas religiosas na escola. Em uma ação pedagógica de ensaio da Festa Junina, alguns alunos/as eram proibidos de dançar: verificava-se o real desejo de participação, proibida para uns e praticada por outros/as. “As crianças se expressam de modos diferentes dos adultos e o desafio está em acreditar nas suas informações, ao invés de perguntar aos adultos o que elas pensam, ou o que supõem que elas pensam”.¹

O cerceamento da participação nas festas religiosas e nas aulas de Ensino Religioso é, por vezes, imposto pela família religiosa ou pela própria escola, ao oferecer uma única opção: a isenção da participação das festividades, o que legitima a exclusão de crianças que também

¹ GRAUE; WALSH, 2003 *apud* DELGADO, Ana Cristina Coll. A participação das crianças e suas culturas em festas comemorativas: relatos de uma pesquisa com crianças. *Interações*, n. 10, p. 58-76, 2008. p. 59. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/370/325>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

gostariam de brincar e interagir nessas atividades pedagógicas no espaço que lhes pertence por direito. A escola pública tem o dever de garantir a igualdade de todos, sem atos de discriminação e exclusão. Assim,

uma das características da esfera pública numa sociedade democrática é a de garantir a liberdade de consciência expressa pelo direito de todos de viver sua singularidade como indivíduos e como coletividade sem motivos para se colocar em situação de subordinação a outro modo de crer ou convicção distinta da que se tem. Por isso a esfera pública é entendida como o lugar regido pela lógica da cidadania, da liberdade e da justiça. Não envolve o divino nem a crença no sobrenatural ou no intangível; trata-se de uma lógica que varia de uma crença para outra. O espaço público é o lugar onde se busca que todos sejam vistos de maneira igualitária por serem considerados cidadãos, independentemente da sua crença ou não crença, é um lugar onde deve prevalecer a lógica da cidadania.²

Onde não se oferta a disciplina Ensino Religioso serão analisadas as festas religiosas na escola e a ausência das crianças nesses eventos, que constam no calendário do município de Vila Velha, descritos nos PPPs das escolas. Na UMEI pesquisada o festejo é descrito como Festa Cultural, termo que significa um disfarce da Festa Junina, para alguns familiares, que proibem as crianças de participar.

A disciplina Ensino Religioso, como componente curricular na UMEF pesquisada, que atende alunos/as do 5º ao 9º ano, deveria promover as competências gerais estabelecidas pela nova BNCC, adotando a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores do processo de observação no interior da escola, pois o/a aluno/a traz na própria identidade a sua expressão religiosa, o que requer o devido respeito, para a efetiva integração de todos/as. O trabalho de integrar o Ensino Religioso com outras disciplinas possibilita a reflexão na prática pedagógica, propiciando o trabalho coletivo de inclusão da diversidade religiosa.

A escola pública, espaço social, necessitaria cumprir o que propõe a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 – LDB, em seu artigo 33, no que diz respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, o que asseguraria bons resultados no alcance da inclusão de todos/as os/as alunos/as nas ações planejadas das festas religiosas escolares. Somente assim seria possível priorizar nesse ambiente o respeito à diversidade, ajudando a formar cidadãos mais respeitosos uns com os/as outros/as e garantindo o pluralismo democrático.

O dever da escola é de ensinar conhecimentos científicos, porém o mesmo deve se relacionar com os conhecimentos do cotidiano. Para que ambos coexistam e tornem o

² BRANCO, Jordanna Castelo; CORSINO, Patrícia. O discurso religioso em uma escola de Educação Infantil: entre o silenciamento e a discriminação. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 128-142, 2015, p. 131. Disponível em: <www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1162/440>. Acesso em: 12 set. 2018.

conhecimento científico no âmbito escolar mais fácil e prazeroso de ser estudado, sendo o professor o mediador deste conceito, envolvendo os alunos. Assim como Rubem Alves afirma, essa teoria parte do pressuposto de que os alunos percebam que o conhecimento que é adquirido nas escolas vai além do espaço da sala de aula. Entendendo que a educação não é uma ciência independente e que a escola faz parte da sociedade no geral. Agregando diversos tipos de culturas, raças e ideias tendo-os como desafios para satisfazer a todos, deixando de existir em si para si.³

Esta dissertação resulta do trabalho da pesquisa bibliográfica e de campo, iniciada em 2017, neste Mestrado em Ciências das Religiões, e visa trazer possibilidades de análise dos PPPs disponibilizados nas escolas pesquisadas. A pesquisadora é servidora efetiva como professora regente de classe da Educação Infantil e pedagoga do Ensino Fundamental. A coleta de dados foi feita por meio de questionário que foi entregue pessoalmente aos professores/as, mediante a autorização da pesquisa assinada pelos diretores das instituições. Foi possível, então, verificar os acontecimentos e expressões religiosas como se revelam nas escolas.

O aporte teórico foi provido por Rubem Alves,⁴ Vygotsky, Brandão,⁵ Bourdieu e Usarsky, como se verá mais detalhadamente adiante.

Independentemente da tradição religiosa, o/a aluno/a tem direito ao desenvolvimento pleno da cidadania, sem proselitismo, devendo ser-lhe assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, sendo a escola o espaço privilegiado para tal ação e reflexão.⁶

Outro aspecto a ser observado é a inexistência, no município de Vila Velha, de qualquer formação para professores/as da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que proponha um ensino didático-pedagógico com intervenção nas expressões religiosas no contexto escolar, especialmente nas festas religiosas propostas no calendário escolar, desestimulando a participação de todas as crianças.

Este trabalho visa também apontar caminhos que possibilitem o respeito à pluralidade de religiões nos ambientes escolares em Vila Velha, de maneira que docentes e discentes juntos possam ressignificar a ideia do Brasil como país plural, desafio que constitui a razão do trato da religião na escola. Nesse envolvimento, a linha de pesquisa Religião e Esfera Pública viabilizou a averiguação das expressões da religiosidade como de fato se revelam nas escolas.

³ GOMES, Francisco Fernandes; SCHIER, Dirlei Afonso. *Ensino religioso na formação integral*. [s.d.], p. 1-11. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/tcc_artigo_ensino_religioso_na_formacao_integral-2.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

⁴ ALVES, Rubem. *O que é religião*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁵ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O festim dos bruxos: estudos sobre a religião no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1987, p. 16.

⁶ VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2001. p. 35.

Diante dessa indagação, está inserida no escopo deste estudo a análise, na perspectiva das Ciências das Religiões, das expressões religiosas das crianças nas escolas aqui pesquisadas, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, dada a constatação do cerceamento da sua participação nas festas religiosas desde o ingresso até os anos finais. Também se pretende aqui estudar as expressões religiosas dos/as alunos/as e sua relação com o Projeto Político da Escola e as datas comemorativas.

Já os objetivos específicos são: a análise das expressões religiosas nas festas religiosas ou nas aulas de Ensino Religioso, sendo a escola pública o espaço privilegiado de valorização da identidade da criança; e a identificação, nas escolas públicas, da diversidade religiosa e suas expressões, apontando-se os possíveis caminhos do respeito ao ser humano e à sua valorização na nessa diversidade.

Para a construção do primeiro capítulo, investigaram-se as expressões religiosas das crianças nas escolas do município, com ênfase na situação da UMEI e da EMEF, e o modo como essas expressões figuram nos PPPs e no calendário. Observa-se, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental das escolas aqui pesquisadas, a participação ou não das crianças nas festas religiosas e nas aulas de Ensino Religioso. As festas religiosas presentes no calendário escolar e nos PPPs evidenciam a impossibilidade da expressão de diversas religiosidades no espaço escolar. As escolas são envolvidas no contexto histórico das datas comemorativas, percebendo-se a fragilidade da reelaboração buscada com o fim de abarcar a diversidade religiosa nesses espaços. No que tange à Educação Infantil, cumpre discorrer sobre o início do sistema nacional de ensino e o atendimento das crianças nessa modalidade, com base no tripé didático-pedagógico do processo de aprendizagem: cuidar, brincar e educar são componentes inseparáveis. Nisso a criança é definida como sujeito histórico e de direitos, e nas interações e práticas cotidianas que vivencia constrói sua identidade pessoal e coletiva, produzindo cultura. A Educação Infantil do município não oferta o Ensino Religioso. As crianças são inseridas na vida escolar pelas tradições religiosas, a partir das festas, na maioria cristãs. O Ensino Religioso, como componente curricular do Ensino Fundamental, é considerado área de conhecimento dos currículos oficiais da escola. As datas comemorativas frequentemente são datas religiosas, e influenciam sobremaneira as aulas de Ensino Religioso, que difere, como área do conhecimento, de “aula de religião”, catequese, escola bíblica ou qualquer modelo de doutrinação, de modo algum pretendendo a adesão e muito menos o proselitismo ou a propagação de determinada tradição religiosa. No trato das datas comemorativas religiosas, percebeu-se que o processo de colonização cristão continua.

Observa-se a expressão religiosa dos/as alunos/as nessas datas comemorativas por sua ausência, o que caracteriza a exclusão, dados os princípios religiosos dos familiares. Isso se mostra claramente, por exemplo, na desautorização de participação na Festa Junina ou na Festa Cultural. Buscou-se conceituar o PPP quanto à religiosidade, percebendo-o como parte de uma construção que deveria ser de toda a comunidade escolar – docentes, direção, equipe técnica, auxiliar de serviços gerais, porteiros, familiares, crianças e secretários escolares – de modo a resgatar a escola como espaço democrático. É imperioso que o diálogo seja constante, para que uma religião não prevaleça sobre as outras. No entanto, a escola carece de contextualização das datas comemorativas dentro do PPP, que deve se processar de forma reflexiva para que a ação pedagógica institucional tenha significado.

O segundo capítulo recebe aportes teóricos de Rubem Alves, ao examinar o relacionamento da religião com a imaginação por meio da linguagem. O autor afirma que a religião está mais próxima do que se deseja admitir, como um espelho a refletir o sujeito, sendo necessário esmiuçar, tanto quanto possível, o papel da religião na modernidade em meio às transformações; de Vygotsky, que percebe a criança como sujeito histórico-cultural, na perspectiva da linguagem e do pensamento conectados ao seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; de Brandão, em sua análise dos festins dos bruxos, como o autor se refere aos estudos das religiões no Brasil e às contribuições das festas folclóricas; de Bourdieu, nas práticas religiosas naturalizadas como violência simbólica; e de Usarski, nas aferições finais, com a apresentação de uma Ciência da Religião comprometida com um ideal de neutralidade frente ao seu objeto de estudo. As expressões da religiosidade apontam para uma celebração, um encontro entre as crianças, que compartilham das festividades, ritos e eventos, mas elas são por vezes impedidas pela visão religiosa dos familiares ou por práticas pedagógicas religiosas que se naturalizaram como violência simbólica por muitos anos no cotidiano escolar. Procura-se, nessas discussões, estabelecer relações de convivência democrática entre pessoas de diferentes culturas e religiões nesse ambiente destinado ao atendimento de todos os cidadãos, sem privilégios de nenhuma tradição. Da mesma forma, espera-se o acolhimento do pluralismo religioso, com igual tratamento das convicções religiosas, tendo em vista a contribuição das tradições religiosas ou convicções com a instituição educacional, potencializando as ideias e priorizando a preocupação com o ser humano no presente.

Buscou-se uma metodologia adequada à pesquisa e fez-se uma revisão bibliográfica a fim de sustentar a argumentação temática. A partir desse embasamento teórico, optou-se pela pesquisa de campo. Assim, na terceira parte do desenvolvimento, o método está alinhado à

abordagem qualitativa e quantitativa, com a aplicação dos questionários aos pesquisados. Utilizou-se da técnica estatística para tabulação e análise dos dados, e para apresentá-los em forma de figuras entre o caminho e a realidade das escolas pesquisadas da UMEI e da UMEF.

No terceiro capítulo foi apresentada a pesquisa de campo, construída para a verificação da realidade das expressões religiosas nas práticas pedagógicas naturalizadas, mostrando que dados coletados não podem maquiar o fato revelado. A pesquisa foi elaborada em duas escolas públicas do município, sendo uma escola municipal de Educação Infantil, com as turmas Infantil 4 e 5 (4 e 5 anos de idade, respectivamente) e a outra, uma escola municipal de Ensino Fundamental, com turmas de 5º ao 9º ano (com idades de 10 a 13 anos). Nas escolas pesquisadas foram resumidamente descritos os Projetos Políticos Pedagógicos para a análise das ações desenvolvidas, assim como os participantes da elaboração desse documento, com objetivos, metas, diretrizes e orientações, destacando a maneira como a equipe escolar apontou nos PPPs suas intenções e discriminando os quantitativos de recursos físicos e humanos envolvidos nesse espaço. Além disso, observou-se a existência de possíveis recortes para a valorização da diversidade religiosa. Le Goff expõe a necessidade de percepção do documento como construção, ou seja, como “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder”⁷, constituindo-o não apenas como documento, mas também como monumento.

Na pesquisa de campo aplicou-se um questionário (Anexo A) com quatro perguntas abertas e dez fechadas, considerado o mais pertinente ao entendimento da análise do problema pesquisado. A pesquisa teve início em março de 2018, com o questionário entregue pessoalmente pela pesquisadora aos professores/as, e recolhido em julho de 2018, um prazo razoável, portanto. Foi constituído de duas partes, sendo a primeira uma sucinta identificação do perfil dos respondentes. Para a sua descrição, foram coletados dados dos questionários e sua demonstração se deu com a representação por quadro de perfil.

A segunda parte do questionário apresentou quatro perguntas abertas e dez fechadas por escrito, bem como algumas justificativas de respostas, objetivando o conhecimento dos respondentes para a análise e a tabulação dos dados decorrentes do trabalho estatístico, por meio de gráficos em forma de figuras. Assim, aplicar-se-á o cálculo da frequência estatística (fi) e de porcentagem (%) na tabulação dos dados. O questionário, segundo Gil, pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões

⁷ LE GOFF, Jacques. *Histórias e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 536.

apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”⁸.

Efetivou-se a análise qualitativa e quantitativa na pesquisa, com aferições finais dos resultados com gráficos apresentados em forma de figuras entre o caminho e a realidade das escolas pesquisadas. Para que se mantivesse o anonimato, a UMEI foi identificada como Escola A e a UMEF, como Escola B. Em seguida, o pensamento dos autores consultados para o aporte teórico foi cotejado com o cenário encontrado em campo. Na aplicação da pesquisa, foram utilizados termos de apresentação enviados pela Faculdade Unida de Vitória (Anexo B), apropriados à pesquisa de campo, cuja autorização tem fins acadêmicos. Esses documentos foram assinados e carimbados pelos diretores das respectivas unidades municipais de ensino, o que possibilitou a liberação da pesquisadora para a execução do trabalho.



⁸ GIL, 2008, p. 128.

1 EXPRESSÕES RELIGIOSAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE VILA VELHA

Observa-se, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental das escolas aqui pesquisadas, a participação ou a ausência das crianças nas festas religiosas e nas aulas de Ensino Religioso. As festas religiosas demarcadas no calendário escolar e nos PPPs evidenciam a impossibilidade da expressão das diversas religiosidades no espaço escolar. As escolas são envolvidas no contexto histórico das datas comemorativas e assim se percebe a fragilidade da reelaboração das ações para abarcar a diversidade religiosa das crianças nesses espaços. Este estudo analisa o processo das expressões religiosas das crianças nas escolas do município de Vila Velha, enfatizando a situação das Unidades Municipais de Ensino Fundamental (UMEFs) e Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs), tanto quanto o lugar dessas expressões nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e no calendário escolar. Se a educação é um direito humano, consequentemente a educação de qualidade apoia todos os direitos humanos.⁹

1.1 As expressões religiosas na escola de Educação Infantil

A proposta pedagógica da Educação Infantil já preconiza desde 2008 que, em Vila Velha, o currículo para a infância respeitará a diversidade cultural e social, uma vez que se concebe a criança como ser singular constituído de suas experiências e saberes acumulados nos ambientes de convivência. Toda criança tem grande potencial de brincar, imaginar, fantasiar, desejar, observar e construir sentidos no espaço escolar.

O papel da Educação Infantil de Vila Velha estará então, voltado para as oportunidades de aprendizagem que reconheçam a (con)vivência das diversidades de raça, gênero, classe e etnia, além das relações equilibradas entre afetividade e sexualidade, o cuidado com o meio ambiente e o respeito à diversidade cultural, entre outros. Esses serão contextos cruciais a ser abordados no cotidiano da escola, mais especificamente nas atividades educativas regulares ou complementares, presentes no dia a dia e, portanto, de consideração obrigatória no ambiente educativo institucionalizado.

Na década de 1960, com o aumento da industrialização e a urbanização no país, verificou-se um grande aumento de mulheres no mercado de trabalho. Para Oliveira: “creches

⁹ MOROSINI, Marília Costa. Qualidade na educação superior: tendências do século. *Revista estudos em avaliação educacional*, v. 20, n. 43, p. 165-186, 2009, p. 172. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ae/arquivos/1487/1487.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.

e parques infantis que atendiam crianças em período integral passaram a ser cada vez mais procuradas não só por operárias e empregadas domésticas, mas também por trabalhadoras do comércio e funcionárias públicas”¹⁰.

Nesse período foi aprovada a Lei nº 4.024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pela primeira vez incluindo os jardins-de-infância no sistema de ensino. A referida lei estabelecia:

Art. 23 – A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância;
 Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativas próprias ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária.¹¹

Com a Lei nº 5.692, aprovada em 1971, também menciona a Educação Infantil, ressaltando o que já dispunha o artigo 24 da Lei nº 4.024. O parágrafo 2º do art. 19 afirma que “os sistemas valerão para as crianças de idade inferior a 7 anos que recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins-de-infância ou instituições equivalentes”¹². A Constituição Federal de 1988 garantiu pela primeira vez, na história da Educação Infantil brasileira, às crianças de 0 a 6 anos, de frequentar creches e pré-escolas. O artigo 208, inciso IV, afirma que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”¹³.

Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que veio reafirmar, no capítulo IV, artigo 54, inciso IV, o direito das crianças nessa faixa etária ao atendimento em creches e pré-escolas. Por outro lado, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, a Educação Infantil passou a fazer parte do sistema nacional de ensino, referenciando-se como a primeira etapa da educação básica, visando o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos. O título V, capítulo II, seção II do Art. 30 dessa lei determina que a Educação Infantil será oferecida em: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 4 a 6 anos de idade”¹⁴. Além disso, segundo Branco e Corsino:

¹⁰ OLIVEIRA, Solange Maria Lopes. O. A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, Maria Luiza. *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 23. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:24hMh1G->>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

¹¹ BRASIL. *Lei nº 4.204, de 20 de dezembro de 1961*. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 3 mai. 2017.

¹² BRASIL, 1961, p. 10.

¹³ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Brasília: Senado Federal, 1988.

¹⁴ BRASIL. *Lei nº. 9.394/1996*. Diretrizes e Bases de Educação Brasileira - LDB. Brasília: Ministério da Educação e Desportos, 1996, p. 23.

Compete ao Estado o oferecimento da educação às crianças pequenas-laica e democrática-capaz de formar cidadãos críticos com capacidade argumentativa e de difundir conhecimentos artísticos, culturais, científicos e tecnológicos das diferentes áreas, zelando pela convivência e pelo respeito à liberdade de crença ou não crença de culto. Era lançado o desafio de reconhecimento e convívio com a diversidade desde a Educação Infantil.¹⁵

A Lei propõe a reorganização da educação, flexibilizando o funcionamento de creches e pré-escolas, e permitindo a adoção de diferentes formas de organização e prática pedagógica que propiciem às crianças um ambiente de conhecimento tanto do mundo físico como também social, considerando o contexto social e cultural da criança inserida nessas instituições com suas especificidades. Para Oliveira:

Tal inclusão da creche no sistema de ensino requer investimentos em educação permanente e nas condições de trabalho de seus educadores. Requer ainda repensar o modelo internalizado pelos educadores sobre o que é uma instituição escolar para a faixa etária de 0 a 6 anos. Para muitos este deve aproximar-se de um modelo [antiquado, mas em muitos lugares ainda não ultrapassado] de ensino fundamental com a presença de rituais [formaturas, suspensões, lições de casa], longos períodos de imobilidade e de atenção a uma única fonte de estímulos. Mas a creche envolve novas concepções de espaço físico, nova organização de atividades e o repensar rotinas e, especialmente, modificar a relação educador-criança e a relação creche-família.¹⁶

Assim, a Educação Infantil tem a função de educar e cuidar. Educação e cuidados são entendidos como aspectos indissociáveis da educação da criança de 0 a 6 anos. Cumpre providenciar nesse espaço a inclusão das ações das crianças e o reconhecimento da diversidade expressa em costumes e valores, ofertando uma educação que favoreça o pleno desenvolvimento infantil, ao explorar todos os fatores culturais envolvidos. Segundo Bujes:

A educação Infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativos, médico, jurídico e educacional – incluídas aqui família e escola – devidamente assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não exista a partir de uma intencionalidade prévia, ela tem por finalidade o governo da infância, a fabricação do sujeito infantil.¹⁷

No que se refere às questões curriculares, em 1998 o Ministério da Educação elaborou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, integrando a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.¹⁸

¹⁵ BRANCO; CORSINO, 2015, p. 136.

¹⁶ OLIVEIRA, 2002, p. 82.

¹⁷ BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e maquinaria*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 32. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC,

O RCNEI foi um avanço naquele contexto histórico, pois apresentou soluções educativas para a superação da tradição assistencialista das creches, e ao mesmo tempo trouxe características próprias da Educação Infantil, a sua identidade, em contraste com a antecipação da escolaridade das pré-escolas.¹⁹

Outro ponto relevante é a Resolução nº 05/2009 do Conselho Nacional de Educação – CNE, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, instituindo diretrizes curriculares a ser observadas na organização de propostas pedagógicas nessa etapa da formação. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e destina-se ao atendimento de crianças de zero a seis anos (creches para crianças de zero a três anos e pré-escolas para as de quatro a seis anos). Essa distinção é feita apenas pelo critério de faixa etária.²⁰ De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. [...] É preciso que o professor tenha consciência de que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa [...].²¹

Segundo Kishimoto:

Crianças que vivem em ambientes perigosos repetem suas experiências de perigo em suas brincadeiras. Por exemplo: no Brasil, crianças que vivem nas favelas onde predomina a luta entre policiais e bandidos têm como tema preferido de suas brincadeiras esses conflitos.²²

A Educação Infantil, ao longo da história, passou por várias transformações e obteve várias conquistas que são fruto de incansáveis reivindicações de melhor qualidade do atendimento às crianças. Entretanto, as brincadeiras que já fizeram parte da vida dos adultos que hoje trabalham com essas crianças desapareceram no tempo.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à

1998, v.3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

¹⁹ BRASIL, 1998, p. 4.

²⁰ BRASIL, 1998, p. 4.

²¹ BRASIL, 1998, p. 4.

²² KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 1999, p. 45. Disponível em: <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/27856.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.²³

A brincadeira garante o desenvolvimento da criança, com atividades didático-pedagógicas planejadas. O brincar favorece a construção de novos conhecimentos, construídos no conjunto da unidade escolar. As crianças se comunicam e se expressam, por meio das diferentes linguagens, produzindo interações entre si e com o/a outro/a, além de vivenciarem distintas formas de sensações e emoções. Conforme Delgado:

As práticas do lúdico permitem ao indivíduo reconstituir, em si mesmo, o presente e o passado, a tradição de seus antepassados e o novo, projetando-se a si mesmo e ao outro, na construção aberta das possibilidades futuras. As práticas de brincar, os jogos e as manifestações do lúdico nas culturas por meio das festas, da dança, da música, das artes pictóricas e iconográficas, da construção de objetos, como os brinquedos e artefatos estão presentes ao longo da história, embora exercendo variadas funções e significados nos espaços e tempos plurais da vida nas sociedades.²⁴

Kishimoto afirma que “na idade pré-escolar, a brincadeira de faz-de-conta é a principal atividade da criança. Já na idade escolar, os jogos com regras e os esportes tornam-se mais importantes”²⁵. Estes têm papel específico no desenvolvimento, mas não são fundamentais como o faz-de-conta na idade pré-escolar. A instrução formal, culturalmente valorizada e estimulada, passa a ocupar então o papel central no desenvolvimento da criança. Cabe frisar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.²⁶

De acordo com o RCNEI, são duas propostas, que se dividem em duas partes. Uma contempla o desenvolvimento infantil, enquanto a outra se destina ao desenvolvimento de aprendizagens específicas. O Referencial Curricular demonstra que:

As capacidades de ordem física estão associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, ao autoconhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança. As capacidades de ordem cognitiva estão associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar, o uso e

²³ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, 2010, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 mai. 2017.

²⁴ DELGADO, 2008, p. 124.

²⁵ KISHIMOTO, 1999, p. 24.

²⁶ KISHIMOTO, 1999, p. 24.

apropriação de formas de representação e comunicação envolvendo resolução de problemas.²⁷

Ampliando suas opções de aprendizagem, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas. Por sua vez, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil estabeleceu os objetivos para se trabalhar com crianças de zero a três anos:

A instituição deve criar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança às crianças, garantindo oportunidades para que sejam capazes de: - Experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais, expressando seus desejos, sentimentos, vontades e desagrados, agindo com progressiva autonomia; - Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo progressivamente seus limites, suas unidades e as sensações que ele produz; - Interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à higiene; - Brincar; - Relacionar-se progressivamente com mais crianças, com seus professores e com demais profissionais da instituição, demonstrando suas necessidades e interesses.²⁸

Recentemente a legislação se modificou, com a Lei nº 11.274/2006, segundo a qual as crianças da pré-escola passaram a fazer parte do Ensino Fundamental. Dessa maneira, alunos/as com 6 anos de idade agora começam a estudar, frequentando o 1º ano do Ensino Fundamental. Por sua vez, a Educação Infantil atualmente abrange crianças de 0 a 5 anos de idade. A Educação Infantil, no contexto da Educação Básica, com a inclusão na nova BNCC, orienta a uma socialização estruturada:

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.²⁹

Esse espaço da Educação Infantil possibilita um universo compartilhado com outras crianças, composto de uma pluralidade de experiências, nas quais surgem as mais diversificadas perspectivas de aprendizagem. Aos poucos elas são socializadas no espaço escolar, na maioria das vezes, o ambiente de primeira vivência das crianças. Nisso a criança é definida como

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja,

²⁷ BRASIL, 1998, p. 26.

²⁸ BRASIL, 1998, p. 27.

²⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular - BNCC*. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 set. 2018. p. 34.

aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.³⁰

A criança, ser social pleno, na inteireza da sua vivência, nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Elas gostam de brincar e interagir com seus companheiros em momentos de ludicidades, como brincadeiras, festejos, danças e jogos. Essas interações são momentos de aprendizagens propícios para que os professores façam a mediação na segurança da participação eficaz de todos. Portanto,

o lúdico, a brincadeira, as festas, os jogos e as manifestações da ludicidade são culturais, históricas e diferem de acordo com as relações sociais e as culturas plurais existentes nas sociedades. Assim, há enorme relevância na recuperação da pluralidade de práticas e de representações sobre o lúdico, nos grupos sociais diversos, como os variados modos de festejar, celebrar e rememorar ritos e costumes, praticar e (re)criar a dança, a música, a arte visual, o artesanato, a festa e, é claro, o brincar e o brinquedo.³¹

Cuidar, brincar e educar funcionam de modo indissociável, em ações voltadas a favorecer a construção da identidade da criança. Por isso elas precisam ser potencializadas pelos/as professores/as. No dia a dia escolar, esse tripé aparece de maneira primária, por vezes fragmentado nos tempos e nas rotinas dos planejamentos pedagógicos. Alguns cuidados especiais são necessários, de modo que a prática desse conjunto seja instituída no PPP, oportunizando de maneira interligada condições de aprendizagem, cuidado e brincadeira, ao colaborem para o desenvolvimento da criança na totalidade. Pois a criança é produtora de cultura e tem o direito de participar das preparações das atividades. Assim,

por meio de uma proposta pedagógica bem fundamentada, a instituição de educação infantil deve propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que contribuam para o desenvolvimento das capacidades infantis, das relações interpessoais, favorecendo uma atitude de aceitação, respeito e confiança no outro. Além disso, precisa garantir o acesso de todas as crianças a diferentes conhecimentos e a possibilidade de expressão em linguagens as mais diversas. Em concepção mais ampla, educar-cuidar vai muito além dos procedimentos físicos, ou de atividades com propósitos de desenvolvimento cognitivo; envolve o aspecto relacional, de construção de vínculo e o de compreensão da integralidade do ser humano e o respeito à diversidade. Assim, educar-cuidar é entendido como ajudar a crescer e se desenvolver de forma ampla. Nesse sentido, cuidado e educação são faces da mesma moeda, comprometidas com a transformação do ser humano, com seu desenvolvimento global.³²

³⁰ BRASIL. 2018, p. 34.

³¹ DELGADO, 2008, p. 126.

³² BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 90. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/docman/agosto2012pdf/11283-educa-infantis-conceituais>. Acesso em: 14 set. 2018.

As escolas de Educação Infantil do município de Vila Velha desenvolvem atividades pedagógicas de forma a trabalhar os processos de aprendizagem com os/as alunos/as por meio de ações integradas e dinâmicas. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação trabalha, em sua proposta pedagógica, o próprio currículo em ação, uma construção para o futuro, porque é na escola que se define a formação.³³

Portanto, a adaptação da criança em seu ingresso na instituição de ensino é muito importante, pois nesse novo ambiente ela experimentará, de forma sistemática, situações de interação distintas das vivenciadas dentro das famílias. Sendo assim, é preciso que essa transição seja a mais harmoniosa possível, de modo que a criança se adapte à nova rotina escolar longe dos familiares, participando de rotinas culturais que vão sendo interiorizadas em seu desenvolvimento. Por conseguinte,

a escola é um dos poucos lugares, nas sociedades urbanas contemporâneas, onde as crianças têm a oportunidade de estabelecer uma rotina cultural com outras crianças, podendo criar uma cultura de pares por via de suas brincadeiras e trocas sociais. Portanto, observar as crianças na escola é também uma oportunidade de conhecer suas formas singulares de interagir, de reelaborar e de ressignificar suas ações e questões no/do mundo. Assim, ao observar as culturas de pares infantis no espaço escolar, é possível perceber as inter-relações das culturas e as recriações das crianças.³⁴

Na Educação Infantil do município de Vila Velha não há Ensino Religioso, que só é ofertado a partir do 1º ano do Ensino Fundamental. Observa-se nessa etapa uma imensa pluralidade de ações como festas religiosas, prática pedagógica do/a professor/a em cuidar das crianças, o diálogo das crianças sobre sua religião e o brincar de faz-de-conta, revelando a fantasia religiosa de seus mitos. Essas variedades apontam a presença da religiosidade nesse espaço de educação. Para Kramer:

A fim de que essa função se efetive na prática, o trabalho pedagógico precisa se orientar por uma visão das crianças como seres sociais, indivíduos que vivem em sociedade, cidadãos e cidadãs. Isso exige que levemos em consideração suas diferentes características, não só em termos de histórias de vida ou de região geográfica, mas também de classe social, etnia e sexo. Reconhecer as crianças como seres sociais que são implica não ignorar as diferenças.³⁵

³³ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA-ES (PMVV-ES). *Educação infantil*. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/setor/educacao/educacao-infantil>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

³⁴ BRANCO; CORSINO, 2015, p. 134.

³⁵ KRAMER, Sônia. A organização dos conteúdos e as metodologias de trabalho. In: KRAMER, Sonia. *Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 19.

Com a finalidade de auxiliar o delineamento de um plano de trabalho do/a professor/a da Educação Infantil, encontraram-se os temas cíclicos, “recorrentes anualmente e comemorados em datas ou períodos específicos, e que representam, em geral, certas festividades consagradas nacionalmente”³⁶. Esses temas são as atividades que constam nos PPPs e retornam todos os anos para compor um calendário anual de atividades previstas. Segundo Kramer,

os temas cíclicos originam-se de festas, eventos ou comemorações periodicamente celebradas. É possível trabalhar, então, temas tais como: Carnaval (fevereiro/março); Páscoa e Índio (abril); Dia do Trabalho e Dia das Mães (maio); São João, São Pedro, Santo Antônio (junho); Folclore, Dia dos Pais (agosto); Pátria, Primavera (setembro); Criança, Professor (outubro); Dias dos Mortos, Proclamação da República (novembro); Natal (dezembro).³⁷

É preciso muita adequação da comunidade escolar para trabalhar o conteúdo dessas datas comemorativas, presentes no calendário escolar, e quando são celebradas, como na Festa Junina, muitas crianças não participam por não receberem autorização dos familiares religiosos, o que gera desencanto. Na maioria das vezes, elas nem sabem o motivo da proibição de participar da ação. Kramer reflete sobre alguns temas cíclicos relacionados por determinada festividade cívica ou religiosa, como a Páscoa:

Podem ser mais curtos, em especial se não derivarem das experiências infantis, nem se relacionarem aos valores e costumes das famílias. Isso não significa, porém, que o adulto se mantém impassível. Muito ao contrário, é função do professor trazer situações geradoras de atividades relativas àquele tema no sentido de ampliá-lo, além de, simultaneamente, detectar – fazendo uso de sua observação constante – que o interesse por outro tema começa a se apresentar na turma.³⁸

A falta de informação aos familiares e também de muitos/as professores/as, que reflete a realidade das escolas, revela-se como pano de fundo, nas datas comemorativas religiosas, dificultando por vezes o desejo do/a aluno/a de expressar a sua mais bela identidade religiosa. Rubem Alves destaca: “A beleza não elimina a tragédia, mas a torna suportável”³⁹. O/A aluno/a pode deixar de exteriorizar suas emoções e expressões religiosas, conforme as ações pedagógicas desenvolvidas e planejadas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil do município.

³⁶ KRAMER, 1995, p. 53.

³⁷ KRAMER, 1995, p. 54.

³⁸ KRAMER, 1995, p. 61.

³⁹ ALVES, 2004, p. 19.

No entanto, a escola precisa contextualizar as datas comemorativas no Projeto Político-Pedagógico, não de forma isolada, mas reflexiva, para que a ação pedagógica institucional tenha significado, uma vez que todas as escolas públicas estão envolvidas nesse contexto histórico das datas comemorativas. Assim, é preciso reconhecer

as brincadeiras e festividades como práticas culturais, sociais e históricas, nas quais diferentes gerações partilham coletivamente momentos de alegria, devoção, dor e riso, por meio dos folguedos, jogos e ritos. Os significados são múltiplos e contraditórios, possibilitando a leitura e a interpretação das ocasiões festivas como momentos privilegiados para estudar as relações sociais, considerando classes, gêneros, etnias e formas de identidade e diferenças entre os muitos atores.⁴⁰

Nesse sentido, a passagem da criança da Educação Infantil para a fase subsequente requer muita atenção, pois ela continua a ser criança no Ensino Fundamental. A nova BNCC orienta “para que haja um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças” a fim de “evitar a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico”. Nesse propósito, todas as ações devem ser contextualizadas em práticas inclusivas de acolhimento das diferentes expressões religiosas, de modo a respeitar a diversidade e incentivar a solidariedade com o/a outro/a.

1.2 As expressões religiosas na escola de Ensino Fundamental

O Ensino Religioso, componente curricular do Ensino Fundamental, é considerado uma área de conhecimento que faz parte dos currículos oficiais da escola. O Ensino Religioso é facultativo e a sua abordagem está proposta no Parecer nº 05/1997 do CNE, na perspectiva de uma “história da religião, antropologia cultural, ética religiosa”⁴¹, procurando manter o caráter científico, o princípio da laicidade e a neutralidade do docente em relação às religiões existentes.

Na Constituição Federal de 1988, em vigor, em seu artigo 210, parágrafo 1º do Capítulo III da Ordem Social, lê-se: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”⁴²:

A inclusão desse dispositivo deu-se com uma significativa mobilização nacional resultando na segunda maior emenda, em número de assinaturas, apresentada ao

⁴⁰ SCHUELER; DELGADO; MÜLLER, 2007, p. 1.

⁴¹ BRASIL. *Parecer nº 05/1997 do CNE*. Proposta de Regulamentação da Lei 9.394/1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb005_97.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

⁴² BRASIL, 1998, p. 28.

Congresso Constituinte. Em todo o país há grandes esforços pela renovação do conceito de Ensino Religioso, da sua prática pedagógica, da definição de seus conteúdos, natureza e metodologia adequada ao universo escolar.⁴³

No dia 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a LDB nº 9.394/1996, denominada também Lei Darcy Ribeiro, que inseriu o Ensino Religioso no contexto global da educação, preconizando o respeito à diversidade cultural-religiosa do Brasil. Porém, manteve-se o Ensino Religioso como disciplina que não se reverteria em ônus para o Estado, fato causador de protestos e mudanças posteriores:

Art. 33 § 3º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter.⁴⁴

Finalmente, no dia 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.475, que alterou o artigo 33 da LDB nº 9.394/1996, retirando o termo “sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos” e dando outros dispositivos:

Art. 33 - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1 – Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º. – Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.⁴⁵

Com a Lei nº 9.475/1997, o Ensino Religioso no Brasil passa a ter as seguintes características:

A disciplina é considerada como parte integrante da formação do cidadão; a não permanência do Ensino Religioso confessional e interconfessional nas escolas públicas; a disciplina deve ser oferecida e ministrada nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental; deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil; são vedadas quaisquer formas de proselitismo. Cabe aos sistemas regionais a regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos e das normas para habilitação e admissão dos professores.⁴⁶

⁴³ FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO - FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006, p. 18.

⁴⁴ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso: aspectos legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 37.

⁴⁵ JUNQUEIRA, 2007, p. 45.

⁴⁶ CASSEB, Samir Araújo. Ensino Religioso: legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil. In: III FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO. 2009. Disponível em: <<http://www.wftl.org/pdf/038.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

A partir da Lei nº 9.475/1997, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 02/1998, estabelece que a disciplina deve ser integrada ao currículo, definindo-se os princípios norteadores e estruturas de leitura e interpretação para garantir a possibilidade de participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos.⁴⁷

A introdução do Ensino Religioso no currículo regular, conforme os PCNs do Ensino Religioso, justifica-se a partir da constatação de que, desde os primórdios da história da humanidade. O ser humano defronta-se com grandes desafios e situações-limite.⁴⁸

Com referência aos aspectos legais, a Resolução nº 18/2007 dispõe sobre o Ensino Religioso no Sistema Municipal de Ensino de Vila Velha. A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Vila Velha, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 33, com redação dada pela Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997, e o art. 175 da Constituição do Estado do Espírito Santo,⁴⁹ resolve:

Art 1º O Ensino Religioso, parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina optativa para o aluno e de oferta obrigatória, no currículo de Ensino Fundamental nos horários de aulas normais, das escolas de Educação Básica da rede pública do Sistema Municipal de Ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural-religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo. Art. 2º O Ensino Religioso, com ênfase no conhecimento, comportamento e valores humanos, visa a orientar o aluno na compreensão do fenômeno ético-religioso, presente nas diversas culturas e sistematizado por todas as tradições religiosas. Art. 3º O Ensino Religioso oferecido em todas as séries do Ensino Fundamental regular, constará da Proposta Curricular da Escola com a carga horária de uma aula semanal. Art. 4º Caberá ao Conselho de Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo (CONERES), nos termos da Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997, e do Decreto nº 1736-R, de 26 de setembro de 2006, elaborar os princípios norteadores do Ensino Religioso para as escolas públicas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Vila Velha e definir os conteúdos programáticos integrantes da proposta pedagógica.⁵⁰

No dia 8 de março de 2007, em Sessão Plenária, foi aprovada a Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997, no município de Vila Velha/ES, pela então Presidente do Conselho Municipal de Educação (CME) Anna Bernardes da Silveira Rocha, sendo homologada em 17/3/2007 pelo então Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes Roberto A. Beling Neto.⁵¹

A metodologia do Ensino Religioso deve possibilitar uma relação dialética, um fazer pedagógico dinâmico, permitindo a interação e o diálogo no processo de construção e

⁴⁷ OLIVEIRA, Lílian Blanck *et al.* *Ensino Religioso: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 17.

⁴⁸ BRASIL, 1997, p. 18-19.

⁴⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA-ES (PMVV-ES). *Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Vila Velha*. 1º ao 9º ano. 2008. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/educacao-organizacao-curricular-do-ensino-fundamental>>. Acesso em: 18 set. 2017.

⁵⁰ PMVV-ES, 2008, p. 8.

⁵¹ PMVV-ES, 2008, p. 8.

socialização do conhecimento, de maneira que professor/a e aluno/a juntos possam resignificar o conhecimento. Para tanto, sugere-se como momento metodológico um ponto de partida para a introdução do assunto a ser estudado, seguindo a observação-reflexão-informação. Segundo o FONAPER, esses momentos se interligam, numa dinâmica, num movimento constante, e portanto não são estanques e nem isolados.⁵²

No município de Vila Velha, a proposta para o Ensino Religioso fundamenta-se em princípios, tais como valores éticos, sociais, políticos e religiosos, visando integrar os/as alunos/as em seu contexto social, proporcionando uma participação efetiva, mediante temas transversais, abordando assuntos concernentes ao seu cotidiano e levando-o a questionar, discutir e opinar sobre determinados assuntos, de modo a lhes proporcionar crescimento pessoal.⁵³

O aspecto religioso propriamente dito recebe um enfoque especial de abordagem, mas é interessante ressaltar que a preocupação é de compreender e encará-lo no contexto universal, ou seja, não lhe dispensamos a visão sectarista e fechada de uma crença, de um caminho, de um pensamento direcionado, mas a nossa ideia buscará transmitir e principalmente despertar no alunado o sentimento de respeito, de amizade e de amor pelo próximo, como valores altamente positivos a serem considerados na sua formação.⁵⁴

Cumprido destacar que a dinâmica da escola no enfoque e na dimensão educacional necessária ao processo de ensino e aprendizagem precisa interligar essas ações, porque elas representam a essência e a estrutura para o sucesso almejado, constituindo uma educação de qualidade que exerça de fato a expressão da igualdade de todos/as em suas convicções, religiosas ou não.

Ao elaborar esta proposta levam-se em conta as profundas alterações operacionalizadas nos costumes das pessoas. As cidades mudaram muito as suas fachadas e as vidas dos que nelas vivem. Os valores da ética, a questão da saúde e do meio ambiente, os problemas da sexualidade, o modelo consumista, as relações do trabalho, a valorização da cultura, inclusive a local, enfim estes assuntos que fazem a vida da cidade e que movimentam as pessoas são inseridos numa abordagem transversalista dentro dos conteúdos curriculares, de modo a proporcionar ao aluno a compreensão das realidades que o rodeiam e constituem o seu cotidiano.⁵⁵

A proposta de abordagem desses temas numa visão crítica dos costumes tem como escopo tornar a escola ativa e depende muito da formação do seu quadro de pessoal, sobretudo

⁵² FONAPER, 2006, p. 8.

⁵³ PMVV-ES, 2008, p. 9.

⁵⁴ PMVV-ES, 2008, p. 51.

⁵⁵ PMVV-ES, 2008, p. 52.

do grupo dirigente e do/a professor/a, na elaboração e estruturação do assunto temático, do conteúdo, da abordagem e das estratégias utilizadas, para o alcance desses objetivos. Toda a equipe deve ter em mente o reconhecimento, o respeito e a reciprocidade no trato de outras religiões. A Proposta Educacional para o Ensino Religioso, como o próprio nome indica, é uma proposta e como tal deve ser manuseada, orientando ações de caráter pedagógico que estimulem a escola à construção de projetos significativos que embasem sua atividade prática no sentido das metas aqui propugnadas.

Não se pode esquecer e desconsiderar uma situação de caráter geográfico. A cidade de Vila Velha está situada na região metropolitana da Grande Vitória, é adjacente à capital, como igualmente outros dois municípios considerados médios quanto ao índice populacional, e por via de consequência, com professores e técnicos que atuaram e continuam atuando concomitantemente nas redes escolares destes municípios, o que, de certa forma, facilita o intercâmbio e as ações diretas das suas vivências profissionais. Esta vivência referida é ponto factível de consideração na montagem desta proposta. Com certeza existe neste modelo que se apresenta muito da experiência pessoal dos que contribuíram para elaborá-la.⁵⁶

Por fim, convém dizer que foi com a Base Nacional Comum Curricular, instrumento de ação com abrangência nacional, que se elaborou a presente proposição como documento orientador das ações praticadas nas unidades escolares, dentro da flexibilidade que deve ter toda orientação construída com tal teor. Dessa forma, as aulas de Ensino Religioso têm objetivos organizados como proposta de “tratar os conhecimentos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção”. Conforme a nova BNCC,

No Ensino Fundamental, o Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão.⁵⁷

O Calendário escolar distingue-se como documento oficial da instituição educacional, constituindo-se como ferramenta para organizar e situar as ações a ser desenvolvidas no decorrer do ano letivo, observando-se o que dispõe o §2º do artigo 23 da Lei nº 9.394/1996 – LDB. Isso posto, o que a escola tem feito para garantir a expressão religiosa das crianças nas datas comemorativas? Ao verificar as temáticas do calendário anual de atividades previstas, os/as professores/as demonstram a intenção pedagógica de suas ações com a sua turma e seu

⁵⁶ PMVV-ES, 2008, p. 52.

⁵⁷ BRASIL, 2018, p. 434.

turno de atuação. Festas cristãs também são ações planejadas no início do ano letivo. E o que são esses festejos? De acordo com Itani, citado por Schueler, Delgado e Müller:

Provenientes da Festa do Sol, as festas juninas são realizadas no solstício de verão, no Hemisfério Norte. No Brasil, elas correspondem às festas de inverno, embora nas regiões Norte e Nordeste o clima seja quente. Nestas festas, o elemento simbólico mais forte é o fogo, ao qual é atribuído, em diversas partes do mundo, um poder sagrado. Desde sua origem, havia o costume de acender fogueira – elemento central e aglutinador dessas festas. São facultadas à fogueira virtudes mágicas de purificação e de proteção contra males, doenças e maus espíritos. Essas festas pagãs do solstício de verão foram apropriadas pela Igreja Católica e deslocadas para as datas de comemoração de Santo Antônio, São João Batista e São Pedro. Embora santificadas, foram recriadas como comemoração das colheitas. A quadrilha parece ser originária dos bailes rurais franceses, por isso é chamada de *contredance française*, quando os pares dispunham-se formando a figura de quadrados. Nos países do hemisfério sul, sua influência derivou dos costumes religiosos dos portugueses e a elas foram somadas outras transformações.⁵⁸

No Brasil, acontecem no inverno, ocasião das comemorações do final da colheita, especialmente no sul do país, onde o ano agrícola termina no mês de junho. A recomposição da festividade religiosa mescla o erudito e o popular, sendo o costume de colocar produtos da colheita como o milho e o amendoim uma recriação das oferendas pagãs. As Festas Juninas são comemoradas em todo o país, nas cidades e no interior, incluindo escolas e instituições educacionais. Celebradas até mesmo por não cristãos, as Festas Juninas se configuram como momentos nos quais o sagrado e o religioso se misturam com o alegórico, “assim como estão presentes crenças mágicas sobre o fogo e a sorte conferida aos que conseguem pular a fogueira”.⁵⁹

A Lei Federal nº 9.475/1997 estabelece que o Ensino Religioso seja parte integrante da formação básica do cidadão.⁶⁰ Segundo Carneiro, “[...] a partir de 1997, o Ensino Religioso é ressignificado, passando a ser entendido como parte integrante da construção de um novo cidadão e não apenas formar ou confirmar um fiel”.⁶¹

O Ensino Religioso nas escolas públicas busca, assim, contribuir na formação de um novo cidadão e não criar um fiel ligado a determinada confissão religiosa. Cabe ao Ensino Religioso inculcar valores de respeito quanto à diversidade de crenças, pensamentos e convicções que possibilitem uma sociedade mais sã e equilibrada, posto que representam um instrumento de interação social. Conforme Lui,

⁵⁸ ITANI, 2003 *apud* SCHUELER; DELGADO; MÜLLER, 2007, p. 136.

⁵⁹ SCHUELER; DELGADO; MÜLLER, 2007, p. 136.

⁶⁰ BRASIL, 1997, p. 41.

⁶¹ CARNEIRO, Sandra Maria de Sá. Liberdade Religiosa, Proselitismo ou Ecumenismo: controvérsias acerca da (re)implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. *Anais...* Caxambu, ANPOCS, p. 2-28, 2004, p. 7.

o valor da Religião para a construção da cidadania inclui uma consideração etnocêntrica dos valores morais que o Ensino Religioso poderia transmitir e solidificar nos alunos. Etnocêntrica porque está calcada sobre valores cristãos que projetou para a totalidade das religiões. Apesar de a Lei federal e os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso vetarem o proselitismo e a doutrinação religiosa, constata-se na realidade escolar a persistência de práticas confessionais.⁶²

O Ensino Religioso Escolar vem acompanhando toda a trajetória do ensino no Brasil, “sendo compreendido ora como catequese na escola, ora como ensino da religião ou educação religiosa escolar”⁶³. A identidade do Ensino Religioso Escolar depois de 1985, ainda que profundamente marcada pela matriz judaico-cristã, já não se define mais a partir do Catolicismo. A LDB nº 9.394/1996 abre o espaço necessário para que, na elaboração do conteúdo, as diferentes religiões possam ser ouvidas. A questão vai além de uma possível ecumenicidade e aponta para “intercâmbios e diálogos permanentes que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz”, para a vivência do pluralismo.

Segundo Von, o ensino voltado para determinada religião pode constranger os/as alunos/as que não compartilham dessas ideias. O autor ressalta ainda a possibilidade de que, dependendo da maneira como forem ministradas, as “aulas de religião” podem incentivar a intolerância entre os estudantes.⁶⁴

No tocante às datas comemorativas religiosas, percebeu-se que o processo de colonização foi cristão e ainda continua, principalmente como exercício de formação da criança, na categoria de cidadã histórica e ativa na sociedade, de sua realidade social e cultural. As festas cristãs situaram-se como parte da cultura brasileira, com uma rica diversidade de danças, ritmos, músicas, movimentos e artes. “O surgimento das datas comemorativas tem relação com o estudo da História e da Arte, como uma maneira de relacionar os fatos históricos com o presente”⁶⁵.

Na celebração das festividades na escola, observa-se a expressão religiosa dos/as alunos/as nas datas comemorativas religiosas por sua ausência, tendo em vista princípios

⁶² LUI, Janayna de Alencar. *Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo*. 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2006. p. 82.

⁶³ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *O Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995, p. 7.

⁶⁴ VON, Cristina. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Peiropolis, 2003, p. 98.

⁶⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 102.

religiosos dos familiares, o que envolve relações de exclusão. A Festa Junina é um exemplo emblemático desse comportamento.

Alves relata que, para Cortella, a religião está presente em todas as sociedades e momentos da história, não se ausentando da vida da criança. “Independentemente de seguir uma religião formal ou não, todos os seres humanos têm o que chamamos de religiosidade, ou seja, um sentimento que questiona ou crê sobre forças superiores e anteriores que nos podem auxiliar, proteger, punir, apoiar ou castigar”⁶⁶.

As datas comemorativas muitas vezes são datas religiosas que influenciam sobremaneira as aulas de Ensino Religioso, diferentes de “aulas de religião”, catequese ou escola bíblica, ou ainda de qualquer modelo de doutrinação, não pressupondo a adesão e muito menos o proselitismo ou a propagação de determinada crença religiosa. Sua especificidade é a decodificação ou a análise das manifestações do sagrado, possibilitando ao professor/a o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso como fato cultural e social, bem como uma visão global de mundo e de pessoa, a fim de promover o respeito às diferenças no convívio social. Portanto:

Aprendendo a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento. Não se pode entender o que não se conhece. Assim, o conceito de conhecimento do Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados⁶⁷.

No que tange ao caso específico das datas religiosas, objeto de nossa discussão, é preciso observar que apenas datas relacionadas no cristianismo fazem parte do cotidiano escolar. Em reportagem sobre o assunto, a Revista Nova Escola lembra que dos 11 feriados nacionais, cinco tem origem no catolicismo (Páscoa, *Corpus Christi*, Nossa Senhora Aparecida, Finados e Natal). Desses, dois – Páscoa e Natal – são amplamente lembrados nas escolas. Tais datas pertencem à tradição cristã, além dos feriados regionais, como as Festas Juninas.

No Brasil existem inúmeras danças, folguedos, brincadeiras de roda e cirandas que, além do caráter de socialização que representam, trazem para a criança a possibilidade de realização de movimentos de diferentes qualidades expressivas e rítmicas. A roda otimiza a percepção de um ritmo comum e a noção de conjunto. Há muitas brincadeiras de roda, como o coco de roda alagoano, o bumba-meu-boi maranhense, a catira paulista, o maracatu e o frevo pernambucanos, a chula rio-grandense, as cirandas, as quadrilhas, entre tantas outras. O fato de todas essas manifestações

⁶⁶ ALVES, 2004, p. 17.

⁶⁷ BRASIL, 2009, p. 39.

expressivas serem realizadas em grupo acrescentam ao movimento um sentido socializador e estético.⁶⁸

As expressões religiosas nas escolas de Vila Velha, presentes tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, seja nas festas religiosas ou nas aulas de Ensino Religioso, são marcadas pela ausência das crianças nos festejos, como acontece também na prática de catequese. A proibição dos familiares religiosos exclui as crianças dos momentos festivos propostos nas ações escolares. Assim, contextualizar as festas religiosas nos PPPs das escolas e o modo como elas ali figuram é pensar, sobretudo, o sujeito histórico e cultural em uma interação dialógica de respeito a toda expressão religiosa.

1.3 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) no que tange à religiosidade

O Projeto Político-Pedagógico das escolas pesquisadas fundamenta-se nas determinações da LDB nº 9.394/1996 e na legislação vigente. Apresenta-se como ferramenta de identidade da escola, com objetivos, metas, diretrizes, orientações, e principalmente produção dos/as professores/as nas escolas, como legítima expressão de suas intenções. Não foi percebida a participação dos familiares nas discussões da construção desse projeto. A participação coletiva de toda a comunidade escolar (professores, direção, equipe técnica, auxiliares de serviço gerais, porteiros, familiares, crianças e secretários escolares) resgata a escola como espaço democrático, oportunizando a todos a vivência da construção da realidade do espaço escolar e indicando possibilidades para uma proposta de inclusão da categoria do pluralismo religioso.

O PPP ultrapassa a mera elaboração de planos, que só se prestam a cumprir exigências burocráticas. Como assegura Veiga:

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.⁶⁹

⁶⁸ BRASIL, 1998, p. 34.

⁶⁹ VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*. São Paulo: Papirus, 2002, p. 17.

O PPP é o fruto da interação entre os objetivos e as prioridades estabelecidas pela coletividade, que decide reflexivamente as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos/as os/as envolvidos no processo educativo.

Essa prática de construção do projeto deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e supõe o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Só assim serão rompidas as resistências a novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por essa proposta, pois só assim terão uma postura comprometida e responsável. Trata-se, portanto, da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia.

Com o propósito de ampliar as ações de apoio ao processo educativo e visando alcançar objetivos que possibilitem um ensino público de qualidade, a UMEF e UMEI mantidas pela Prefeitura de Vila Velha defendem a elaboração e a execução do seu Projeto Político-Pedagógico. O PPP na escola tem por objetivo desencadear experiências e situações de ensino que resultem na apreensão crítica dos conteúdos historicamente produzidos e sistematizados, a fim de contribuir para a produção de novos conhecimentos.

Planejamento é elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessário para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; executar-agir em conformidade com o que foi proposto e avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados.⁷⁰

Portanto, a construção coletiva do PPP da escola representa uma tentativa constante, mas provisória, de avaliar e superar continuamente as deficiências do micro e do macrossistema educacional visando, de alguma forma, contribuir para a efetivação da vida realmente cidadã. O que se percebe, juntamente com estudiosos do assunto, é que “[...] planejar permite tornar consciente a intencionalidade que preside a intervenção; permite prever as condições mais adequadas para alcançar os objetivos propostos, e permite dispor de critérios para regular todo o processo.”⁷¹

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, prevê no seu art. 12, inciso I que os “estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar, executar sua proposta pedagógica”. Com base nesse

⁷⁰ GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 22.

⁷¹ BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLE, Isabel. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, p. 113.

artigo da LDB, foi iniciado o processo de construção de um projeto para escolas municipais de Vila Velha.

O PPP trata de uma construção constante e coletiva, que envolve boa parte da comunidade escolar: alunos/as, direção, secretaria, coordenação, pedagogos/as, corpo docente, discente, auxiliares de serviços gerais, pais interessados, representantes dos movimentos comunitários e outros. Ao se estimular a participação de todos/as, fortalece-se o sentido de cidadania e, ao mesmo tempo, a formação de jovens politicamente ativos, críticos e agentes da própria história. O PPP nas escolas de Vila Velha se caracteriza pelos itens indicados por Veiga:

ser um processo participativo de decisões; - preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; - explicar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; - conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; - explicitar o compromisso com a formação do cidadão. No que tange a sua execução, observaremos o conjunto abaixo explicitado: - nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; - é exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; - implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; - é construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível.⁷²

O PPP é uma construção provisória, passível de realimentações constantes. A organização dessa proposta coletiva é feita para que todos/as tomem consciência da dinâmica de suas práticas e que se estabeleça um planejamento das ações de forma a torná-las mais objetivas, contribuindo de alguma forma para a superação das relações do sistema capitalista.

O PPP representa o resultado possível: por um lado, é limitado pelas condições materiais, estruturais, legais e ideológicas numa perspectiva micro e macro da Educação Municipal de Vila Velha; por outro, pelas concepções de homem e de mundo, e “vícios” da formação que regem a prática usual. Porém, tem-se consciência de que é numa perspectiva dialética que se deve construir o projeto de escola, guiado pelos princípios de historicidade e contextualização da realidade.⁷³

O PPP da escola pode ser inicialmente entendido como processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Sua

⁷² VEIGA, 2002, p. 11.

⁷³ VEIGA, 2002, p. 12.

dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares.

Ao desenvolvê-lo, as pessoas ressignificam suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, e explicitam sonhos e utopias. Demonstram também seus saberes, dão sentido aos projetos individuais e coletivos, reafirmam as próprias identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Esse movimento visa à transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário. Nesse sentido, o PPP é práxis, ou seja, ação humana transformadora, resultado de um planejamento dialógico, representando resistência e alternativa ao projeto de escola e de sociedade burocrático, centralizado e descendente. Ele é movimento de ação-reflexão-ação, que enfatiza o grau de influência que as decisões tomadas na escola exercem nos demais níveis educacionais.

A elaboração do PPP em uma Unidade de Ensino Fundamental e Educação Infantil inicia-se a partir da constatação das necessidades reais de se trabalhar de forma diferenciada na escola, buscando atender a comunidade local, bem como os interesses da própria escola, contribuindo também para as expressões religiosas. “Necessário enfatizar que quando falamos em proximidade, na verdade, queremos nos referir aos privilégios concedidos a uma tradição religiosa face às demais”⁷⁴. É preciso estar em constante diálogo e atento à realidade escolar, inclusive à religiosa, para que não se favoreça uma religião em detrimento de outra.

Num primeiro momento, apresenta-se como deveriam ser as características e a estrutura do projeto, bem como o levantamento dos problemas estruturais e funcionais da escola. Após o conhecimento das dificuldades e necessidades da escola, são encaminhadas as discussões e a busca de soluções que fundamentem as ações.

Como a expressão religiosa está presente em todas as etapas da Educação Básica, é imprescindível que na construção do PPP a comunidade escolar seja capacitada para saber lidar com a diferença e valorizar a pluralidade de expressões religiosas de todo estudante. Deve constar nesse documento que a escola seja um aporte acolhedor em todas as datas comemorativas religiosas contempladas no calendário escolar, para que nenhuma tradição religiosa seja hegemônica, o que efetiva a participação de todos/as.

⁷⁴ ANDRADE JÚNIOR, Glício Freire de; SOUSA, Karla Samara dos Santos; SOUZA, Joana Dark Andrade de. Ensino Público e Laicidade: uma análise sobre a frequente inserção das datas comemorativas ‘religiosas’ no currículo escolar. *Diversidade Religiosa*, v. 6, n. 1, p. 136-151, 2016, p. 143. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dr/article/download/30534/16504>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Ao se refletir sobre as possíveis mudanças na estruturação e no desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar, observa-se também a necessidade de auto avaliação dos/as professores/as, e de sua avaliação por outros/as. Conclui-se então que é preciso analisar e avaliar a instituição na totalidade, com o objetivo de estabelecer as metas e criar mecanismos para sua execução dentro do próprio PPP. Assim, logo que se decidem as temáticas, os grupos são formados, respeitados os turnos, como caracterizado por Veiga:

Os grupos trabalharam os diversos temas propostos que, num segundo momento, foram apresentados numa plenária. Após a apresentação seguiu-se uma correção e avaliação dos resultados dos trabalhos. Concluída esta fase partimos para a junção dos diversos trabalhos e construção, de fato, do PPP em si.⁷⁵

Portanto, para um funcionamento democrático e de qualidade, o PPP resulta do que a escola torna efetivo, firmando-se como documento direcionador das ações pedagógicas: “ele é a tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, com o pessoal, professores/as, alunos/as, equipe pedagógica/pais e com os recursos de que dispõe”⁷⁶. A religiosidade nas escolas públicas de Vila Velha aqui pesquisadas deve ser contextualizada nos PPPs, validando e legitimando as suas intenções, que promoverão a participação de todas as crianças nas festas religiosas e nas aulas de Ensino Religioso. A religiosidade é indissociável do homem, conectando-se com ele pelas expressões culturais vivenciadas na identidade e nas relações interpessoais. Como o PPP é o alicerce para todo o planejamento pedagógico da escola, devem ser inseridas as diversas convicções, religiosas ou não, com o acolhimento da diversidade religiosa, sobretudo em uma proposta de conhecimento, respeito e valorização das expressões religiosas de todos/as os/as alunos/as.

⁷⁵ VEIGA, 2002, p. 17.

⁷⁶ PIMENTA, Selma Garrido. *O pedagogo na escola pública*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 79.

2 A RELIGIOSIDADE INERENTE AO SER HUMANO

O homem, no decorrer de seu desenvolvimento, precisa estar aberto às relações humanas. Contudo, um dos maiores desafios são as indiferenças e a exclusão, que põem em risco as relações evidenciadas nesta pesquisa. No ambiente escolar, todos/as necessitam de acolhimento, para que suas expressões religiosas representem a beleza estética religiosa, em sintonia com a harmonização de práticas pedagógicas que permitam ressignificar a vivência cultural no espaço público escolar. O referencial teórico deste capítulo fundamentará o diálogo sobre o processo da religiosidade inerente ao ser humano e a suas expressões no ambiente escolar.

2.1 A religiosidade do ser humano e suas expressões no ambiente escolar

Não existe grandeza humana maior do que os relacionamentos, como considera Alfonso Garcia Rubio: “A realidade do homem como ser pessoal constitui o melhor resumo da compreensão cristã do ser humano”⁷⁷. Ser humano, segundo o dicionário Aurélio, como derivado do latim e aplicado à sociedade, é “homem sábio, ser humano, ser pessoa, gente ou homem”. No contexto que se descreverá a seguir, Rubio apresenta o ser humano como imagem do que seria Deus e informa algumas características básicas que definem o que é específico na pessoa. Assim, ele nos revela as suas dimensões fundamentais desse ser, sempre à luz da fé no Deus criador, ou seja, o conceito de pessoa na sua origem cristã.

A visão do homem como pessoa é uma criação própria do cristianismo. É o resultado, sobretudo da experiência dialógica na relação entre Deus e o homem. Este experimenta que não é um brinquedo na mão do Criador ou de uma força impessoal, mas que é interpelado, vocacionado e chamado a responder aceitando o convite de Deus; experimenta que é chamado a ser colaborador, interlocutor, parceiro de Deus, por assombroso que isto possa parecer.⁷⁸

Veem-se as linhas mestras da evolução da fé na descrição de pessoas nas dimensões fundamentais, descrevendo suas características básicas: a interiorização ou imanência e a abertura ou transcendência. Para interiorização, a pessoa deve estar centrada em si própria, o que se desdobra da seguinte forma: autopossessão, qualidade que lhe permite pertencer a si

⁷⁷ RUBIO, Alfonso Garcia. *Unidade na Pluralidade: seu humano à luz da fé e da reflexão cristã*. São Paulo: Paulos, 2001. p. 303.

⁷⁸ RUBIO, 2001, p. 304.

mesma; liberdade e responsabilidade, assim assinaladas por Rubio: “o respeito real à liberdade e responsabilidade concretas de cada pessoa é indispensável para o crescimento da humanização do homem”⁷⁹.

No que tange à transcendência, a perseidade leva a pessoa a viver em função do “Deus-Ágape, faz com que a pessoa seja mais ela mesma, realizando a sua própria finalidade”. De acordo com Rubio:

A pessoa é chamada a ser ela mesma, capaz de dispor de si própria, de autopossuir-se e de desenvolver a própria finalidade ou vocação. Mas isso não significa um convite para o isolamento ou o fechamento. Pelo contrário, a pessoa só pode ser verdadeiramente ela mesma quando autotranscende.⁸⁰

Essa dimensão comporta aspectos fundamentais, sendo um deles a abertura ao mundo.

É verdade que a pessoa é qualitativamente diferente das coisas do mundo da natureza, mas é igualmente certo que a pessoa humana, pessoa encarnada, forma parte também do mundo natural. É criatura entre as criaturas, unida a todas as outras numa solidariedade fundamental. É verdade que a pessoa humana, imagem de Deus, é chamada a trabalhar o mundo para transformá-lo em morada digna dos homens (todos); mas trata-se de um relacionamento que deve ser vivido responsabilmente e deve estar sempre penetrado do respeito às leis que regem o dinamismo do ecossistema do qual o homem é parte.⁸¹

E no que se refere à abertura a Deus, só o ser humano é capaz de com Ele dialogar e aceitar a sua proposta. Rubio ressalta o ser humano como parte do universo criado por Deus e a relação dialógica entre Deus e o homem, criatura posicionada em fraternidade com todas as criaturas, estado que o encaminha ao chamado para ser cuidadoso e responsável pela natureza.

As ideias de Rubio do ser humano na qualidade de pessoa e sujeito da própria história revelam esse ser como social por natureza, capaz de desenvolver nas interações com as outras pessoas os seus dons e talentos, e acolhendo em si a própria existência como dom.

A partir da experiência unitária da pessoa integram-se corporeidade e espiritualidade superando-se, assim, o dualismo, sem, por isso, sacrificar as diferenças existentes entre estas duas dimensões do ser humano. Novamente, relação de integração-inclusão, respeitando as diferenças.⁸²

O ser humano guarda na sua religiosidade um sentimento de reverência ao mistério da existência, pois a experiência religiosa atua nele e na cultura em que vive. A religiosidade é

⁷⁹ RUBIO, 2001, p. 308.

⁸⁰ RUBIO, 2001, p. 309.

⁸¹ RUBIO, 2001, p. 310.

⁸² RUBIO, 2001, p. 319.

uma de suas qualidades mais definidas, e desponta em numerosas atitudes e estilos de vida. A expressão religiosa é inerente ao ser humano. Segundo Rosa,

A religiosidade é uma das características mais marcantes do povo brasileiro. Ela se manifesta de múltiplas maneiras como decorrência de um lado das diferentes religiões praticadas na sociedade brasileira e, de outro, como parte do mundo de ser de muitos indivíduos ainda que não professem uma religião em especial.⁸³

A singularidade do ser humano em acolher a própria existência como dom, praticando a autodescoberta, expressa sua religiosidade, na qual se vê refletida a própria condição humana, sobretudo ao revelar possibilidades de abertura a diversas formas de ir ao encontro com o/a outro/a nas relações que ele próprio busca construir. E como descreve Rubem Alves:

A religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. O estudo da religião, portanto, longe de ser uma janela que se abre apenas para panoramas externos, é como espelho em que nos vemos. Aqui a ciência da religião é também ciência de nós mesmos: sapiência, conhecimento saboroso.⁸⁴

Estudos antropológicos de investigação da vida cultural e religiosa mostram o início de um costume folclórico também ligado à igreja no Brasil, tanto no catolicismo como no protestantismo. Estilos folclóricos designam situações de um começo primitivo e são incorporados mais tarde em ações institucionais como configuração de tradições africanas que aqui chegaram. Para Brandão:

É curioso que, enquanto cientistas sociais franceses (dentre os quais os mais conhecidos são Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide) dedicavam-se à análise dos sistemas religiosos de sociedades tribais ou remanescentes de escravos negros, sociólogos norte-americanos realizavam as primeiras investigações tanto sobre o catolicismo popular como sobre protestantismo no Brasil.⁸⁵

Progressivamente, como as igrejas incorporam seu próprio modo de ser e dos outros às tendências de dimensões culturais, o catolicismo hoje continua a participar das festas folclóricas, bem como algumas denominações evangélicas. No entanto, “a cultura, os costumes, os valores, as festas, o folclore, os mitos, as lendas e as tradições de pessoas comuns constituem aspectos fundamentais da vida humana”⁸⁶. As expressões religiosas fazem parte da cultura, num contexto em que diferentes sujeitos anseiam por participar das festividades, e o espaço escolar não foge à regra.

⁸³ CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Cultura e diversidade*. Curitiba: Ibpex, 2008, p. 149.

⁸⁴ ALVES, 2004, p. 13.

⁸⁵ BRANDÃO, 1987, p. 122-123.

⁸⁶ SCHUELER; DELGADO; MÜLLER, 2007, p. 127.

Assim, cultura e religião são inseparáveis, pois a religião é um elemento da própria cultura. Por meio das crenças, festas, cortejos, cantos, danças e rituais, muitas religiões mantiveram parte de sua cultura à custa de muita resistência a hostilidades, passando por intensos momentos de represália e conflitos que também repercutem nas escolas. Assim, um dos maiores desafios dessas instituições é vivenciar atitudes de conhecimento e respeito cuja prática pedagógica leve em conta a riqueza e o acolhimento da diversidade cultural das crianças. De acordo com Seehaber e Longhi:

Por isso, o aspecto religioso não pode ser visto como algo isolado da vida cotidiana de um povo ou de uma pessoa, mas integrado com os demais aspectos culturais e vivenciais daquele mesmo povo ou daquela pessoa. Assim como a religiosidade atravessa e cimenta as diferentes esferas da existência, todas as culturas existem e coexistem de forma articulada. Tanto na esfera da existência quanto na das culturas, os diferentes sistemas de valores e significados não estão isolados, mas em relação com o todo cultural do qual são partes integrantes.⁸⁷

A instituição escolar desempenha papel importante na inserção das crianças no universo das festas religiosas, enriquecendo esse espaço com o intercâmbio de experiências, vivências, prazeres, culturas e com um diálogo que enseje a superação das exclusões. As crianças também modificam os festejos, por meio de suas culturas, sua linguagem e sua aspiração de brincar nesse momento, pois brincar é seu direito. Conforme afirma Libâneo:

É preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à vida e aos direitos básicos, como suportes de convicções democráticas.⁸⁸

A escola, como instituição social, precisa acompanhar as mudanças sociais e principalmente contribuir para o desenvolvimento da capacidade de pensar e agir com autonomia, compreendendo e redefinindo os objetivos e processos de socialização. Acredita-se que o Ensino Religioso, palco de intensas disputas ao longo da história da educação brasileira, constitui uma das disciplinas que mais sintetizam a força das mudanças sociais e culturais no ambiente escolar.

No Brasil, a mais recente Constituição Federal, promulgada em 1988, admite e regulamenta – junto com outras legislações – as bases da autonomia da escola pública. Para

⁸⁷ SEEHABER, Liliana Claudia; LONGHI, Miguel. *Ethos e cultura no ensino religioso*. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano VI, n. 12, p. 241-250, 2007, p. 243-244. Disponível em: <revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/download/4025/2733>. Acesso em: 3 set. 2018.

⁸⁸ LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus, professor, adeus professora?* São Paulo: Cortez, 2002, p. 62.

Gadotti⁸⁹, tal autonomia não significa que haja total desconexão entre o que a escola faz e o que o Estado propõe, mas somente a descentralização das decisões, cabendo à escola a sua análise, de acordo com suas prioridades e contexto, destacando-se a inclusão como pressuposto do direito de emancipação humana, a ser exercido pelo seu detentor: o cidadão. Para Alves:

A escola, por se caracterizar como espaço socializador do conhecimento, deve ter inserido em seu contexto o ensino sobre a religião, pois entendemos que o conhecimento religioso é também um conhecimento humano, e que o mesmo deve estar acessível a todos aqueles que buscam uma maior expansão de seus horizontes para reflexão histórica das produções humanas.⁹⁰

A expressão religiosa do/a aluno/a é, portanto, um elemento agregador de sua identidade nas expressões culturais da escola, pois o modo de pensar e agir de cada estudante se configura como resultado de sua vivência religiosa familiar, causando conflito e desconforto a sua ausência nas ações pedagógicas. Para Brandenburg, “falar sobre identidade é tocar numa questão muito ampla, interdisciplinar. Identidade não é uma palavra que existe em si, pois está relacionada a algo ou a alguém”⁹¹.

Assim, o Ensino Religioso não tem como limite as paredes do estabelecimento, da sala de aula. Ele tem sentido na medida em que aquilo que faz abrange toda a vida, envolve o cotidiano. “Portanto, o Ensino Religioso como direito de formação integral visa ajudar a pessoa a desenvolver uma vivência e uma filosofia de vida fundamentada na ética, na justiça, nos direitos humanos e na defesa da dignidade do ser humano”⁹².

O estudante que vive nesse contexto escolar, modelado por todo tipo de cultura, sente necessidade de evidenciar sua identidade e o desejo de participar das ações pedagógicas, seja na Festa Cultural ou em qualquer outro tipo de festejo religioso proposto. Contudo, ele é, por vezes, impedido pela religião dos familiares: “sobretudo, entre pentecostais brasileiros, ser crente significa haver-se convertido [...] a uma congregação de fiéis que rege a vida do crente e polícia de perto todos os aspectos do exercício diário de uma identidade social que a religião domina”⁹³. Percebe-se a severidade uniforme com que os familiares são geridos pela

⁸⁹ GADOTTI, M. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 36.

⁹⁰ ALVES, Alan Nickerson. A influência pedagógica do ensino religioso para a formação cidadã. *Diversidade Religiosa*, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dr/article/view/25445>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

⁹¹ BRANDENBURG, 2006, p. 135.

⁹² WACHS, Manfredo Carlos. *Ensino Religioso como formação integral da pessoa I*. [s.d]. Disponível em: <<https://www.gper.com.br/newsletter/fa1b7308099ce0871fc6f705aba8176a.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁹³ BRANDÃO, 1987, p. 122.

determinação de um modo de ser, e o procedimento entre os crentes é um domínio revelado em sua identidade. Segundo Brandão:

Há um intenso serviço de controle, que desde a pequena hierarquia eclesiástica de cada Igreja (pastor, presbítero e diácono) até todos os fiéis, sobre a maneira de ser, dentro e, principalmente, fora da própria igreja. ‘O crente não se mistura’ é uma frase muito comum entre os pentecostais. ‘A vida do crente é a Igreja’.⁹⁴

Determinados a cumprir a regra pentecostal, os crentes não se misturam, recusam-se a participar dos eventos mundanos, ou “de tudo aquilo que, entre o mito e a realidade, configura a identidade, os símbolos e o significado de uma cultura brasileira: a soltura tropical da conduta popular, a festa, a alegria mundana, o futebol e o profaníssimo carnaval”⁹⁵. Nesse contexto familiar do domínio da religião pentecostal, os estudantes são impedidos de integrar as festas religiosas promovidas pelas escolas.

Compreendendo-se que a escola constitui um espaço de convivência democrática entre diferentes culturas e religiões, ambiente destinado a atender todos/as os/as cidadãos, ela deve garantir o convívio e a busca da consideração igualitária, sem privilégio de nenhuma tradição. O desejo do estudante de participar dos momentos festivos religiosos pode ser considerado independente de sua tradição religiosa. Para Junqueira:

a religião pode ser considerada como um comportamento instintivo, característico do homem, cujas manifestações são observáveis através dos tempos, pelas diversas culturas, a partir da busca da compreensão de si mesmo e do mundo, da consideração em relação aos fatos inconsoláveis e desconhecidos.⁹⁶

No entanto o seu desafio é garantir a permanência e o sucesso escolar de todos/as os/as alunos/as por meio da aprendizagem. Esse avanço se deu com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que no seu artigo 3 declara a necessidade de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, melhorando sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.⁹⁷ A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. XVIII:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar

⁹⁴ BRANDÃO, 1987, p. 122.

⁹⁵ BRANDÃO, 1987, p. 122.

⁹⁶ JUNQUEIRA, 2007, p. 38.

⁹⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. *Declaração Mundial sobre a educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO: Jomtien, 1990, p. 13.

essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou particular.⁹⁸

Segundo Santos, “é preciso cuidar para que não seja realizado dentro da escola discriminação quanto às diversidades religiosas existentes, mantendo equilíbrio e imparcialidade”⁹⁹. Nesse sentido, o/a aluno/a tem o direito de expressar sua tradição religiosa, participando de momentos culturais como as festas religiosas, exteriorizando sentimentos e emoções, com vistas à própria felicidade. Portanto, os profissionais precisam de olhares apurados para sua prática pedagógica, sem proselitismo ou doutrinação. Ou como frisam e Heerdt e Coppi: “É fundamental que as escolas incentivem os/as educandos/as a conhecer a sua própria religião, a ter interesse por outras formas de religiosidade, valorizando cada uma e respeitando a diversidade religiosa, sem nenhum tipo de preconceito”¹⁰⁰.

O envolvimento do/a aluno/a nas ações pedagógicas de manifestações culturais na escola comunga com o pensamento de Brandenburg sobre a escola como ambiente acolhedor:

Integrando a abordagem da religiosidade no cotidiano escolar ou integrando o cotidiano na prática do currículo escolar, haverá avanços no processo de desenvolvimento da educação integral, e a escola estará dando sua contribuição também no reconhecimento da religiosidade na vida escolar e na vida das pessoas que ali estão. Desse modo, a escola poderá ser um espaço em que se aprende a viver juntos, em que se aprende a conviver e a conversar sobre as diferentes dimensões da vida, inclusive e principalmente sobre a religiosidade.¹⁰¹

O Direito Educacional é o conjunto de normas, princípios, leis e regulamentos que versam sobre as relações entre alunos/as, professores/as, administradores, especialistas e técnicos, como envolvidos, direta ou indiretamente, no processo ensino-aprendizagem. É o conjunto de normas de todas as hierarquias, compreendendo leis federais, estaduais e municipais, além de portarias e regimentos que disciplinam as relações entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Toda educação que assegure os direitos humanos precisa exercitar o convívio com a diversidade. Esse convívio vai além do respeito e da tolerância. A LDBEN nº 9.394/1996

⁹⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948.

⁹⁹ SANTOS, Ivone Aparecida dos. *Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na educação básica*. 2008. 40p. Produção Didático-Pedagógica (Caderno Temático) apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

¹⁰⁰ HEERDT, Mauri Luiz; COPPI, Paulo de. *Como Educar Hoje? Reflexões e propostas para uma educação integral*. São Paulo: Mundo e Missão, 2003. p. 34.

¹⁰¹ BRANDENBURG, 2005, p. 135.

assinala como diretrizes a inclusão, a valorização da diversidade, a flexibilidade, a qualidade e a autonomia, assim como a competência para o trabalho e a cidadania.

A partir dos quatro pilares sugeridos pelo Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, em 1999, a educação repousa sobre estes quatro pilares: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”¹⁰². Esses sustentáculos subsidiam toda a educação básica, que integrará a equipe da escola em uma comunicação maciça e eficaz, alcançando o/a aluno/a em sua concretude e o integrando em questões diversificadas, com a finalidade de “revelar o tesouro escondido em cada um de nós”¹⁰³. A esse respeito, Delors afirma:

A educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.¹⁰⁴

Dispor-se-á a seguir um breve conceito de cada um desses pilares, para uma comparação com a educação aqui expressa: aprender a conhecer define a formação inicial da criança na escola e é essencial para a sua formação na totalidade; aprender a conhecer representa uma via de mão dupla, fazendo com que os/as docentes e discentes levem em consideração suas condições concretas, o contexto em que estão inseridos para uma compreensão dos caminhos a ser percorridos.

Deste ponto de vista, há que repeti-lo, é essencial que cada criança, esteja onde estiver, possa ter acesso, de forma adequada, às metodologias científicas de modo a tornar-se para toda a vida ‘amiga da ciência’. Em nível do ensino secundário e superior, a formação inicial deve fornecer a todos os alunos instrumentos, conceitos e referências resultantes dos avanços das ciências e dos paradigmas do nosso tempo.¹⁰⁵

Aprender a aprender significa conhecer para respeitar e aceitar as diferenças e remete à construção dos Projetos Político-Pedagógicos e das festas religiosas. Ainda segundo Delors, “o processo de aprendizagem nunca está acabado e pode enriquecer-se com qualquer experiência”¹⁰⁶, o que inclui a diversidade religiosa nas diferentes faces do fenômeno religioso

¹⁰² DELORS, 2003, p. 90.

¹⁰³ DELORS, 2003, p. 90.

¹⁰⁴ DELORS, 2003, p. 90.

¹⁰⁵ DELORS, 2003, p. 91.

¹⁰⁶ DELORS, 2003, p. 92.

manifestado no dia a dia da escola, para que as crianças, os profissionais e as famílias sejam levados a ressignificar as tradições religiosas, aprendendo a respeitá-las, independentemente da própria religião.

Unir os conhecimentos em uma ação pedagógica de contínua renovação da aprendizagem, enriquecendo-se com as experiências humanas como abertura de outras linguagens, permite dialogar e projetar a escola em direção a uma emancipação do/a aluno/a, tendo por finalidade o seu pleno desenvolvimento.

Educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu. Educadores são pessoas que certamente amam crianças. Mas não basta amá-las. É preciso que a gente tenha também a vontade de ensinar o mundo às crianças. O primeiro passo é APRENDER a APRENDER. É necessário tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento para que não seja efêmero, para que se mantenha ao longo do tempo e para que valorize a curiosidade, a autonomia e a atenção permanentemente. É preciso também pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensar.¹⁰⁷

O segundo pilar tem foco similar ao aprender a conhecer, e dele é indissociável. Aprender a fazer é desenvolver-se como um todo, é acompanhar a demanda por profissionais polivalentes, com capacidade de comunicar, trabalhar em equipe, gerenciar e resolver conflitos. Afirma Alves:

Para aprender a aprender é preciso aprender a fazer. As crianças têm verdadeiro fascínio por fazer. Elas querem o tempo todo 'fazer coisas' Não basta preparar-se com cuidados para inserir-se no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a trabalhar em equipe, desenvolvendo espírito cooperativo e de humildade na reelaboração conceitual e nas trocas, valores necessários ao trabalho coletivo. Ter iniciativa e intuição, gostar de uma certa dose de risco, saber comunicar-se e resolver conflitos e ser flexível. Aprender a fazer envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas.¹⁰⁸

No mundo atual e em sincronia com a realidade do trabalho escolar, aprender a viver com os/as outros/as é um dos maiores desafios da educação. A escola precisa trabalhar a convivência e posicionar-se no lugar do/a outro/a. Ao elaborar e construir seu PPP, deve valorizar o que é comum, construir e reconstruir ações que levem em conta, desde a infância, a função principal da instituição escolar, que é a formação. Daí a necessidade de um Projeto

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://educaorgpelabase.blogspot.com/2013/10/4-pilares-da-educacao-rubens-alves.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://educaorgpelabase.blogspot.com/2013/10/4-pilares-da-educacao-rubens-alves.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Político-Pedagógico aberto às realidades culturais e humanas, que garanta a liberdade de expressão sem preconceitos.

Que fazer para melhorar a situação? A experiência prova que, para reduzir o risco, não basta pôr em contato e em comunicação membros de grupos diferentes (através de escolas comuns a várias etnias ou religiões, por exemplo). Se, no seu espaço comum, estes diferentes grupos já entram em competição ou se o seu estatuto é desigual, um contato deste gênero pode, pelo contrário, agravar ainda mais as tensões latentes e degenerar em conflitos. Pelo contrário, se este contato se fizer num contexto igualitário, e se existirem objetivos e projetos comuns, os preconceitos e a hostilidade latente podem desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e até à amizade.¹⁰⁹

Os atores da comunidade escolar, em sua prática diária na descoberta do/a outro/a em sua diversidade, devem objetivar o desenvolvimento da capacidade de cognição da criança, de modo a permitir que ela interfira na realidade, na perspectiva de atuação conjunta de uma dupla aprendizagem para superar os processos de doutrinação e exclusão. Assim, segundo Delors, “o ensino da história das religiões ou dos costumes pode servir de referência útil para futuros comportamentos”¹¹⁰.

O confronto de ideias pelo diálogo é um dos instrumentos necessários à educação atual que devem ser trabalhados no âmbito escolar, reconhecendo-se que o/a aluno/a é um ser humano em desenvolvimento, devendo ser protegido de qualquer forma de exclusão. É assim que se promove uma religiosidade capaz de contribuir para a formação de cidadãos em uma sociedade pluralista e igualitária.

Quando se trabalha em conjunto sobre projetos motivadores e fora do habitual, as diferenças e até os conflitos interindividuais tendem a reduzir-se, chegando a desaparecer em alguns casos. Uma nova forma de identificação nasce destes projetos que fazem com que se ultrapassem as rotinas individuais, que valorizam aquilo que é comum, e não as diferenças.¹¹¹

O último pilar, aprender a ser, possibilita toda a diversidade de talentos relacionada ao trabalho pedagógico, promovendo todas as ocasiões possíveis de descobertas e experimentação, não deixando de explorar nenhuma aptidão da criança, de modo a que esta conquiste sua plena realização. Ou como detalha Delors, “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”¹¹².

¹⁰⁹ DELORS, 2003, p. 97

¹¹⁰ DELORS, 2003, p. 98.

¹¹¹ DELORS, 2003, p. 98.

¹¹² DELORS, 2003, p. 99.

Trata-se de propor ações pedagógicas reais e significativas, com sentido para as crianças, reconhecendo sua diversidade, incentivando a criatividade de forma espontânea e ampliando sua participação nas atividades individuais e coletivas propostas pelas festas religiosas.

É preciso também aprender a ser, o que necessariamente implica em educar os ouvidos para ouvir, e ouvir frequentemente o que não é dito. Despertar no aluno o sentido ético e estético, a responsabilidade pessoal, o pensamento autônomo, crítico, a criatividade, iniciativa e o crescimento integral da pessoa em relação à inteligência. A aprendizagem precisa ser integral, não negligenciando nenhuma das potencialidades de cada indivíduo.¹¹³

A concepção de educação que a comissão nos traz é bem ampla e se estende à vida toda. A diversidade religiosa precisa estar na escola porque o ser humano ali está. Além disso, não existe educação fragmentada, trabalhada por partes; ela deve ser compreendida na totalidade, valorizando o percurso e não os fins. Pensar a educação com essa magnitude é incorporar os quatro pilares da educação no Projeto Político-Pedagógico escolar, contemplando a categoria do pluralismo religioso. Para Alves,

escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre tem um dono. Deixam de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.¹¹⁴

O respeito à diversidade é um dos valores de cidadania mais relevantes, sendo fundamental valorizar cada ser humano, independentemente da religião, sabendo-se que cada um deles presta sua contribuição ao longo da história. As diferentes tradições religiosas devem ser consideradas na educação básica do município.

Ensinar para conhecer as diversas religiões e compreender as culturas que lhes dão forma, analisando a relação entre o presente e o passado para produzir um saber histórico, implica exercitar o diálogo com o diferente, com base no respeito profundo e no desejo de preservar a dignidade e o direito de existência de cada expressão cultural-religiosa.¹¹⁵

Considera-se que as escolas públicas de Vila Velha trabalhem no sentido de ampliar os limites quanto aos vários tipos de culturas religiosas, desmontando os preconceitos e levando

¹¹³ Disponível em: <<http://educaorgpelabase.blogspot.com/2013/10/4-pilares-da-educacao-rubens-alves.html>>. Acesso em: 24 set. 2017.

¹¹⁴ ALVES, Rubem. *Por uma educação romântica*. São Paulo: Papyrus Editora, 2002. p. 29.

¹¹⁵ STIGAR, Robson. *O tempo e o espaço na construção do ensino religioso: um estudo sobre a concepção de ensino religioso na lei de diretrizes e bases da educação nacional*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. p. 15.

todos/as os/as alunos/as a participar das ações pedagógicas propostas, em sua convicção religiosa ou não. Seja qual for a tradição, é preciso mostrar que a busca por ser melhor e fazer o bem ao mundo é comum, assim como a necessidade de conhecer o que é diferente e, a partir disso, respeitá-lo. Para Dasi:

Em nome das religiões, não se justificam guerras e conflitos, porque todas elas deveriam ensinar o amor como valor maior da convivência humana. Em nome das religiões, cabem atitudes de respeito, consideração, diálogo e paz. As religiões são caminhos diferentes que buscam o mesmo fim.¹¹⁶

A crença na educação como imbuída da missão de propagar o respeito à integridade humana, em seus vários âmbitos, inspira o diálogo com Rubem Alves com fito de ir além dos enfoques tradicionais, traduzindo o significado da religião em diferentes contextos educacionais, com a intenção de promover na vida da comunidade escolar o envolvimento de todos, isentos de preconceitos e discriminação. Vianna afirma que

a diversidade religiosa muitas vezes é tratada como um tabu no espaço escolar. Por isso, se evidencia a importância de oportunizar acesso ao conhecimento das diferentes religiões professadas no mundo globalizado em que vivemos, considerando que a intolerância religiosa promove diversos tipos de discriminação, que em muitas ocasiões podem gerar conflitos.¹¹⁷

Nas datas comemorativas contempladas no calendário escolar do município de Vila Velha existe a oportunidade de trabalhar o estudo do fenômeno religioso como produção cultural de diversas tradições religiosas. Nas reformulações dos PPPs e nas festas religiosas das escolas deve ser oportunizada a importância da abertura de espaços para conhecer, discutir, narrar e refletir as diferentes religiões e expressões religiosas presentes na vida dos docentes e discentes do município.

A abordagem da expressão religiosa do ser humano, constitutiva das diferentes culturas religiosas nas escolas públicas do município, supõe um despertar dialético nas relações entre docente e discente. Para Alves, o educando “constrói uma base de possibilidade poética e estética para a linguagem religiosa. O homem constrói a linguagem, mas a linguagem também constrói o homem”¹¹⁸.

¹¹⁶ DASI, Raga Bhumi Devi. *Diversidade religiosa*. 2011. [n.p]. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/comissao-de-combate-a-intolerancia-religiosa/diversidade-religiosa-2621952.html>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

¹¹⁷ VIANNA, Marilene de Souza. *Diversidade religiosa no contexto escolar*. [s.d] [n.p]. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16571838-Diversidade-religiosa-no-contexto-escolar.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

¹¹⁸ ALVES, 2004, p. 15.

A educação pública deve exercitar a liberdade, abrangendo a pluralidade de expressões religiosas do contexto histórico-cultural do ambiente escolar, o que implica garantir o direito de participação. Assim, estimular o pluralismo religioso nas escolas é despertar os docentes para tratem os conhecimentos com base nas diversidades, em um ambiente receptivo a/o todas/os as tradições e convicções.

2.2 O pluralismo religioso e suas expressões no ambiente escolar

A celebração das datas comemorativas e os PPPs das escolas públicas do município de Vila Velha precisam acompanhar o pluralismo religioso, com a proximidade de ideias, a valorização e a harmonia entre as tradições religiosas e as diferentes formas de expressão da religiosidade. As tradições religiosas podem contribuir com a instituição educacional, ao colaborar com o melhor do ser humano. Para Tamayo:

não existe um só universo religioso, e sim múltiplos e variados, cada um com sua especificidade cultural, mas não fechados, incomunicados um ao outro, mas em constante troca e reformulação de seus respectivos patrimônios culturais.¹¹⁹

A comunidade escolar pode ser envolvida nesse esforço, de modo a conviver com diversas etnias e expressões culturais, aliando-se no trabalho em prol do próximo e do respeito às diferenças de ideias no diálogo, reconhecendo a diversidade. Multiplicadores no espaço escolar, os profissionais da escola precisam aprender a aprender esse tipo de linguagem que estrutura o pluralismo religioso. Ainda segundo Tamayo:

As religiões persistem, por vezes, através de novas manifestações não simples, fáceis de localizar dentro das diferentes classificações da sociologia da religião e da história das religiões. Vivemos imersos em um multiverso cultural e religioso, tanto a nível global como local, que é uma expressão de pluralidade e riqueza do ser humano, sem que seja possível e tão pouco necessário vislumbrar o centro canalizador e harmonizado.¹²⁰

A pluralidade é a expressão da riqueza do pensamento humano. É a aceitação da multiplicidade do pensar, de tradições religiosas ou de convicções que compartilham igual direito à liberdade de expressão, mediante o abandono da imobilidade medieval rumo a um olhar de respeito e entendimento ao diferente. Atento a essa questão, Sanches afirma:

¹¹⁹ TAMAYO, Jose Juan. *Pluralismo e seus contextos*. Madrid: Editorial Síntesis, 2009, p. 109.

¹²⁰ TAMAYO, 2009, p. 110.

A ruptura do monopólio religioso não traz apenas mudanças para o campo religioso, mas, sobretudo, altera as representações da realidade. O ser humano moderno, ao olhar o mundo, já não absolutiza a dimensão religiosa e, portanto, observa a realidade fora dos limites impostos pelo modelo religioso medieval. Se antes o seu olhar era unívoco, agora ele é plural.¹²¹

O conhecimento religioso, revelado como conhecimento humano, deve estar disponível a/o todos/as, e a liberdade religiosa dos/as professores/as e estudantes deve ser respeitada. A escola, instituição de socialização, deve ser factível, reconhecendo a riqueza do/a aluno/a em suas expressões religiosas. Para Vigil:

As religiões não são teorias: são pessoas crentes, pessoas de carne e osso. E podemos ver o influxo e a transformação que a religião faz em suas vidas, até mesmo sua santidade. Isso nos dá um conhecimento vivencial dessas religiões, muito mais influente que o conhecimento teórico, dado pelos livros, sobre suas doutrinas ou teologias.¹²²

O Ensino Religioso pode constituir-se num espaço para o diálogo de experiências religiosas, não limitado ou restritivo, mas coadjuvante na construção de uma cultura de harmonia, justiça e paz, de modo a assegurar o direito de todos/as ao exercício da cidadania.

Há anos as escolas nutrem preconceitos naturalizados, com o favorecimento de algumas expressões religiosas em detrimento de outras. Nesse conservadorismo caminham aqueles que tentam fazer do Ensino Religioso uma voz em prol de determinadas doutrinas. Brandenburg afirma:

O Ensino Religioso é contextualizado na realidade cultural própria da escola, que é a pedagógica, e não a partir das confissões religiosas. O aspecto religioso da realidade brota para dentro da escola e é abordado por ela pedagogicamente. Isso quer dizer que paradigmas próprios surgem na escola, diferentes daqueles das confissões religiosas.¹²³

A proposta pedagógica deve valorizar a cultura das expressões religiosas no ensino-aprendizagem e na vida profissional, social e familiar de todos/as. As expressões religiosas emergem como valor constituinte de aprendizagens significativas no interior da escola. A educação de qualidade se caracteriza por um conjunto de fatores inerentes às condições de vida dos/as alunos/as, às tradições religiosa e cultural e à própria escola – professores, diretores,

¹²¹ SANCHES, 2010, p. 41.

¹²² VIGIL, 2006, p. 30.

¹²³ BRANDENBURG, Laudi Erandi. O difícil exercício da cidadania. *Revista Estudos Teológicos*, v. 45, n. 1, p. 78-98, 2004, p. 136. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/viewFile/198/211>>. Acesso em: 18 set. 2017.

Projeto Político-Pedagógico, Plano de Ação, recursos, instalações, estrutura organizacional e relações intersubjetivas. Sobre isso, Brandenburg afirma:

Sair da superficialidade ao conhecer o diferente talvez seja, antes de mais nada, poder ter acesso ao processo no qual esse diferente foi construído. No caso do Ensino Religioso, significaria ter acesso àquilo que é fundante em cada experiência religiosa para compreender como ela se dá e que consequências traz à vida da pessoa. A partir do momento em que se tem clareza sobre a maneira como é produzida a experiência religiosa do outro é que se poderá dialogar e questionar a mesma a fim de caminhar para um respeito ao diferente. Essa postura será de alguém que realmente tem consciência do que está respeitando e porque é necessário respeitar.¹²⁴

Reside na escola o grande desafio de respeitar o pluralismo religioso. Nesse espaço encontram-se todos/as os/as atores merecedores do conhecimento das diferentes expressões religiosas. É preciso conhecer para respeitar, e a peça-chave, o instrumento central da ação político-pedagógica na escola, é o docente. Consciente ou inconscientemente, ele exerce uma importante ação política, fazendo da escola uma tribuna contra a violência institucionalizada, o egoísmo estrutural e todas as formas de injustiça. Sem esse compromisso, será cada vez mais difícil qualquer mudança social.¹²⁵

2.3 Práticas religiosas naturalizadas e violência simbólica

Nas abordagens teóricas de Vygotsky sobre a interação da linguagem, percebe-se a dialética entre subjetividade e objetividade viabilizada pela linguagem, que medeia a relação do homem com o mundo. Para Vygotsky:

A função primordial da fala é a comunicação, o intercâmbio social. Quando o estudo da linguagem se baseava na análise em elementos, também esta função foi dissociada da função intelectual da fala. Ambas foram tratadas como funções separadas, até mesmo paralelas, sem se considerar a inter-relação de sua estrutura e desenvolvimento.¹²⁶

De acordo com Radaelli, o/a aluno/a passou a ser visto como sujeito do ato educativo, em interação com o objeto. O/A professor/a também passou por interações, trocas e informações, e só lhe é possível trabalhar o conhecimento, segundo sua concepção, como linguagem. Assim, a linguagem, instrumento da comunicação, adquire importância primordial nas relações professor/aluno/escola/sociedade, pois a educação como prática social é uma

¹²⁴ BRANDENBURG, 2004, p. 137.

¹²⁵ GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus, 1988. p. 45.

¹²⁶ VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 6.

atividade ligada às relações entre as classes e se constitui como concretização dessas relações.¹²⁷

As expressões religiosas, cuja linguagem simbólica nos ritos festivos expressa a naturalização das práticas pedagógicas consolidadas, são limitadas pelo desconhecimento dos/as professores/as. Vigorando durante muitos anos na escola, esse processo mecanizou-se em seus métodos, e seus desdobramentos “naturalizaram a explicitação pública de um credo, usam a escola como lugar de evangelização, desconsideram as crenças, têm dificuldade de abordar de modo crítico a diversidade cultural”.¹²⁸ Os/As professores/as reproduzem essa prática nas ações, ao privilegiarem determinada tradição religiosa. Bourdieu considera violência simbólica

toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural.¹²⁹

A escola é palco inequívoco da violência simbólica e não está preparada para lidar com o preconceito que simbolicamente a legitima em processos hierarquizados e naturalizados de monopólio. As ações pedagógicas, seja na reelaboração dos PPPs ou nos planos de ação anuais, mantêm há anos práticas descontextualizadas e não potencializam o ser humano na totalidade. Conforme afirma Paulo Freire:

O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica do ‘faça o que eu mando e não o que eu faço’. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a quem falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo.¹³⁰

Ao legitimar a naturalização no processo pedagógico, a instituição escolar suscita a violência simbólica ao reconhecer uma só tradição religiosa nos festejos escolares, motivo da ausência de uma minoria de alunos/as nas festividades e nas aulas de Ensino Religioso, pois os/as professores/as influenciam as aulas com sua própria confissão. Instalada a falha, a escola não educa na perspectiva de inclusão geral, antes legitimando o poder simbólico de uma só expressão religiosa. A criança sem voz e vez, cuja vontade se submete à do adulto, foi

¹²⁷ RADAELLI, Maria Eunice. *Contribuições de Vygotsky e Bakhtin para a linguagem: interação no processo de alfabetização*. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1322760690.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

¹²⁸ BRANCO; CORSINO, 2015, p. 141.

¹²⁹ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalienas*. Paris: Seuil, 1997. p. 204.

¹³⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 34.

vitimizada por essa violência simbólica, limitando-se a assistir aos ensaios das festas cristãs, que acontecem nas aulas de Educação Física na quadra da escola ou em outro local onde se ensaiam as coreografias.

Nesse sentido, a aceitação da coexistência de múltiplas festas religiosas e a inserção do Ensino Religioso no Projeto Político-Pedagógico da escola apontam um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente, principalmente por significarem a construção de novas formas de sociabilidade integradoras das diversas formas de expressão religiosa de todos/as os/as estudantes, produtores de cultura de diferentes linguagens no ambiente escolar. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Na Educação Básica, o respeito aos estudantes e aos seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários é um princípio orientador de toda a ação educativa. É responsabilidade dos sistemas educativos responderem pela criação de condições para que as crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade (diferentes condições físicas, sensoriais e socioemocionais, origens, etnias, gênero, crenças, classes sociais, contexto sociocultural), tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria do percurso escolar, da Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Médio.¹³¹

Não se reestrutura um Projeto Político-Pedagógico sem pensar na organização como um todo. Ele é resultado de um pensamento coletivo que contextualize a religiosidade no âmbito do pluralismo religioso, derrubando práticas religiosas naturalizadas de ensino. Assim, o Ensino Religioso não se restringe aos ensinamentos de valores ou se dedica a atenuar conflitos escolares, mas se conecta ao plano de ação do PPP, contemplando o/a aluno/a na sua dimensão religiosa e incluindo-o no processo educacional.¹³²

Dentre as diversas ações desenvolvidas nas escolas municipais aqui pesquisadas, a organização curricular e o trabalho com o calendário letivo das datas comemorativas religiosas engessam os/as alunos/as em um cronograma de atividades que não permitem ressignificar a sua vivência cultural e religiosa. Todo o planejamento se mecaniza nas práticas pedagógicas religiosas naturalizadas, e a criança é ignorada quando não participa das comemorações.

Para Saviani, “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado [...], não se trata de qualquer saber”¹³³. Segundo Bergamasco,

¹³¹ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais da educação básica*. Brasília: MEC, 2013, p. 35. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

¹³² BRANDENBURG, 2004, p. 138.

¹³³ SAVIANI, 1991, p. 22.

a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não conhecimento espontâneo, ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular [...]. Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. Com efeito, ciência é exatamente o saber metódico, sistematizado.¹³⁴

Assim sendo, para o autor, é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. E currículo não é tudo que a escola faz, mas o conjunto de atividades nucleares por ela desenvolvidas, mesmo porque, se tudo o que acontece na escola é currículo, não teria sentido falar em atividades curriculares e extracurriculares. Ainda segundo Bergamasco, o trabalho escolar pode ser descaracterizado, ocasião em que o secundário pode assumir o plano principal, deslocando-se para uma posição acessória atividades primordiais, que constituem a razão de ser da escola. Reflete o autor:

Não é demais lembrar que este fenômeno pode ser facilmente observado no dia-a-dia das escolas. Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa na segunda quinzena de fevereiro e já em março temos a semana da revolução, em seguida a semana santa, depois a semana das mães, as festas juninas, a semana do soldado, do folclore, a semana da pátria, jogos da primavera, semana das crianças, semana do índio, semana da asa, etc., e nesse momento já estamos em novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola, encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. É preciso, pois, ficar claro que as atividades distintas das semanas, acima enumeradas, são secundárias e não essenciais à escola. Enquanto tais são extracurriculares e só têm sentido na medida em que possam enriquecer as atividades curriculares, isto é, aquelas próprias da escola, não devendo em hipótese nenhuma prejudicá-las ou substituí-las.¹³⁵

As escolas municipais de Educação Básica de Vila Velha acompanham o calendário de feriados nacionais. Entretanto, são muitas as variações compreendidas como construções históricas de ações humanas. Vemos nas preparações das datas comemorativas religiosas práticas pedagógicas naturalizadas, que alijam das festividades os/as alunos/as, desautorizados pelos pais ou responsáveis. Famílias evangélicas não deixam as crianças participarem das Festas Juninas e Testemunhas de Jeová proíbem os filhos de participar da comemoração do Natal, com a chegada do Papai Noel.

Isso mostra que as práticas pedagógicas necessitam de integrar, discutir e conhecer o fenômeno religioso, a fim de que preconceitos na escola sejam extirpados, corrigindo-se

¹³⁴ BERGAMASCO, Ceci Mara Spagolla. *O fio de Ariadne: a religiosidade nas festas comemorativas escolares*, 2009. 141p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente – SP, p. 22. Disponível em: <<https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/92303>>. Acesso em: 23 out. 2017.

¹³⁵ SAVIANI, 1991, p. 24.

posturas de exclusão para que se valorize a expressão da diversidade religiosa na escola com práticas pedagógicas significativas e diferenciadas, que vão ao encontro do/a outro/a. Segundo Brandenbrug,

não se aprende sobre diversidade cultural e religiosa apenas cognitivamente, estudando um texto, olhando um filme ou pesquisando o fenômeno religioso, mas vivenciando essa realidade, pelo menos como tentativa e exercício. Vivenciar a realidade não significa apenas assistir ao ‘desfile’ das habilidades de diferentes confissões religiosas, mas também e principalmente, exercitar o convívio com o diferente que já existe na sala de aula.¹³⁶

Na Educação Infantil, as crianças são inseridas nas tradições religiosas a partir das festas, na maioria cristãs. Quando são matriculadas nas Unidades, vivenciam interações e experiências que podem ser compartilhadas mediante gestos e brincadeiras que compõem a rotina de cada escola. A proposta pedagógica da Educação Infantil do município em questão assim determina:

Aquilo que elas muitas vezes não conseguem expressar oralmente, elas conseguem demonstrar nas brincadeiras, pois por meio das brincadeiras elas são capazes de revelar os seus medos, seus desejos, suas repulsas, estabelecem estratégias de convivência, expõem muitas vezes as violências sofridas, mas também conseguem recriar e (re) significar a vida enquanto brincam. Por meio das brincadeiras, expõem as influências de seu grupo social, a sua condição de gênero (menino ou menina), trazem marcas culturais e sociais de sua etnia (negra, branca, índia, japonesa, pomerana, etc.), das crenças religiosas de sua família (católica, evangélica, budista, candomblé, etc.), como também de contextos familiares que não professam nenhuma fé religiosa.¹³⁷

Concomitantemente com esse fator, a diversidade religiosa deve ser mais explorada nas datas comemorativas. Aceitar o diálogo não é negar a própria identidade, mas trabalhar na proposta de novas maneiras de cumplicidade nas expressões religiosas, fazendo valer a democracia desse espaço, haja vista que outras expressões também estão presentes. Silva pondera:

Desta maneira a disciplina de Ensino Religioso traz a oportunidade das crianças aprenderem sobre a grande diversidade de crenças não apenas em nosso país, mas também no mundo. Mostrando a elas que o diferente também é correto dentro da perspectiva de cada um, levando-as a compreenderem que estudar sobre outras crenças não significa mudar de religião, mas ter o grande privilégio de expandir o seu conhecimento cultural.¹³⁸

¹³⁶ BRANDENBURG, 2004, p. 138.

¹³⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA – ES (PMVV-ES). *Proposta Pedagógica de Educação Infantil do Município de Vila Velha: Desvelando histórias... produzindo saberes*. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Educação Infantil, Vila Velha 2008. p. 62.

¹³⁸ SILVA, Marcelo Ferreira da. O ensino religioso como agente facilitador do diálogo entre as diferentes crenças. In: SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM. v. 1, n. 1. Maringá. *Anais*. 2012, p. 1-12. Disponível em:

Nesse sentido, o autor aponta também a necessidade do Ensino Religioso para as Unidades Municipais de Educação Infantil de Vila Velha, pois:

O Ensino Religioso contribui na formação do cidadão, pois é reforçado que todos são iguais, tendo o direito de seguir a sua crença sem ser desrespeitado. Assim sendo, os alunos hão de aprender a conviver bem uns com outros, entendendo que, de maneira geral, todos os credos buscam o bem do ser humano.¹³⁹

A didática da diversidade religiosa trabalhada nas escolas faz parte de um cronograma anual de atividades mensais, organizado no início do ano com a equipe técnica pedagógica e os/as professores/as, contendo ações vinculadas às festas religiosas que norteiam a prática pedagógica docente. Nesse contexto, a didática dessa atividade deveria ser expressa nas experiências culturais trazidas pelas crianças, produtoras de cultura, com seus sentimentos e expressões. Segundo Brandenburg:

A participação estudantil na concretização da aula de Ensino Religioso torna-se evidente quando o conteúdo da aula é, além de meios para vivência, também cheio de significado para as pessoas envolvidas. Surge então a necessidade de ser uma organização da situação de sala de aula, transformando-a em cenário de uma aprendizagem significativa. Trabalhar a partir do corpo discente é salutar e até mesmo necessário, principalmente quando é mencionada uma aprendizagem significativa – objetivo maior de qualquer fase do processo de escolarização ou mesmo da vida.¹⁴⁰

No cotidiano das escolas municipais, nem todos/as os/as alunos/as participam das ações pedagógicas das festas religiosas. Deve-se aproveitar a oportunidade e incluí-los em um contexto de um diálogo permanente, privilegiando-se a reflexão e a prática por toda a comunidade escolar, e construindo-se assim pontes entre as tradições culturais e religiosas.

O novo Ensino Religioso proposto pela lei de 1997 buscou adaptar-se à realidade pluralista do atual campo religioso brasileiro, e como defende Fuchs: “O Ensino Religioso deve estar no currículo escolar para auxiliar cada ser humano a se encontrar consigo, com o outro, e com o transcendente, a partir das experiências que cada um traz para o diálogo construtor de novas realidades”.¹⁴¹

O conteúdo do Ensino Religioso aplicado nas escolas municipais do Ensino Fundamental de Vila Velha é oriundo dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, que subsidia a prática pedagógica dos docentes do município. Como esses conteúdos

<<http://www.ppe.uem.br/semanadepedagogia/2012/pdf/T2/T2-024.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

¹³⁹ SILVA, 2012, p. 13.

¹⁴⁰ BRANDENBURG, 2004, p. 139.

¹⁴¹ FUCHS, Henri, 2005, p. 25, *apud* ALVES, 2015.

não são trabalhados na Educação Infantil, percebem-se as festividades religiosas nas datas comemorativas e a expressão da religiosidade de cada aluno/a em sua tradição religiosa.

Com as alterações no artigo 33 da LDB, Lei nº 9.394/1996, os/as professores/as do Ensino Religioso sentiram a necessidade de efetivar um componente curricular como parte integrante da formação básica do cidadão. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) foram elaborados por pessoas de várias tradições religiosas, em parceria com docentes, que elaboraram uma proposta pedagógica cujo objeto de estudo é o fenômeno religioso, sem proselitismo, explicitando objetivos, eixos organizadores e tratamento didático.

O Ensino Religioso, por meio das competências específicas, busca construir atitudes de consideração e respeito, proporcionando ao planejamento do professor uma ação-reflexão em suas práticas diárias em sala de aula, bem como na reelaboração dos PPPs das escolas. O componente curricular do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, à luz da nova BNCC, deve garantir aos alunos/as o desenvolvimento de competências específicas:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.¹⁴²

No desenvolvimento dos eixos temáticos do Ensino Religioso e nos blocos de conteúdos apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a compreensão dessa linguagem aponta para a interação entre quem aprende e quem ensina, para a construção do conhecimento histórico cultural, pois nenhuma cultura é insignificante. Para Holanda, essa linguagem possibilita e desenvolve a sensibilidade para a busca do diálogo, da tolerância e da convivência pacífica com as expressões religiosas, respeitando a pluralidade cultural religiosa brasileira.¹⁴³

É importante ressaltar que o cotidiano da realidade das escolas municipais aqui pesquisadas – sobretudo as práticas pedagógicas dos/as docentes – revela a falta de capacitação

¹⁴² BRASIL, 2018, p. 435.

¹⁴³ HOLANDA, Ângela. Qual a linguagem para o ensino religioso? In: JUNQUEIRA, Sérgio (Org.). *Ensino religioso em questão*. 2005. Disponível em: <<https://www.gper.com.br/newsletter/0363a8cd70a96bdc70f42fb5916fcc1e.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

sobre a religiosidade nas escolas, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, seja nas festas religiosas ou nas aulas de Ensino Religioso. Toda a equipe necessita de formação para conhecer o pluralismo religioso, garantindo o respeito a toda expressão religiosa.

A sensibilização quanto à responsabilidade pelo trabalho desenvolvido na escola sugere o envolvimento da família na própria ação pedagógica e no embasamento dos PPPs sobre a proposta de ensino dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, bem como nas festas religiosas, frequentemente alvo de preconceitos. Afinal, a expressão religiosa das datas comemorativas é entendida pelo grupo familiar como valores dogmáticos de rituais culturais e históricos dos quais os filhos não podem participar.

Consideram-se as atividades de avaliação dinâmicas, ou seja, processuais, formativas e finais. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER), elaborado pelo FONAPER, a avaliação no Ensino Religioso deve ser processual:

A avaliação parte sempre da concepção de ensino e aprendizagem. Nessa proposta a abordagem do conhecimento visualiza o Ensino Religioso como algo significativo, articulado, contextualizado, em permanente formação e transformação, a partir das necessidades que cada trabalho educacional necessitar.¹⁴⁴

A criança é um ser humano histórico-cultural, com diversidades significativas na expressão de sua identidade. Sua interação no ambiente escolar revela a beleza de suas ações, permitindo o desenvolvimento, a socialização e a aprendizagem a que tem direito. A escola pública deveria se fixar no atendimento dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos/as os/as alunos/as, preconizando, sobretudo, a pluralidade das expressões religiosas e reconhecendo a identidade do ser da criança, permitindo sua participação em um processo de ensino e aprendizagem a ser vivenciado nas celebrações das festas religiosas cristãs. Buscaram-se as aferições finais na pesquisa de campo, a saber, o levantamento de dados de fatores que afastam as crianças desses festejos religiosos.

¹⁴⁴ FONAPER, 2006, p. 17.

3 A REALIDADE DAS EXPRESSÕES RELIGIOSAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A visita a campo e a verificação da realidade das expressões religiosas nas práticas pedagógicas mostram que dados coletados não podem maquiar o fato revelado. A escola traduz um paradoxo ao favorecer uma religião em detrimento de outra, e esse preconceito reverbera na proibição de participação nos festejos. Entre o caminho e a realidade das escolas, a voz do adulto se sobrepõe à vontade da criança em todas as ações pedagógicas. O seu desejo de brincar nos momentos festivos é contido no percurso das práticas docentes religiosas naturalizadas durante anos nas escolas. A solução que se impõe é o acolhimento do pluralismo religioso, com princípios igualitários entre as convicções, religiosas, ou não, que ressignifiquem a educação a lhe confirmem qualidade e democracia nas escolas pesquisadas.

3.1 Escolas pesquisadas

O pluralismo religioso conduz à superação de preconceitos que desvalorizam qualquer experiência religiosa. É no campo dos encontros do conhecimento científico que se deve focar, refletindo sobre a possibilidade do diálogo como ferramenta valiosa no dia a dia da escola. Alves reflete: “eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos”.¹⁴⁵

Este trabalho de pesquisa visa atender os objetivos propostos, relatando aspectos da realidade das instituições escolares com seriedade e comprometimento. As etapas da pesquisa foram a análise bibliográfica e a pesquisa de campo, com aplicação de questionários, considerados os mais pertinentes ao entendimento e à análise do problema pesquisado.

A pesquisadora compareceu às escolas por mais de cinco dias, no mês de março de 2018. Conforme descrição resumida do Projeto Político-Pedagógico para a pesquisa em questão, a Escola A, pertencente à Região 2, localizada no bairro Ilha dos Bentos, na cidade de Vila Velha (ES), ostenta como missão a busca da qualidade da educação no município, o respeito à criança e ao meio ambiente, satisfazendo a comunidade, de forma a permitir seu desenvolvimento integral, nos aspectos cognitivo, psicossocial, afetivo e motor.

A família é a base da sociedade. Sem ela não haveria escola. E esta recebe alunos cuja vida nem sempre está estruturada. O espaço escolar é de construção de conhecimento, voltado

¹⁴⁵ ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008. p. 2.

à criança, recebendo a diversidade e se adequando diariamente à realidade local, com suas necessidades. Família e escola são pontos de apoio e sustentação e devem ser parceiras, capazes de diálogo mútuo, com troca de saberes.

O currículo da Escola A está atrelado ao Projeto Político-Pedagógico e, portanto, é maleável, respeitando as características e a necessidade da clientela. Os projetos, canal de execução do currículo, são desenvolvidos a cada ano. As experiências em sala de aula contribuem para o processo permanente de revisão do currículo.

A proposta pedagógica inspira-se numa perspectiva sociointeracionista, tomando como referência o desenvolvimento de uma forma íntegra e participativa, em que professores/as e alunos/as são agentes do processo educativo. O trabalho é pautado nos conhecimentos de que as crianças já dispõem e a partir dos quais devem criar pontes para novas aprendizagens. Essa proposta é de uma educação em que o/a aluno/a vivencie práticas solidárias e democráticas, a compreensão e o resgate dos direitos, tanto os seus quanto os do/a outro/a, e para isso é preciso levar em conta as características das crianças no que diz respeito ao que elas têm em comum: seu desenvolvimento.

Além de ações como projetos e planejamentos, cumpre descrever sumariamente o cronograma de atividades: em fevereiro, baile à fantasia; março: Dia Internacional da Mulher; abril: Páscoa; maio: Festa da Família; junho: Festa Cultural; e dezembro: cantata de Natal (na Igreja Batista). Essas práticas pedagógicas constam do Plano de Ação Anual.

Os recursos físicos compõem-se de oito salas de aula, uma sala multiuso, uma sala de professores/as, uma sala de diretor, um refeitório, uma secretaria, um depósito pedagógico, uma cozinha, um pátio, um banheiro infantil e um banheiro adulto, divididos em feminino e masculino. Sua equipe técnica e pedagógica conta com uma diretora, duas coordenadoras, duas pedagogas, uma professora de educação especial e 16 professoras regentes de classe. Esta pesquisa contou com a participação de 16 professoras, que responderam o questionário. As professoras regentes de classe estão disponibilizadas nos respectivos turnos de trabalho, sendo oito no turno matutino e oito no vespertino. 400 crianças estão matriculadas, com uma média de 25 por turma. No turno matutino as oito salas da Educação Infantil se distribuem em quatro para a faixa etária de 4 anos e quatro para a idade de 5 anos, totalizando 200 crianças nesse turno. No turno vespertino há três salas da turma Infantil 4 (4 anos de idade) e cinco para a turma Infantil 5 (5 anos de idade), num total de 200 crianças nesse turno.

A Escola B, pertencente à Região 1, localizada no bairro Praia das Gaivotas, em Vila Velha (ES) tem como missão o acesso, a permanência e o sucesso de todos os educandos,

proporcionando ensino de qualidade para a formação de cidadãos críticos, participativos e capazes de agir na transformação da sociedade.

A principal função da escola é ajudar os/as alunos/as a construir conhecimentos e uma forma de pensar e sentir mais elaborada, assim como valores. Isso implica relações recíprocas entre o/a aluno/a e o universo. O universo, ou conjunto de conhecimentos e experiências de aprendizagem a ser oferecido aos alunos/as, passa por várias instâncias de elaboração. O currículo, com base nas prioridades estabelecidas para a política educacional, dispõe diretrizes, orientações e indicações sobre os conteúdos a ser ensinados.

Além de ações como o Projeto “Tempo de União” e os planejamentos, a escola tem um cronograma de atividades que engloba o baile de Carnaval em fevereiro, o Dia Internacional da Mulher em março e a Festa Junina em junho. Tais práticas pedagógicas são desenvolvidas no Plano de Ação Anual.

Seus recursos físicos compõem-se de 19 salas de aula, um laboratório de informática, uma sala de professores/as, uma sala de diretor, um refeitório, uma secretaria, um auditório, uma cozinha, um pátio, oito banheiros de alunos, dois banheiros de professores, um banheiro de funcionários, uma biblioteca, um ginásio, uma sala de banda, um campo de futebol, uma quadra de areia, uma piscina, uma sala de Educação Especial, uma sala de Educação Física, uma sala de AEE, quatro vestiários e três salas de material de Educação Física. Sua equipe técnica e pedagógica é constituída de um diretor, oito coordenadoras, cinco pedagogas, cinco professoras de Educação Especial, cinco professores de séries iniciais e 59 professores de disciplinas. 38 docentes responderam o questionário desta pesquisa. 499 alunos/as do 6º ao 9º ano estão matriculados no turno matutino, e 505 no vespertino, do 5º ao 8º ano.

A primeira parte da pesquisa de campo identifica sucintamente o perfil dos respondentes. Para a descrição, foram coletados dados dos questionários e, para demonstrá-los, o procedimento utilizado foi a representação por quadro de perfil.

A população ou universo diz respeito a um conjunto de elementos, cada um dos quais compartilha uma ou mais características. Quando se toma parte da população para a elaboração do estudo, tem-se a chamada amostra. Na prática, a partir de uma amostra, podem-se fazer inferências para a população.¹⁴⁶

A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados o questionário (Anexo A), com professores/as das escolas em tela. A pesquisa teve início em março de 2018, com

¹⁴⁶ LAVADO, Edson Lopes; CASTRO, Aldemar Araujo. *Projeto de pesquisa* (parte V – amostra). Planejamento da Pesquisa. São Paulo: AAC, 2001, p. 34. Disponível em: <http://www.usinadepesquisa.com/pdf/pesquisar/lv4_07_amostra.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2018.

questionários pessoalmente entregues pela pesquisadora aos professores e recolhidos no mês de julho de 2018, considerando-se esse intervalo prazo razoável para os respondentes. Foram ao todo 16 professoras da Escola A e 38 da Escola B.

Quadro 1: Apresentação do perfil dos entrevistados – Identificação/Perfil

RESULTADO	ESCOLA A	ESCOLA B
Formação em Pedagogia	11	4
Formação em Letras	2	7
Formação em Magistério Superior	3	2
Outro Curso Superior	-	25
Total	16	38
Tempo de experiência na área da educação	Média de 9 anos	Média de 13 anos
Total	16	38
Função	Professora	Professor/a
Total	16	38
Profissional da Educação Infantil	16	-
Profissional do Ensino Fundamental	-	38
Total	16	38
Religião católica	4	11
Religião evangélica	6	17
Religião evangélica (presbiteriana)	1	1
Religião evangélica (batista)	2	1
Religião espírita	1	3
Não tem religião	1	2
Ateu	-	1
Outra religião	1	2
Total	16	38

Na segunda parte, referente à pesquisa de campo, gráficos são dispostos em forma de figuras. A pesquisadora analisa o panorama de cada gráfico, apresentando, nesse percurso, perguntas abertas e fechadas a fim de investigar o conhecimento do assunto pelos/as professores/as.

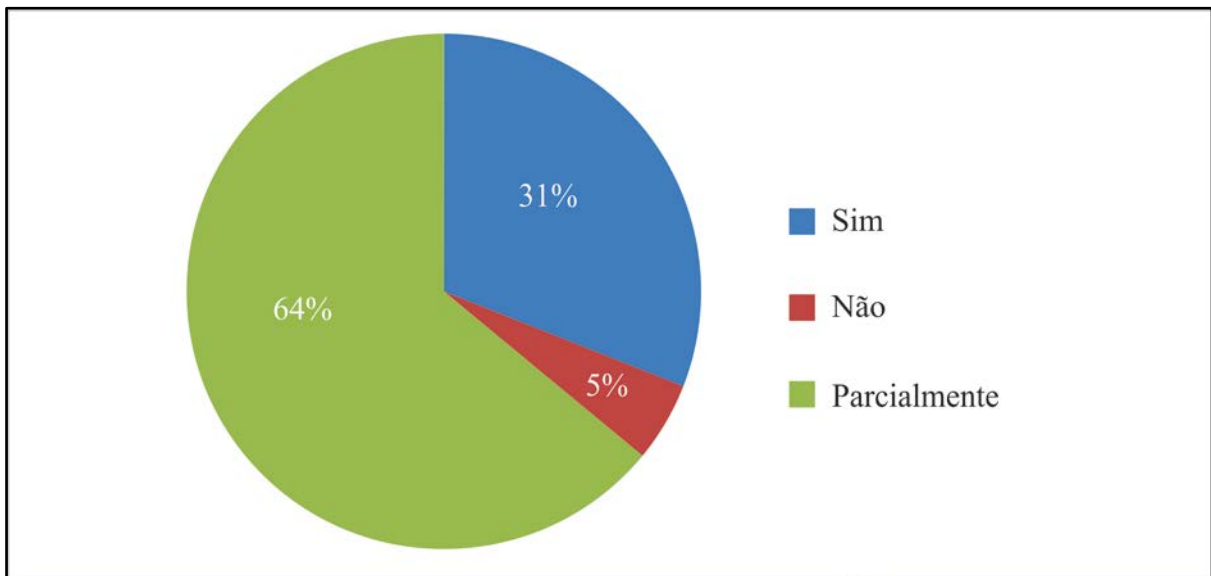
3.2 Entre o caminho e a realidade: Escola A

Os resultados a seguir demonstram a realidade da escola A e fornecem uma dimensão dos aspectos educacionais dessa unidade de ensino, bem como o conhecimento das professoras dos dados coletados sobre o assunto. A Escola A, onde foi elaborada a pesquisa, faz parte da região 2 do município, com turmas de Infantil 4 e 5 há mais de 15 anos, na faixa etária de 4 e 5

anos de idade, respectivamente. As professoras pesquisadas são graduadas em Pedagogia e algumas já têm mais de 9 anos de experiência na Educação Infantil.

Foram entregues 20 questionários às professoras no início da pesquisa, dos quais 16 foram devolvidos preenchidos e quatro não foram devolvidos. Alguns docentes se propuseram responder o questionário, sem interferência do pesquisador.

Figura 1 – A religiosidade está presente em sua prática pedagógica?



Para Alves, “a religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir”¹⁴⁷. No caso em análise, é como um espelho em que o sujeito se enxerga no outro, um olhar holista para a prática pedagógica dos docentes, um mediador no processo de ensino e aprendizagem, refletindo o respeito ao outro/a em sua pluralidade. O ser humano traz na essência a expressão da religiosidade, que reside na própria condição humana. A religiosidade está na escola porque o ser humano ali está, e representa uma das qualidades humanas mais definidas.

A figura acima mostra que 64% dos professores consideram parcialmente a presença da religiosidade em sua prática pedagógica; 5% não a consideram, e para 31% a resposta foi positiva. A religiosidade, portanto, está presente na atuação dos docentes, expressando-se de múltiplas maneiras, como modo de ser individual. A religiosidade, como unidade do ser humano, faz parte de sua identidade, bem como do coletivo da escola, mediante pensamento e linguagem conectados, construindo relações traduzidas nas danças, ritos, contos, conceitos e

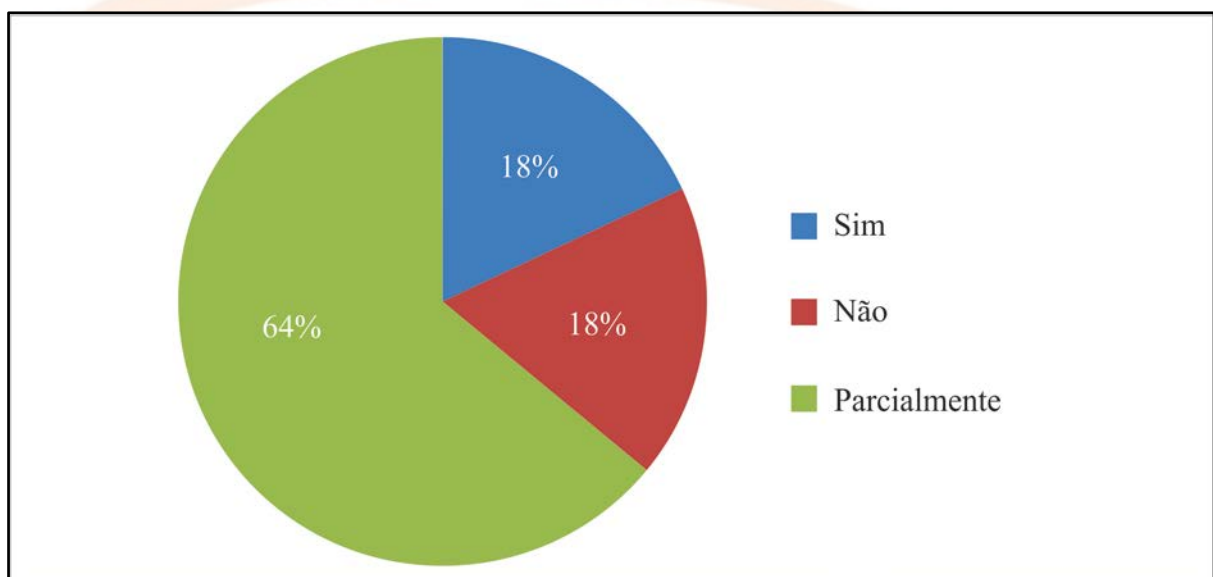
¹⁴⁷ ALVES, 2004, p. 13.

culturas. Certamente essas expressões, diluídas nas práticas diárias do trabalho pedagógico, influenciam o contexto local.

Esse resultado demonstrou a presença da religiosidade na prática pedagógica dos docentes dessa unidade de ensino, o que não recomenda a ocultação da sua identidade religiosa, mas encoraja um olhar de respeito e entendimento do diferente. Proporciona-se, assim, um contexto igualitário, sem preconceitos e hostilidades, favorecendo o respeito às diversas convicções na construção de um espaço de acolhimento a/o todos/as.

Aprender a aprender remete a pensar o novo, na aceitação de que o processo de aprendizagem nunca está acabado. Isso permite a aquisição de instrumentos da compreensão no reflexo do/a outro/a, com seu próprio modo de expressão de religiosidade a ser integrado na totalidade.

Figura 2 – Nas datas comemorativas religiosas, tais como Páscoa, Festa Junina e Natal, os/as alunos/as participam das atividades propostas?

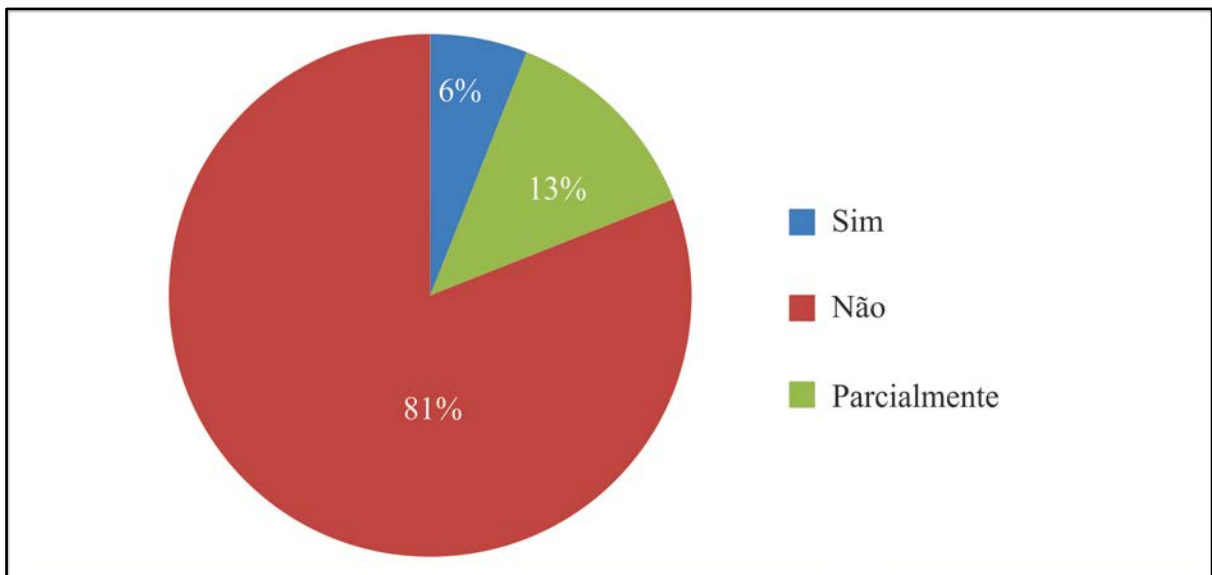


A análise dos resultados demonstra que a escola vivencia as festas religiosas, porém não está preparada para trabalhar com a participação dos/as alunos/as nos eventos. Nas datas comemorativas como Páscoa, Festa Junina e Natal, 64% dos/as alunos/as participam parcialmente das atividades propostas, 18% não participam e 18% participam totalmente.

A Educação Infantil introduz as crianças na vida escolar pelas tradições religiosas a partir das festas, na maioria cristãs. As ações são descritas no PPP da escola como cronograma de práticas pedagógicas desenvolvidas durante o ano letivo. Essa escola não promove a Festa Junina, mas a Festa Cultural, entendida pelos familiares como um disfarce da Festa Junina.

As escolas estão envolvidas no contexto histórico das datas comemorativas, ficando clara a fragilidade com que as ações são reelaboradas para abarcar a diversidade religiosa. Esse fato não impede o diálogo com os familiares, buscando sensibilizá-los quanto à importância das brincadeiras propostas para as datas cristãs. São experiências que contribuem para o exercício da cidadania. Segundo o RCNEI, é preciso assegurar “o respeito à dignidade e aos direitos das crianças consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc”¹⁴⁸.

Figura 3 – A escola contempla, nas datas comemorativas religiosas, a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?



Para 81% dos entrevistados a escola não contempla a participação geral das crianças nas festas religiosas; segundo 6%, a instituição escolar a contempla; e 13% creem que ela contempla parcialmente.

A identidade da criança na escola é negada a partir do momento em que ela não pode participar das festas religiosas. Todos decidem de quais ações pedagógicas as crianças participarão, exceto elas, e o controle do adulto se sobrepõe à vontade da criança. Alves considera que “basta contemplar os olhos amedrontados das crianças e os seus rostos cheios de ansiedade para compreender que a escola lhes traz sofrimento”¹⁴⁹.

Da tradicional Festa Junina, por vezes trocada pela Festa Cultural, filhos de pentecostais não participam. Filhos de Testemunhas de Jeová não podem tirar fotos com o Papai

¹⁴⁸ BRASIL, 1998, p. 13.

¹⁴⁹ ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar*. São Paulo: Papirus, 1994. p. 11.

Noel. A exclusão das crianças dessas atividades escolares é uma falha. A escola é um espaço público democrático voltado ao desenvolvimento e à participação. Em festas e rituais, as crianças têm modos de vida e compreensões próprias do mundo, com culturas diversas.¹⁵⁰

Sem respeito à identidade da criança nesse espaço social não há aprendizagem. A educação de qualidade requer que se escute a criança, pois cuidar, educar e brincar caminham juntos na construção da sua autonomia. A ausência é expressiva no gráfico, que ilustra um cenário considerado por Freire:

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos, cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo.¹⁵¹

Em justificativa à resposta da questão 5 do questionário de pesquisa, percebem-se as seguintes respostas do público pesquisado:

- Os pais não aceitam e ainda denunciam.
- Temos muitos alunos que não podem participar.
- Interferência da família.
- Mais valores pessoais do que religiosos.
- Observamos que no contexto escolar aparecem práticas voltadas mais para as igrejas evangélicas e o catolicismo, as demais religiões não são contempladas (professora)
- As datas comemorativas religiosas de nosso país contemplam basicamente os praticantes do catolicismo.
- Normalmente levo as práticas religiosas com músicas, histórias e conversas informais. Pois temos várias denominações em nossas salas.
- É predominante na escola a referência à religião católica e à protestante.
- A diversidade só existe para a religião predominante, que é a católica.
- Já constam no PPP da escola propostas de ações onde não há contemplação da diversidade religiosa.
- Percebemos que alguns professores atuam numa prática cristã e a maioria dos profissionais não trabalha em seu contexto a religiosidade.
- As datas que estejam vinculadas diretamente com qualquer religião devem ser questionadas, revistas e transformadas. Não há como a escola privilegiar uma religião em detrimento de outra ou mesmo ignorar que muitas pessoas não têm religião.¹⁵²

“Enquanto parte fundamental da nossa cultura não for abordada com os responsáveis e as crianças de forma mais consistente e dialógica, a escola continuará segregando e excluindo”¹⁵³. A escola desempenha papel fundamental ao informar aos pais sobre os planos

¹⁵⁰ SCHUELER; DELGADO; MÜLLER, 2007, p. 126.

¹⁵¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 17.

¹⁵² Dados sobre a justificativa de resposta da questão 5, conforme questionário de pesquisa.

¹⁵³ BRANCO, CORSINO, 2015, p. 140.

de ações e os temas trabalhados no período letivo escolar, desenvolvendo novos posicionamentos quanto às expressões religiosas, como afirma Bastos Alves:

as famílias contemporâneas convivem com novos tipos de comportamentos religiosos presentes em um processo constante de afiliação e desafiliação; ponto de apoio e linha de ruptura; objeto de proteção e lugar de reclusão, lugar de afirmação ou negação de identidades. E essa realidade adentra as portas das escolas.¹⁵⁴

Portanto, ao integrar respeitosamente a criança nas ações pedagógicas tais como as datas comemorativas cristãs, nota-se a interferência da família, por falta de reflexões sobre a diversidade religiosa no contexto educacional. “A adoção de estratégias que permitam aos pais acompanharem as atividades curriculares da escola beneficiam tanto a escola quanto a família”.¹⁵⁵

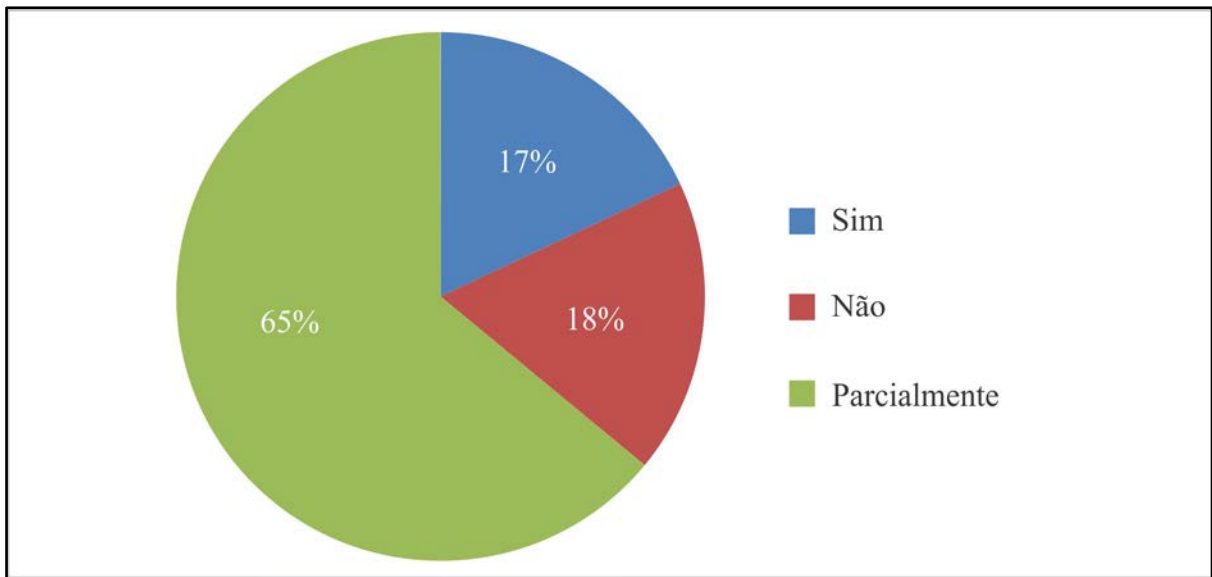
O que se observou, diante desta análise, é que nem todas as crianças são contempladas em sua expressão religiosa no espaço escolar, cerceadas pelo desconhecimento de muitos/as professores/as e dos familiares. A ausência das crianças deve-se à visão religiosa dos familiares ou a práticas pedagógicas religiosas naturalizadas como violência simbólica durante muitos anos no cotidiano escolar. Muitas crianças não podem participar porque “não são convidadas”,¹⁵⁶ diz Alves, ou seja, são excluídas dessa interação.

¹⁵⁴ ALVES, Maria Lúcia Bastos. Tolerâncias e intolerâncias religiosas no cotidiano familiar. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano I, n. 3, 2009, p. 2. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf2/texto%201.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

¹⁵⁵ DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007, p. 29. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2018.

¹⁵⁶ ALVES, 2008, p. 87.

Figura 4 – Há práticas religiosas dentro da escola?

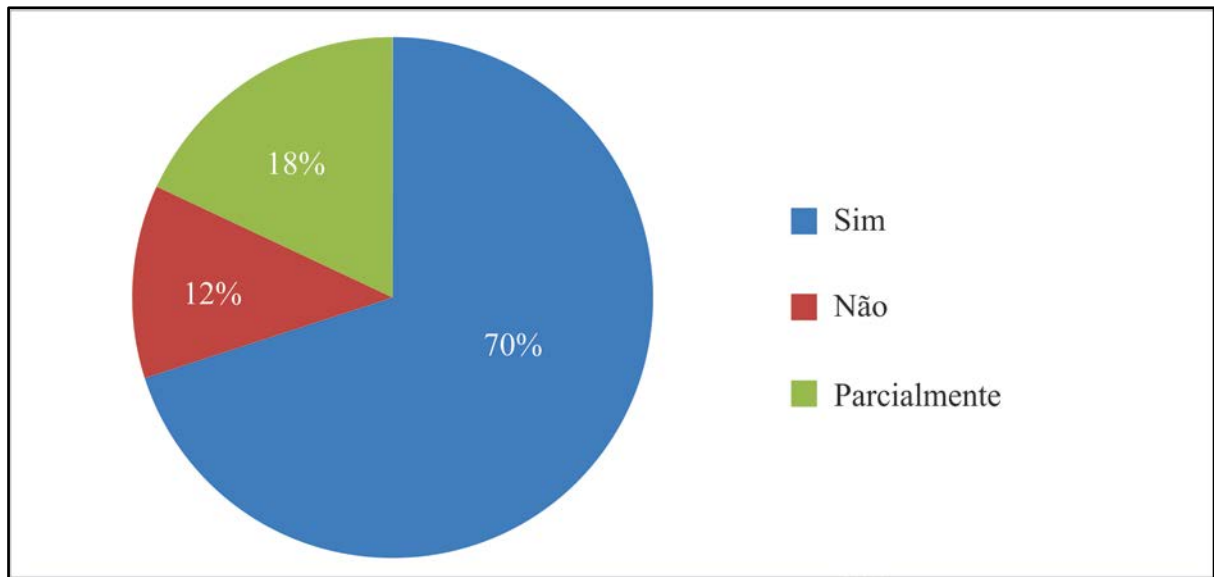


A figura 4 representa o resultado em percentuais das respostas à indagação sobre a ocorrência de práticas religiosas na escola. 18% dos entrevistados disseram que não, 65% reconheceram parcialmente essas práticas e 17% disseram que sim.

Isso revela uma conformidade naturalizada das ações pedagógicas, que oculta parcialmente a existência de práticas religiosas no espaço escolar. A própria colonização foi cristã e está presente no calendário das datas comemorativas, o que não a impede de ser ressignificada no âmbito da instituição escolar. Esse é um trabalho que exige muita coerência no esforço de promover a convivência e a participação geral, numa postura de conhecimento e respeito às expressões humanas, propondo mesmo a participação da criança no PPP da escola. Assim Libâneo complementa a função do/a professor/a: “Como mediador, o educador deve propiciar condições favoráveis para a apropriação crítica, criativa, reflexiva, significativa e duradoura do conhecimento, condição para o exercício consciente e ativo da cidadania”¹⁵⁷.

¹⁵⁷ LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 28.

Figura 5 – Compreende-se que há uma vasta diversidade religiosa no país?

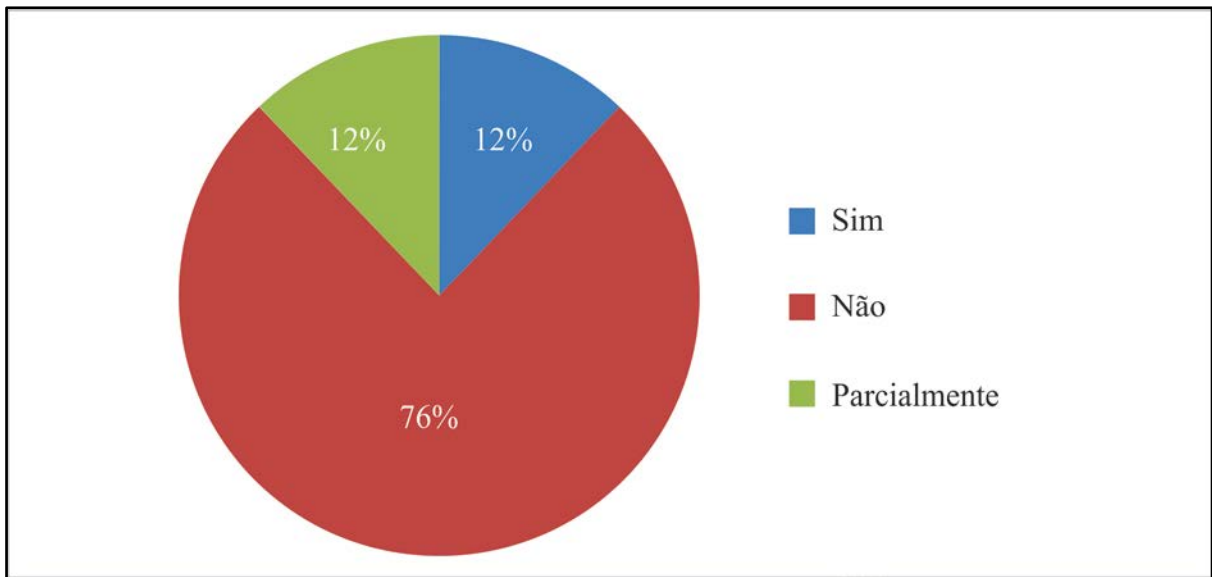


Quando se indagou da compreensão de que há uma vasta diversidade religiosa no país, 70% dos entrevistados disseram que sim, 18% afirmaram parcialmente essa compreensão e 12% disseram que não.

Esses percentuais demonstram por parte a compreensão da vasta diversidade religiosa do país pelos docentes, o que enseja organizar as ações com o fito de garantir às crianças o direito à participação nas festas religiosas escolares. Segundo Heerdt e Coppi, “é fundamental que as escolas incentivem os educandos a conhecer a sua própria religião, a ter interesse por outras formas de religiosidade, valorizando cada uma e respeitando a diversidade religiosa, sem nenhum tipo de preconceito”¹⁵⁸.

¹⁵⁸ HEERDT; COPPI, 2003, p. 34.

Figura 6 – Há momentos do PPP em que a religiosidade é apontada?



Quanto à existência de momentos do PPP em que se aponta a religiosidade, 76% dos entrevistados disseram que não, 12% afirmaram que esses momentos existem parcialmente e 12% disseram que sim.

A presença da religiosidade no PPP da escola pesquisada é entendida como festas religiosas e a participação ou não das crianças nesses festejos, por meio do calendário escolar do município. Uma vez que não existe Ensino Religioso na Educação Infantil, a expressão religiosa também não é apontada no PPP da escola.

O respeito às diferentes expressões religiosas, sem privilégio de nenhuma tradição ou convicção, deve dar sentido ao PPP da escola. O seu sucesso reside na possibilidade da construção coletiva das vozes de toda a comunidade escolar, abrindo espaço para que as crianças sejam ouvidas e participem desses momentos, democratizando o projeto. O PPP deve assumir a intencionalidade da escola como fruto de interações de toda a comunidade escolar. “É pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo responsável, comprometido, crítico e criativo”¹⁵⁹.

Nesse ponto do estudo, justificando a resposta da questão 9 do questionário de pesquisa, indagou-se qual a função do PPP no trato da diversidade religiosa na escola, solicitando-se o registro da consideração do entrevistado. Foram estas as respostas a essa questão:

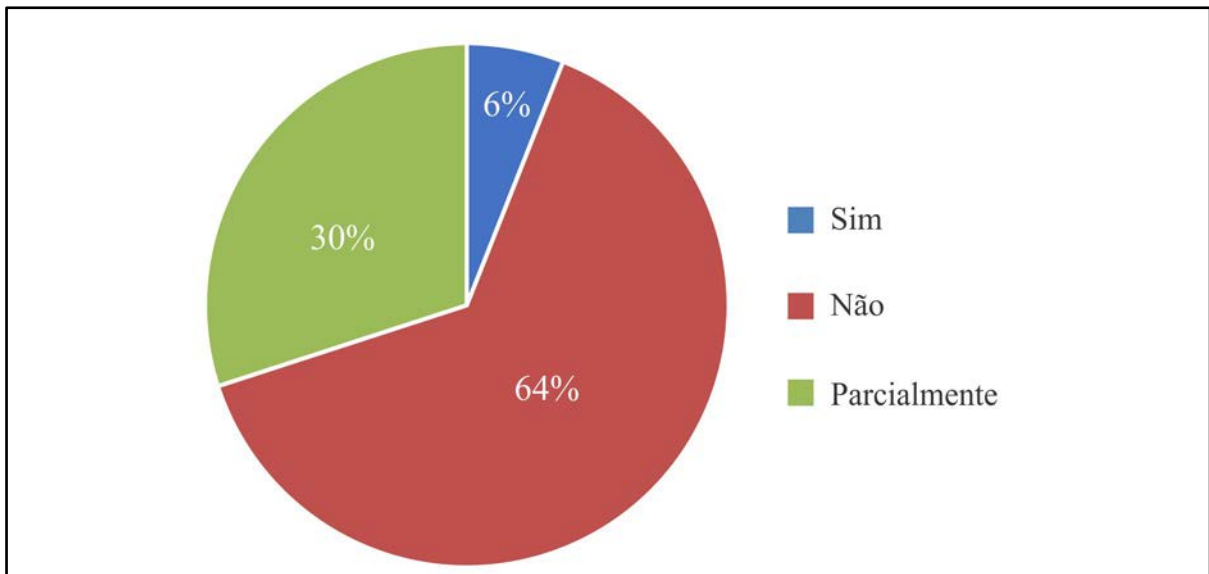
¹⁵⁹ VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 1998, p. 12.

- Normalmente é fazer com que principalmente há respeito, amor, uns para com os outros. Pois Deus é amor e quando conseguimos um pouquinho já considero a semente plantada.
- A função do PPP é uma enquete em que se depara a nossa comunidade religiosa escolar.
- Definir a abordagem desse tema de maneira a respeitar as convicções religiosas.
- Não tem essa temática na educação infantil, mesmo sendo de grande importância.
- Deveria propor ações dentro da realidade.
- A escola deve ser laica, mas o PPP deve garantir o respeito de expressões.
- PPP em construção, desconheço.
- Escola deve garantir as expressões de várias crenças e religiosidades trazidas pelos alunos.
- Desconheço o PPP da escola.
- A escola deve ser laica, mas também o PPP deve garantir o respeito de expressões crenças e religiosidade trazidas pelos alunos.
- A escola é laica, portanto o PPP defende o respeito por todas as crenças religiosas.
- PPP deveria ser construído coletivamente para efetivar sua função. Não tem essa temática na Educação Infantil, mesmo sendo de grande importância.
- Não tenho conhecimento dessa questão no PPP de nenhuma das escolas em que trabalho.
- A função do PPP é pesquisar, ou seja, uma enquete em que se depara a nossa comunidade religiosa escolar.
- Definir a forma de abordagem desse assunto de maneira a respeitar as convicções religiosas de toda a comunidade escolar.
- Função do PPP é promover ações dentro da realidade da comunidade escolar. Inserir todas as culturas religiosas, sem exclusão de nenhuma religião.¹⁶⁰

Portanto, o PPP deve considerar o entorno da escola, conhecer a comunidade em que está inserida e fazer uma proposta que alcance toda a extensão do público-alvo. Ele deve garantir o respeito às diferenças e, sobretudo, assegurar que ninguém se sinta menosprezado em decorrência da religião que professa, assim como garantir a participação de toda a equipe para ressignificar as ações e reafirmá-las para sua efetividade.

¹⁶⁰ Dados sobre a justificativa de resposta da questão 9, conforme questionário de pesquisa.

Figura 7 – A opinião dos pais sobre a religião é levada em conta na estruturação do PPP?



Para 64% dos/as professores/as, a opinião dos pais não é considerada na estruturação do PPP; e para 36%, só parcialmente; 6% disseram que sim. Ninguém reconheceu esse reconhecimento totalmente. Na Escola A também se percebe a falta de contribuição dos pais na estruturação do PPP, quando o sentimento de acolhida pela comunidade escolar proporcionaria a disposição de união no relacionamento entre família e escola. O RCNEI propõe:

Cada família e suas crianças são portadoras de um vasto repertório que se constitui em material rico e farto para o exercício do diálogo, aprendizagem com a diferença, a não discriminação e as atitudes não preconceituosas. Estas capacidades são necessárias para o desenvolvimento de uma postura ética nas relações humanas. Nesse sentido, as instituições de educação infantil, por intermédio de seus profissionais, devem desenvolver a capacidade de ouvir, observar e aprender com as famílias.¹⁶¹

A formação e o papel das famílias mudaram ao longo do tempo, assim como do homem e da mulher. Os meios de comunicação trouxeram nova roupagem às suas opiniões, bem como outras formas de expressão da religiosidade. Assim, as famílias envolvidas pelo discurso da mídia também se convertem a outras religiões, ou seja, adotam novos posicionamentos e interpretações da realidade, alterando as demandas e percepções da religiosidade que expressam, ao evidenciarem novas escolhas. Afirma Bastos Alves:

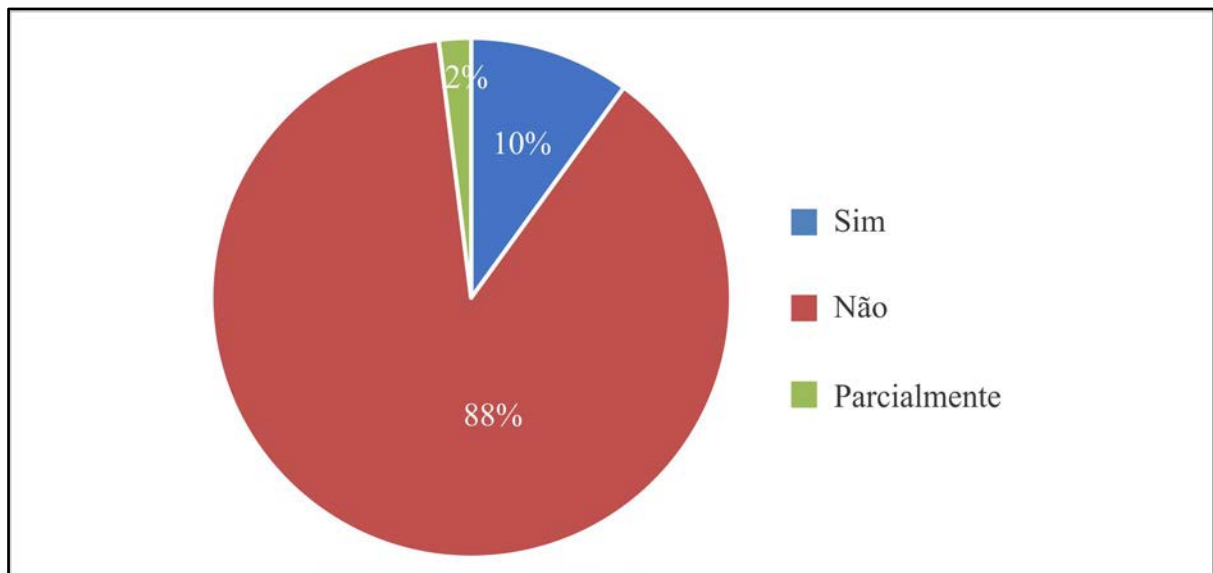
as famílias contemporâneas convivem com novos tipos de comportamentos religiosos presentes em um processo constante de afiliação e desfiliação; ponto de apoio e linha de ruptura; objeto de proteção e lugar de reclusão, lugar de afirmação ou negação de identidades. E essa realidade adentra as portas das escolas.¹⁶²

¹⁶¹ BRASIL, 1998, p. 82.

¹⁶² ALVES, 2009, p. 2.

Uma prática possível de integração das famílias em pequenos encontros nas escolas poderia consolidar sua participação, de modo a fortalecer a relação entre a instituição escolar e a família, com um aporte de grande valor no trato das expressões religiosas. Essa atitude, ao permitir um diálogo aberto com os familiares, promoveria um envolvimento significativo e a aprendizagem com a diferença, rejeitando preconceitos. Delors considera o último pilar da educação o “aprender a ser, em que a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa-espírito corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritual”¹⁶³.

Figura 8 – Você conhece a proposta curricular de Ensino Religioso do município?



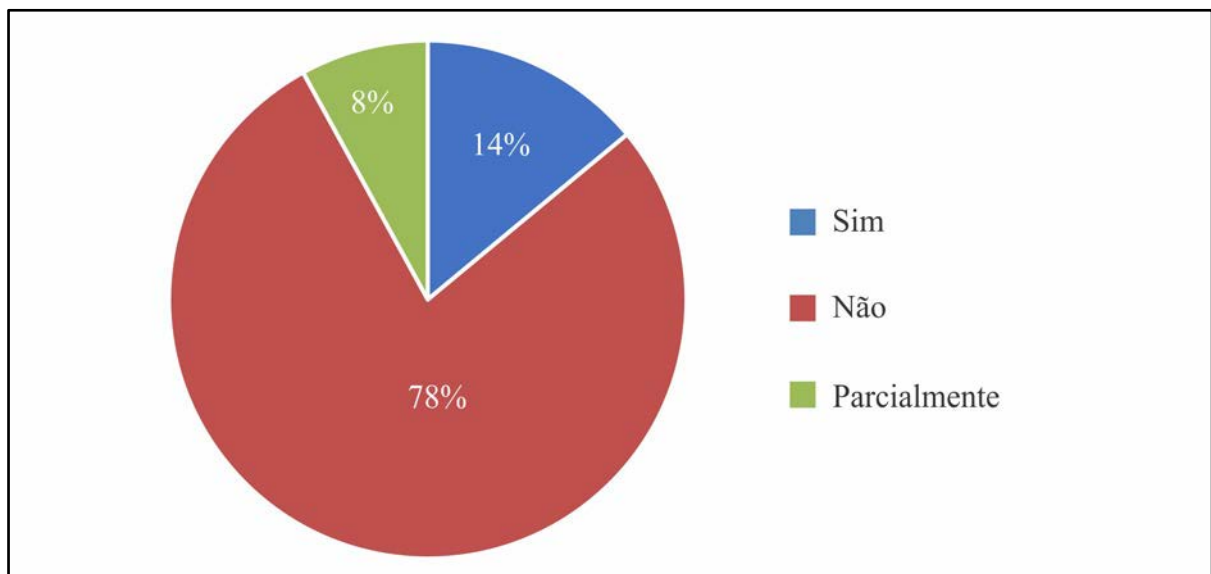
88% dos entrevistados responderam negativamente à pergunta acima e a resposta de 10% foi positiva e 2% parcialmente. Visivelmente as professoras da Escola A não conhecem a proposta curricular de Ensino Religioso do município. A ausência do Ensino Religioso na matriz curricular da Educação Infantil favorece a lacuna na intervenção pedagógica na expressão religiosa aqui pesquisada.

O conhecimento da proposta curricular oferece as linguagens da história das religiões a ser experimentadas e vivenciadas pelas crianças, pois mesmo que a Educação Infantil não ofereça o Ensino Religioso, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 prestigiaram a escrita do RCNEI de 1998, no que tange à diversidade religiosa. Esse documento anuncia uma

¹⁶³ DELORS, 2003, p. 99.

esperança primordial de que o Ensino Religioso seja contemplado na Educação Infantil. Para Soares, “propor a ciência da religião como base epistemológica e, portanto, como área de conhecimento pertinente ao ensino religioso, é a melhor maneira de corresponder ao valor teórico, social, político e pedagógico do estudo da religião para formação do cidadão”¹⁶⁴.

Figura 9 – Na sua concepção, essa proposta contextualiza a religiosidade na Educação Básica?



As respostas às entrevistas ilustradas pela figura 9 demonstram que para 78% dos entrevistados, a proposta apresentada não contextualiza a religiosidade nessa etapa da educação; somente 14% consideram que tal proposta se integra ao contexto em questão e 8% parcialmente. Diante dessa lacuna, é imperioso investigar como fazer diferente, buscando compreender e reconhecer as diferenças, o direito à cidadania e a participação de todos/as na esfera pública. Para Junqueira e Wagner,

Há necessidade da formação de professores com perfil específico que trabalhem numa perspectiva que enfoque o fenômeno religioso em toda a sua complexidade, no que se refere às formas de entender a vida diante da transcendência. O fenômeno religioso e a religiosidade se constituem num dos eixos para compreender e reconhecer as diferenças. É também necessário criar condições para o reconhecimento da alteridade e o respeito à dignidade. O estudo do fenômeno religioso deve possibilitar o diálogo marcado por um profundo respeito às diversas convicções religiosas.¹⁶⁵

¹⁶⁴ SOARES, Afonso M. L. *Religião & educação: da Ciência da Religião ao Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 126.

¹⁶⁵ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul (Org). *O ensino religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2011, p. 151.

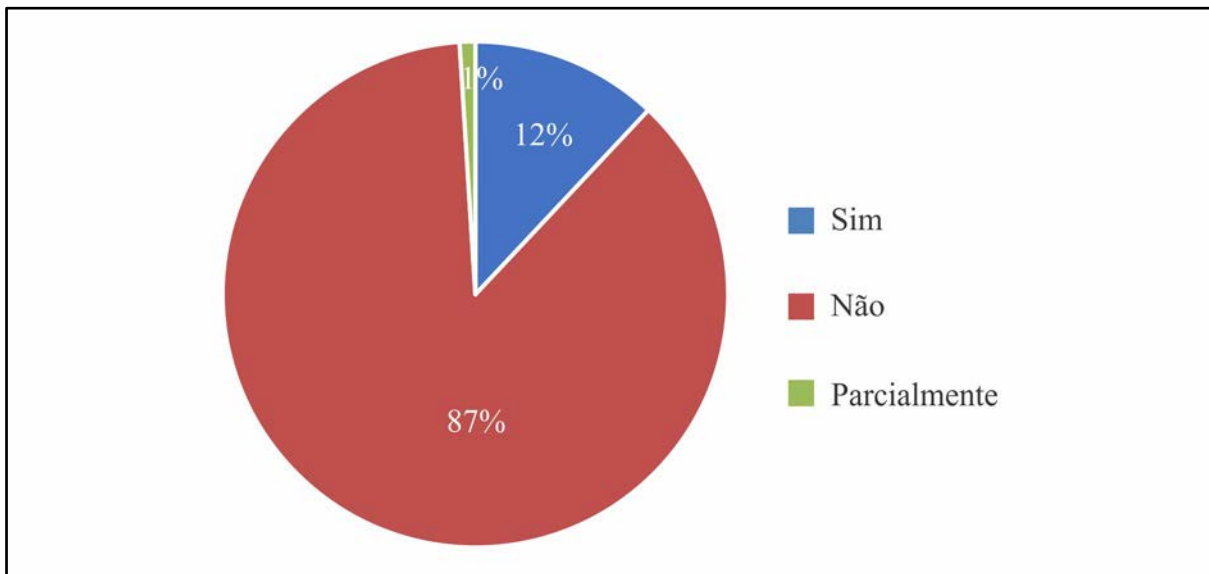
Contextualizar a religiosidade na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, é dar visibilidade a um ensino de qualidade. É ter o foco de trabalho voltado para o/a aluno, razão da existência do processo pedagógico. As experiências de diversas expressões religiosas são janelas para uma aprendizagem significativa. A religiosidade deve estar compreendida pela Educação Infantil aqui pesquisada, e as festas religiosas cristãs, sempre presentes, são oportunidades de integração de todas as expressões religiosas na escola, cultivando o respeito às tradições religiosas de todos/as.

Entre as respostas à questão 13 do questionário de pesquisa (O que você entende por pluralismo religioso?), estão as seguintes:

- É uma condição observada em sociedades nas quais não ocorre a hegemonia de uma religião.
- É o desafio da sociedade moderna, onde o ser humano vive de forma respeitosa com diferentes religiões.
- É um fenômeno da sociedade moderna que nos desafia a viver de forma respeitosa com as diferentes religiões.
- Um conceito que aceita e reconhece diferentes tipos de pensamento e religiões.
- Entendo que o indivíduo possui um credo e deve ser respeitado.
- A mudança no contexto religioso do nosso país e o aparecimento de novas religiões e crenças.
- Que a convivência de várias religiões, que muitas vezes se tornam contraditórias, na qual não existe uma verdade absoluta e que todos caminhos podem levar a Deus.
- Quando não existe hegemonia de uma única religião, mas a mistura de todas.
- É quando se misturam todas as denominações.
- Vários ritos religiosos.
- É uma forma de contemplar as diversas religiões.
- Contemplar outras possibilidades de mitos.
- Conhecimento de diversas culturas e fenômenos religiosos.
- O respeito nas diferentes religiões.
- É a convivência de várias religiões que muitas vezes se tornam contraditórias, na qual não existe uma verdade absoluta e que todos os caminhos podem levar a Deus.
- Diversidade religiosa, direito à diferença, onde todos convivem em harmonia, independentemente de suas crenças.¹⁶⁶

¹⁶⁶ Dados sobre a justificativa de resposta da questão 13, conforme questionário de pesquisa.

Figura 10 – Há momentos de formação ou capacitação profissional sobre a religiosidade na Educação Básica?



Foi questionada a existência de momentos de formação ou capacitação profissional, sobre a religiosidade na Educação Básica. As respostas dos docentes mostraram que 87% deles revelam que esses momentos não existem, enquanto 12% reconhecem sua existência e 1% parcialmente. Trabalhar com a religiosidade nas formações potencializaria o conhecimento dos docentes do respeito à diversidade de expressões religiosas, pois cabe ao professor/a ensinar a história das religiões de forma a superar toda e qualquer forma de exclusão no ambiente escolar.

A capacitação é o percurso de ampla magnitude na aprendizagem profissional dos/as professores/as, possibilitando que novos saberes construam uma prática educativa enaltecida das diferenças. Para Kramer, “não são apenas as crianças que crescem e aprendem. Todos/as constroem conhecimentos e nesse processo têm dúvidas e dificuldades, fazem progressos e reestruturam suas formas de ação, buscando alcançar os objetivos traçados”¹⁶⁷. Portanto, a capacitação do/a professor/a quanto à sua atitude na sala de aula, além de desrespeitar as atividades culturais das expressões religiosas, não repercute na prática.

O reconhecimento do sujeito na expressão do/a outro/a, desde a pequena infância, e a continuidade dessa proposta no Ensino Fundamental, acompanham o caráter dinâmico da vida, que não estaciona em nenhuma fase, mas representa uma evolução constante. Nesse viés, a aprendizagem nasce do encontro de pessoas diferentes, cada uma contribuindo com sua cultura e experiências próprias oriundas do convívio familiar, que precisam de acolhimento democrático no ambiente escolar.

¹⁶⁷ KRAMER, 1995, p. 95.

As respostas à questão 15 do questionário de pesquisa revela a grande relevância da temática no cotidiano escolar, levando a equipe a refletir e se posicionar contrariamente a exclusões de identidade, ilustradas na interdição à participação de datas comemorativas em função da religião. Eis algumas considerações:

- Não estamos preparados para a não participação em datas comemorativas, tendo em vista que a escola é um espaço de transformação, de crítica e de reflexão.
- A escola é laica. Cada aluno/a traz de casa sua doutrina, procuro respeitar a crença de cada um.
- É um tema extremamente significativo e necessário nas escolas, mas não vemos em nosso cotidiano.
- A religião é um assunto muito polêmico dentro das escolas e por isso quase nunca abordado. Esse tema de estudo é muito relevante, pois nos leva a pensar na nossa forma de trabalho e como estamos lidando com a religião do outro/a, e como levamos para nossa sala de aula.
- Devemos respeitar as particularidades de cada família.
- É fundamental pensarmos, dentro da Educação Básica, uma forma abrangente de contemplar essa questão, respeitando a diversidade religiosa e sua forma de abordagem.
- Capacitar urgente para incluir todos/as no espaço escolar.
- A começar pelo calendário do município, que reforça a contribuição religiosa, porém é a manifestação no ambiente escolar que não contempla os fenômenos religiosos, consequentemente não contempla todos/as alunos/as.
- Esse tema é bastante polêmico, o sistema educacional não está preparado para lidar com qualquer que seja a situação de diferenças, seja religiosa, étnica ou social, fora as questões com alunos/as com deficiência, algo deve ser feito com urgência, mas estamos engatinhando.
- O papel da escola é compreender as mudanças na sociedade.
- Sendo a escola laica, devemos respeitar as escolhas religiosas dos alunos/as e seus familiares e ter uma vertente de desenvolvimento de valores, onde situações de exclusão de identidade, por conta de religião, jamais sejam realidade dentro de uma instituição de ensino.
- Parte da premissa do respeito às opções religiosas. Abrindo espaços para as manifestações de caráter democrática.¹⁶⁸

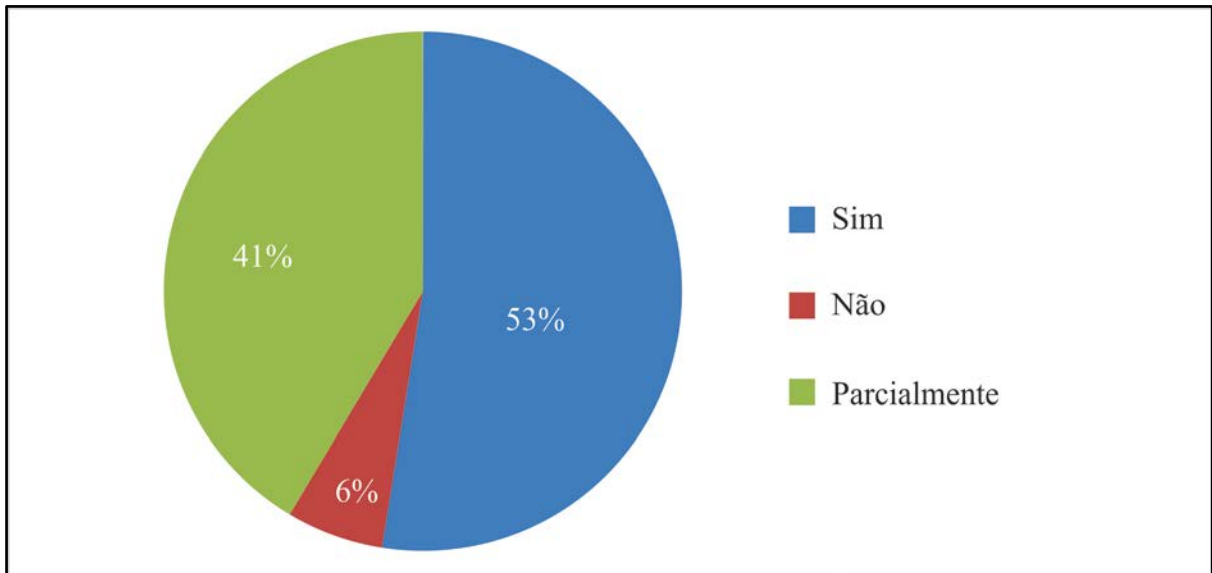
3.3 Entre o caminho e a realidade: Escola B

Os resultados a seguir demonstram a realidade vivenciada na Escola B e fornecem uma dimensão dos aspectos educacionais presentes nesta unidade de ensino, bem como o conhecimento dos/as professores/as sobre o assunto tratado nesta pesquisa. A Escola B, palco da pesquisa, faz parte da região 1 do município, com turmas do 5º ao 9º ano há mais de 15 anos. A faixa etária dessas turmas vai dos 10 aos 13 anos de idade. Os/As professores/as entrevistados são graduados na sua área de formação e a maioria tem mais de 9 anos de experiência na educação. Alguns deles propuseram-se responder o questionário sem interferência do

¹⁶⁸ Dados sobre a justificativa de resposta da questão 15, conforme questionário de pesquisa.

pesquisador. Foram entregues 60 questionários aos professores/a, dos quais 38 foram devolvidos preenchidos e 22 não foram entregues.

Figura 11 – A religiosidade está presente em sua prática pedagógica?



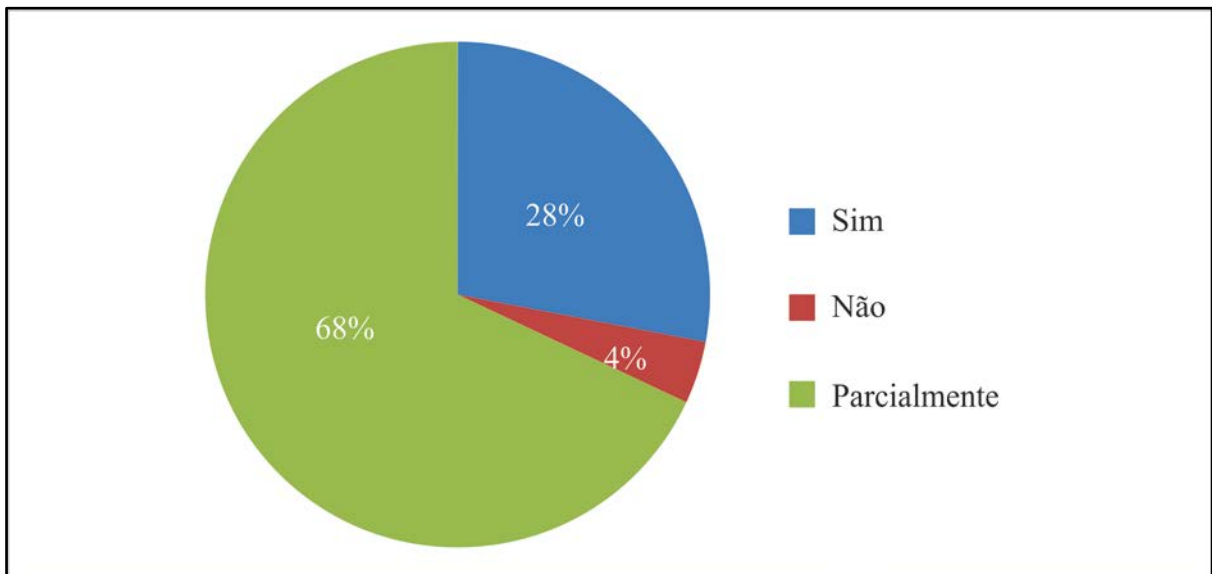
Perguntados quanto à presença da religiosidade na prática pedagógica, 6% dos entrevistados responderam que ela não está presente; 53% afirmaram que se verifica a religiosidade nessa prática; e para 41%, ela é parcial.

Na escola B, onde o Ensino Religioso é considerado área do conhecimento e componente curricular do Ensino Fundamental, a disciplina faz parte dos currículos oficiais. Sua proposta é a conexão entre os conhecimentos do universo religioso e o fazer pedagógico. Assim, a dimensão religiosa e a prática pedagógica deveriam caminhar juntas, segundo Scussel:

O professor precisa cultivar a espiritualidade e uma dessas formas é através da vivência religiosa, isto é, da sua religiosidade. É preciso que sejam criadas oportunidades para favorecer o educador no que diz respeito ao desenvolvimento de sua religiosidade, do seu crescimento interior. No ato educativo, partilhamos nossa vida, as experiências que vamos construindo nas relações que estabelecemos com os outros, com o mundo e com o sagrado.¹⁶⁹

¹⁶⁹ SCUSSEL, Marcos André. *Religiosidade humana e fazer educativo*. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 59. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3829?mode=full>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

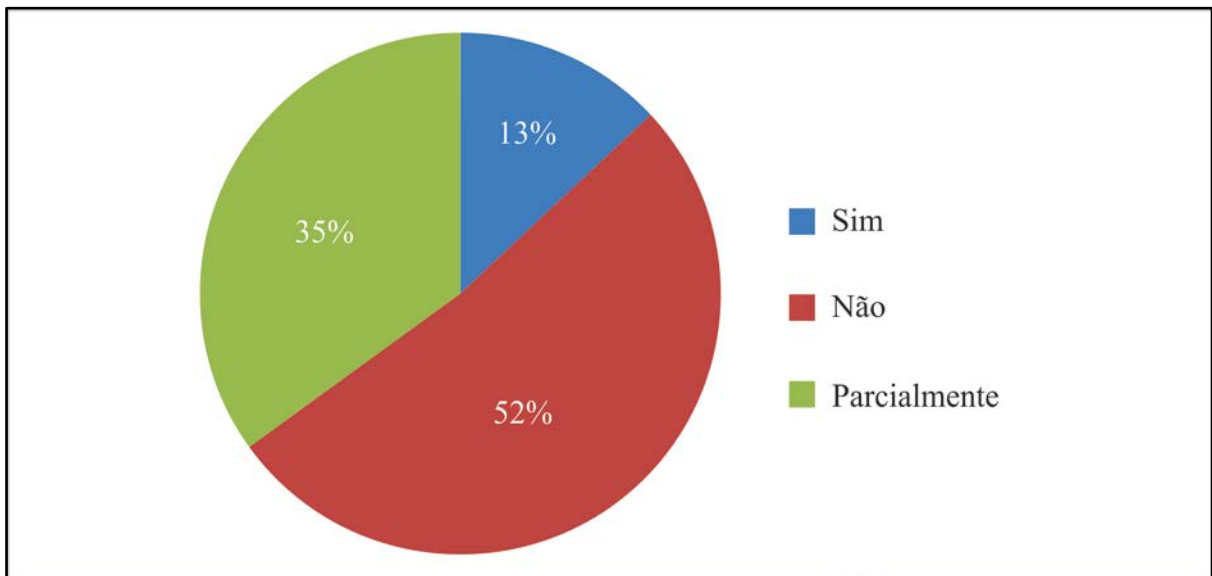
Figura 12 – Nas datas comemorativas religiosas, tais como Páscoa, Festa Junina e Natal, os/as alunos/as participam das atividades propostas?



Como demonstrado pela figura 12, as respostas quanto à participação dos/as alunos/as nas datas comemorativas religiosas, tais como Páscoa, Festa Junina e Natal, assim se dividiram: 4% responderam que os/as alunos/as não participam dessas atividades; 28% referiram que a participação é total; e 68% a identificaram como parcial.

As festas cristãs são ações planejadas no início do ano letivo, mas o quadro apontado pela figura abaixo demonstra a fragilidade da reelaboração das ações para abarcar a diversidade religiosa das crianças nesse espaço público, que deveria englobá-las todas na celebração dos festejos.

Figura 13 – A escola contempla, por meio das datas comemorativas religiosas, a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?



52% dos/as professores/as pesquisados alegaram que os/as alunos/as não participam das atividades de datas comemorativas na escola; 13% declararam que eles participam com alegria e descontração; e 35% viram essa participação como parcial.

É possível trabalhar a escola pública como espaço de desafios, atendendo o desejo dos/as alunos/as em ações educativas que os incluam, independentemente de convicções religiosas. Os/As alunos/as que participam parcialmente ensaiam a quadrilha da Festa Junina, porém não se apresentam na festa por proibição dos familiares.

Para Gadotti, “a escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos/as para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista”.¹⁷⁰

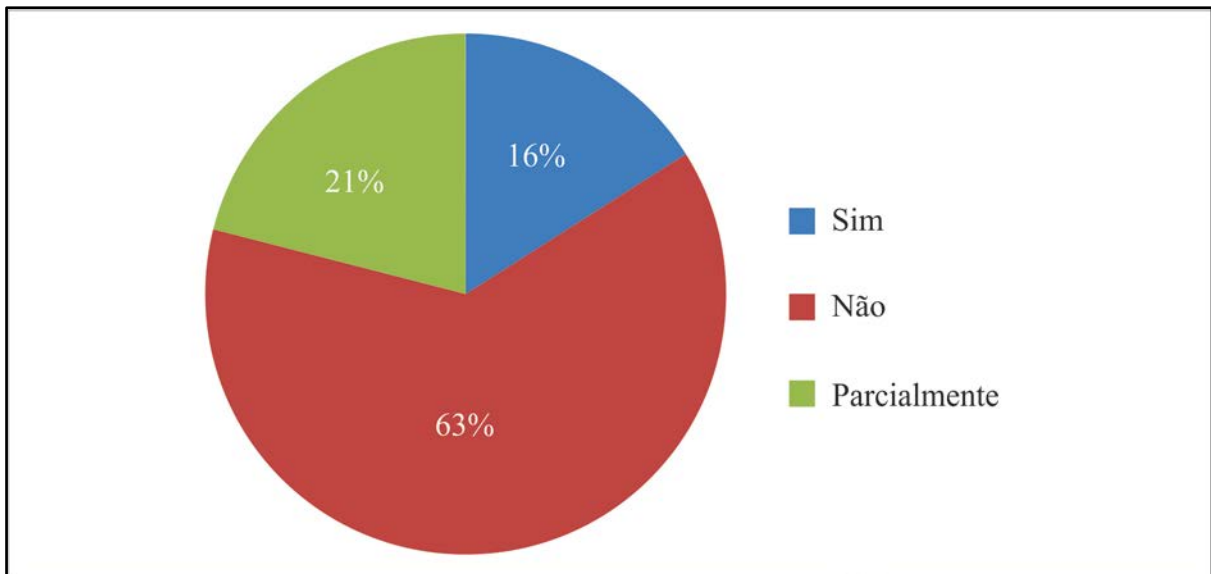
No que se refere à questão 5 do questionário de pesquisa (A escola contempla, por meio das datas comemorativas religiosas, a expressão religiosa de todas as crianças?), tais são as justificativas das respostas:

- Só as datas cristãs são lembradas, nada de Judaísmo, umbandismo.
- As famílias contestam muito quando tratamos questões referentes às religiões, principalmente ligadas à Africanidade.
- Fica difícil contemplar com datas comemorativas a diversidade de religiões.
- Em respeito à laicidade.
- Não se aborda e nem exorta religião, e sim valores.
- É de suma importância, porém as escolas maquiavam muito essas questões.
- Acredito ser impossível, quando somos cristãos, não demonstrar regra de fé e prática em nossas atitudes.

¹⁷⁰ GADOTTI, Moacir. *Diversidade cultural e educação para todos*. Juiz de Fora: Graal, 1992. p. 21.

- Temáticas religiosas do cristianismo.
- Temos muitos alunos/as que não podem participar das datas, por isso contemplamos parcialmente.
- Parcialmente, pois os eventos são predominantemente cristãos.
- Devido a cada um ter sua crença e sua cultura familiar.
- A escola não contempla a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as.
- A escola ainda está marcada pela tradição católica.¹⁷¹

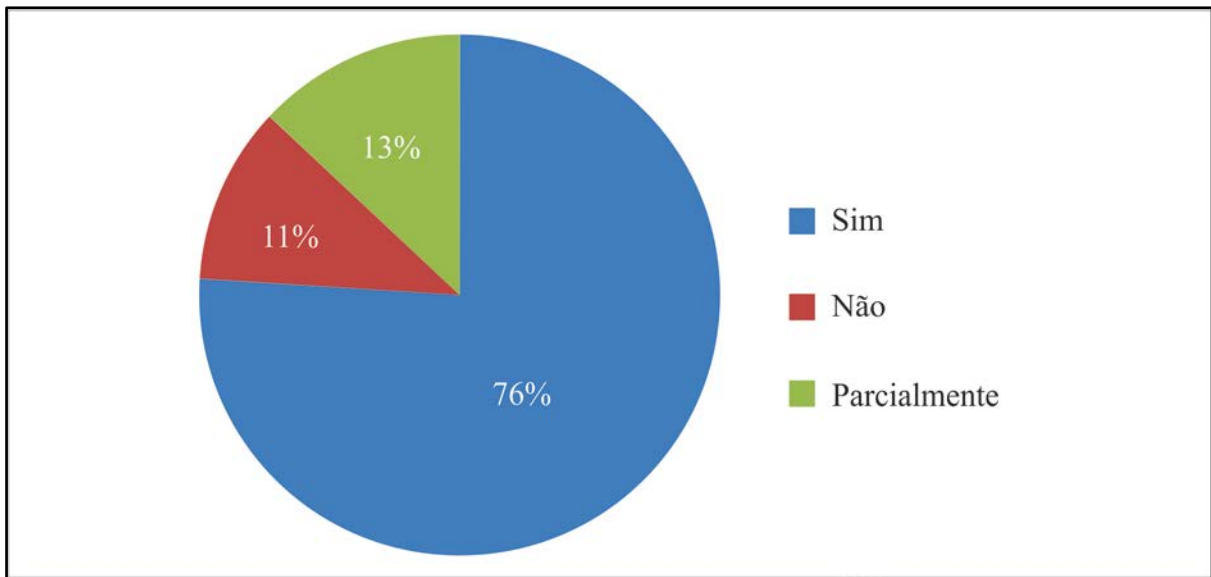
Figura 14 – Há práticas religiosas dentro da escola?



63% dos professores negaram a ocorrência de práticas religiosas na escola; 16% as reconheceram na totalidade; e para 21% elas se dão parcialmente. Os dados demonstram a inexistência de práticas religiosas dentro da escola, ao contrário do que se espera desse tipo de instituição: o devido respeito às convicções e tradições religiosas. Observaram-se, entretanto, contradições: se há comemorações das festas religiosas cristãs, que não contemplam todos/as, como não há práticas religiosas na escola? Isso traduz, na reprodução de práticas religiosas naturalizadas, a violência simbólica por muitos anos no interior da instituição escolar.

¹⁷¹ Dados sobre a justificativa da resposta 05, conforme questionário de pesquisa.

Figura 15 – Compreende-se que há uma vasta diversidade religiosa no país?



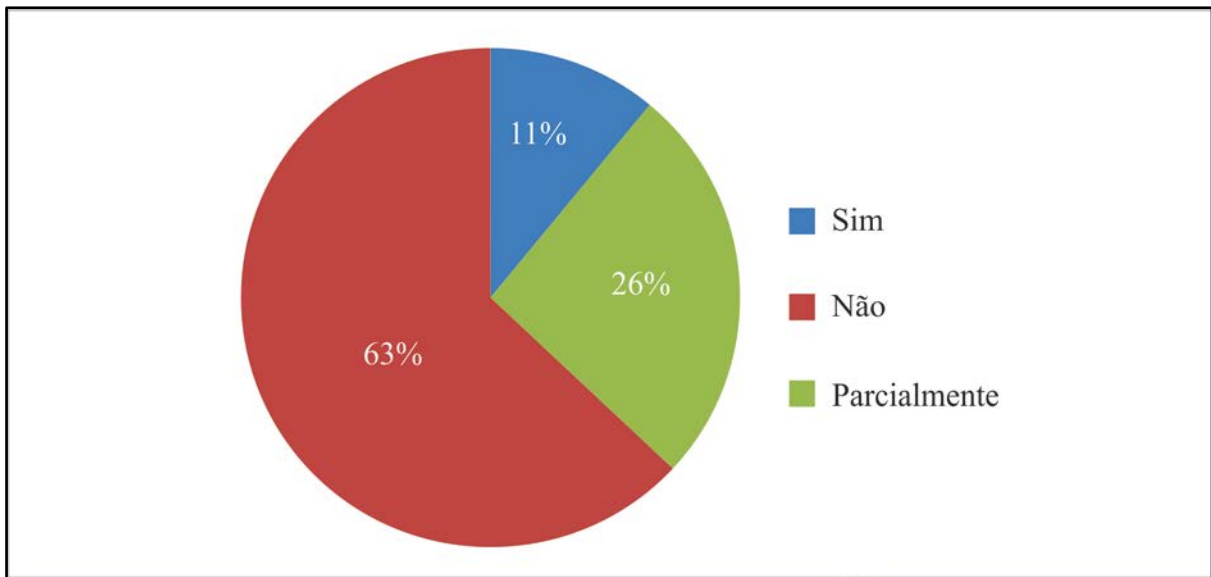
A figura 15 ilustra as respostas ao questionamento da compreensão da vasta diversidade religiosa no país: 76% demonstram que há compreensão; para 11% ela não existe; e 13% afirmaram que ela é parcial.

Percebe-se nessas respostas, uma ampla possibilidade de trabalhar a diversidade religiosa no PPP da escola, uma vez que a compreensão favorece o posicionamento e a inclusão da pluralidade da diversidade religiosa existente no país. O que reverbera em práticas significativas no processo ensino aprendizagem.

A maioria, portanto, manifesta a compreensão da vasta diversidade religiosa brasileira, o que requer o reconhecimento da pluralidade de diferentes tradições religiosas, de modo a assegurar o respeito ao diferente, e segundo Delors, “não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo”¹⁷².

¹⁷² DELORS, 2003, p. 102.

Figura 16 – Em alguns momentos do PPP a religiosidade é apontada?



O PPP deve conferir a essa temática, que permeia a vida de todos/as, grande relevância. A sensibilização de toda a equipe escolar quanto à liberdade religiosa de todos/as demonstra maturidade e principalmente respeito ao outro/a. Assim, a função do PPP é sondar junto à coletividade suas convicções ou tradições religiosas.

As respostas ilustradas pelo gráfico da figura 16 mostraram que para 26% o tratamento da religiosidade é parcial; para outros 63%, ele não acontece; e outros 11% reconhecem essa ocorrência como integral.

Percebe-se nessas respostas a necessidade do trabalho com a diversidade religiosa no PPP das escolas mediante um diálogo que agregue diversos tipos de cultura, raça, etnia e credo no processo educacional. As escolas, ao reelaborarem seus PPPs, devem permitir a inclusão da temática da expressão religiosa, desenvolvendo práticas pedagógicas que respeitem, atendam e reconheçam todos/as os/as alunos/as, sem preconceito. Segundo Junqueira e Oliveira, “[...] podemos falar que a dimensão social é um aspecto importante no processo ensino-aprendizagem. Assim sendo, as estratégias de ensino são necessárias para que todos/as sejam incluídos na escola. E o Ensino Religioso atualmente está inserido nesse contexto”¹⁷³.

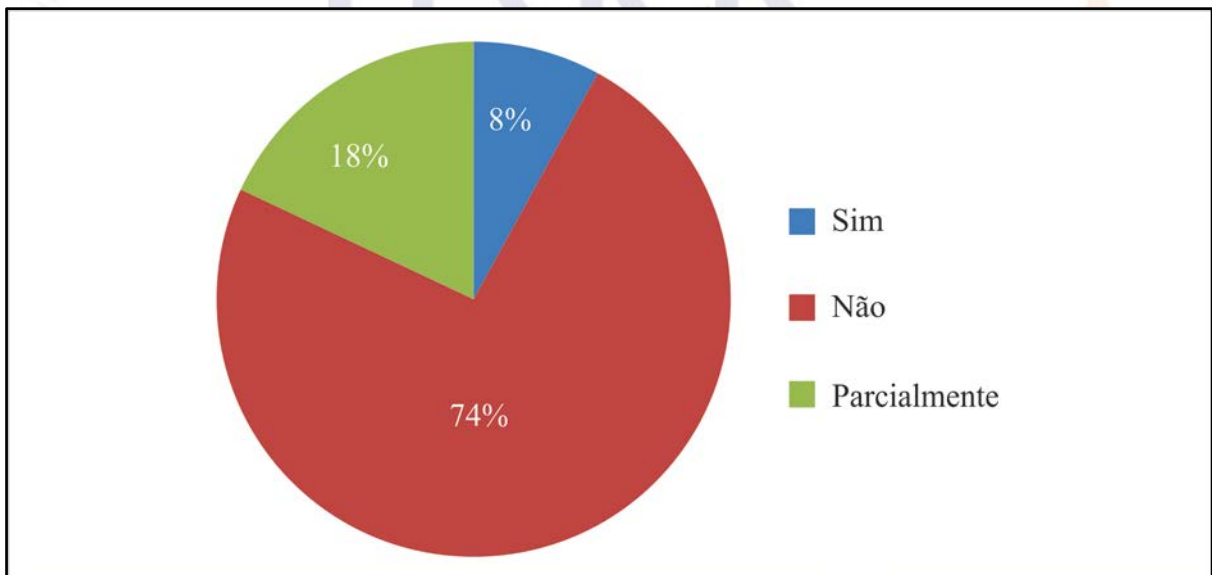
As justificativas de resposta à questão 9 do questionário de pesquisa (Qual a função do PPP ao se tratar da diversidade religiosa na escola?) foram assim expressas:

- A função do PPP é trazer o melhor, garantir que a diversidade religiosa seja discutida.

¹⁷³ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Oliveira; OLIVEIRA, Lilian Blanck de. *Ensino Religioso: memória e perspectivas*. Curitiba: Champagnat, 2005, p. 75.

- A função é esclarecer e não incentivar nenhuma prática religiosa.
- Não sei, não participo do PPP da minha escola.
- O PPP não está atualizado.
- Tratar as histórias das religiões sem preconceito e exclusões.
- Trazer parâmetros para trabalhar a diversidade religiosa na escola.
- Abordar todo tipo de religião, sem discriminar nenhuma.
- Orientar sobre a diversidade religiosa.
- A função do PPP é garantir a formação humana e o respeito à pluralidade religiosa, evitando a exclusão de grupos minoritários.
- Temos que abordar a sociedade como um todo.
- Atender e respeitar a diversidade religiosa.
- Orientar e traçar metas.
- Reconhecer e respeitar, levar em consideração a diversidade, na hora de definir as propostas.
- Desconheço.
- O problema maior é que o tal PPP não funciona como deveria na maioria das escolas.
- Trabalhar de forma diversificada, porém não sai do papel em alguns casos.
- Deveria contemplar, porém se o faz é apenas no papel.
- Integração de todos/as.
- Apresentar todas as religiões e cultos no nosso país.
- Define os eventos que ocorrerão, garantindo que não haja catequese, mas que as religiões sejam compreendidas como uma manifestação plural e legítima.
- Deveria ter a função de abranger e contemplar a diversidade, porém os/as professores/as não conhecem o PPP.¹⁷⁴

Figura 17 – A opinião dos pais sobre a religião é levada em consideração na estruturação do PPP?

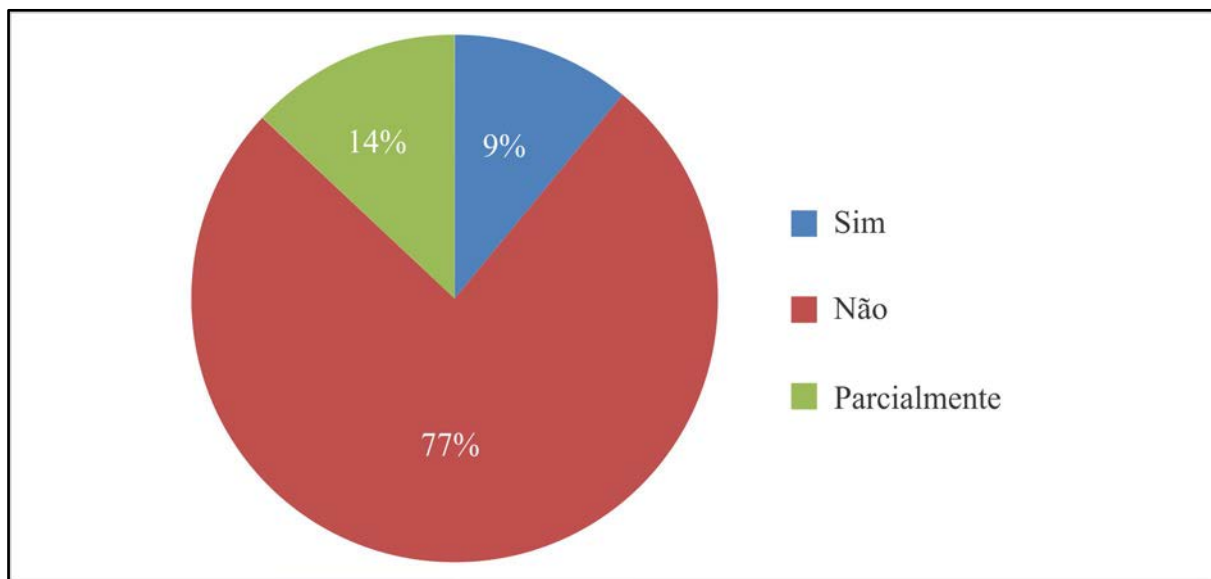


A figura 17 retrata o modo como os entrevistados veem o peso da opinião dos pais em relação à religião na estruturação do PPP. Para 74% deles essa opinião não é considerada; para 8%, ela tem peso; e 18% afirmaram que tal opinião é parcialmente levada em conta.

¹⁷⁴ Dados sobre a justificativa da resposta 09, conforme questionário de pesquisa.

Para a maioria, portanto, a opinião dos pais em relação à religião não é levada em consideração na estruturação do PPP. É possível pensar em uma escola acolhedora das ideias dos familiares, que afinal compõem a pluralidade do universo escolar. Dessen e Polonia afirmam: “As escolas devem procurar inserir no seu projeto pedagógico um espaço para valorizar, reconhecer e trabalhar as práticas educativas familiares e utilizá-las como recurso importante nos processos de aprendizagem dos/as alunos/as”¹⁷⁵.

Figura 18 – Você conhece a proposta curricular de Ensino Religioso do município?



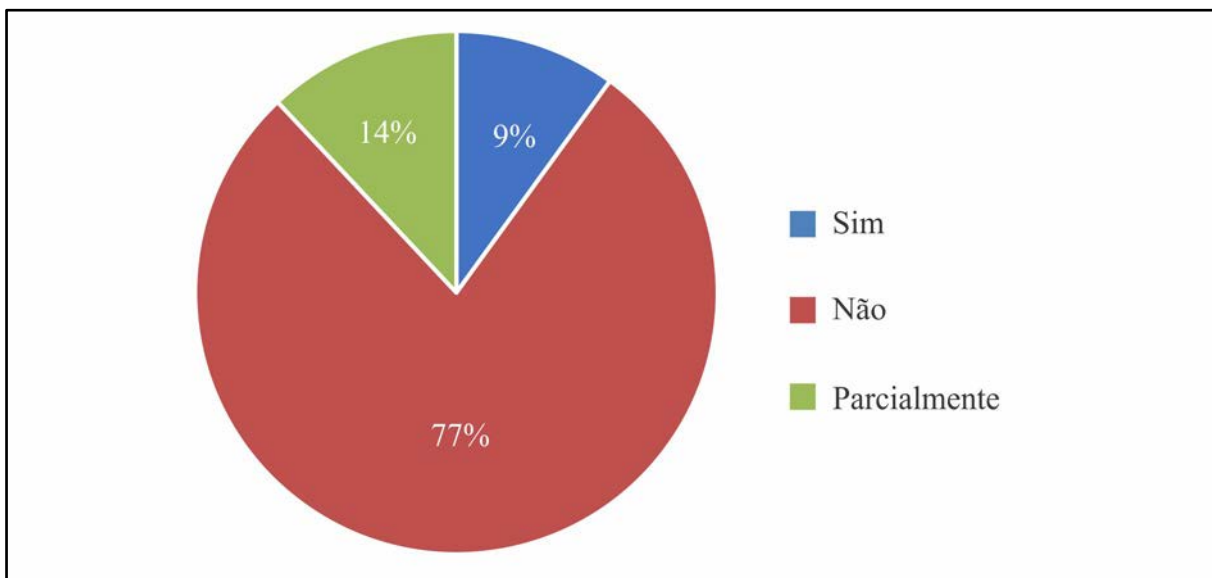
A figura 18 demonstra que 77% dos entrevistados não conhecem a proposta curricular de Ensino Religioso do município, 9% a conhecem e 14%, só parcialmente.

Na escola B, portanto, uma maioria de professores/as não conhece a proposta curricular de Ensino Religioso. O conhecimento da proposta traz reflexões sobre uma área do conhecimento dinâmica e integradora: o Ensino Religioso pode contribuir com a construção, no cotidiano escolar, de práticas significativas para a abordagem da inclusão da diversidade religiosa no PPP da escola. Os docentes precisam ter ciência do que vão ensinar aos alunos/as, e para ensinar, precisam aprender sempre, mas o que se verifica, muitas vezes, é a indisposição por carência de conhecimento. Para Freire, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém”¹⁷⁶.

¹⁷⁵ DESSEN; POLONIA, 2007, p. 28.

¹⁷⁶ FREIRE, 1996, p. 23.

Figura 19 – Na sua concepção, essa proposta contextualiza a religiosidade na Educação Básica?



A figura 19 ilustra as respostas ao questionamento aos professores/as quanto à contextualização da religiosidade na Educação Básica na proposta acima referida. 77% deles disseram que não há contextualização; 9% a reconhecem como integral; e 14% reconheceram parcialmente essa contextualização. Abordar a religiosidade na escola estimula o respeito a todas as religiões, mediante a reflexão sobre a construção das ações pedagógicas e as expressões religiosas no contexto escolar, sobretudo ao potencializar um diálogo de reconhecimento das diferenças. O processo de ensino e aprendizagem deve contemplar toda a comunidade escolar, a fim de ofertar uma educação de qualidade. Segundo Delors, é necessário

pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações [...], pois ao adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos, pode-se evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre adultos. Assim, o ensino da história das religiões ou dos costumes pode servir de referência útil para futuros comportamentos.¹⁷⁷

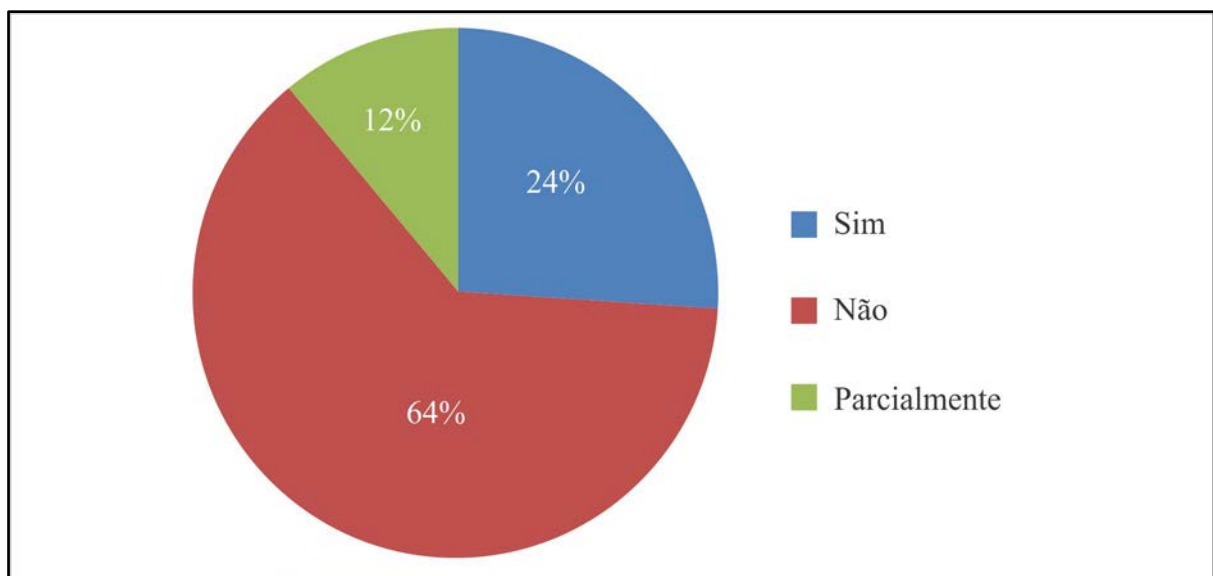
Como justificativa à resposta da questão 13 do questionário de pesquisa (O que você entende por pluralismo religioso?), foram dadas as seguintes respostas:

- Se refere a múltiplas possibilidades de religiosidade dos brasileiros.
- É a manifestação da religiosidade de cada indivíduo.
- Várias religiões.
- Muitas ideias para partilhar o melhor de todos.
- Reconhecer a diferença dos indivíduos.
- Uma vasta presença da religião na sociedade.
- A diversidade de religiões existentes.

¹⁷⁷ DELORS, 2003, p. 9.

- Contexto social de um país que se diz laico, em seu texto constitucional, e que a sua prática realmente seja uma constante busca pela liberdade religiosa, que permita as várias práticas religiosas, e não uma assumindo o poder e impondo-se a outras.
- Várias religiões convivendo no mesmo ambiente.
- Que existem várias religiões e devem conviver.
- Considerar legítimas todas as religiões.
- Condição em uma sociedade na qual não ocorre a hegemonia de uma religião.
- A existência de diferentes crenças e manifestações religiosas, inclusive a ausência desse tipo de opção, como o ateísmo, pouco trabalho nas escolas.
- A manifestação livre das diversas práticas religiosas.
- Abordar todas as religiões sem preconceitos.
- Variedade de religiões.
- Várias religiões.
- No Brasil não ocorre a hegemonia de uma única religião.¹⁷⁸

Figura 20 – Há momentos de formação ou capacitação profissional sobre a religiosidade na Educação Básica?



O gráfico da figura 20 demonstra os percentuais referentes às respostas à pergunta: há momentos de formação ou capacitação profissional sobre a religiosidade na educação básica? 64% dos respondentes disseram que não; 24% deles afirmaram que sim; e 12% disseram que só parcialmente.

A escola B, portanto, carece de momentos de formação no tocante à religiosidade. A diversidade do contexto histórico e cultural do/a aluno/a requer dos/as professores/as a postura de agentes de ação e reflexão de sua prática de trabalho, buscando compreender o desenvolvimento cognitivo do estudante. Para Freire,

a formação de professores deve estar enraizada num projeto de educação em favor da emancipação permanente dos seres humanos, considerados como classe ou como

¹⁷⁸ Dados sobre a justificativa de resposta da questão 13, conforme questionário de pesquisa.

indivíduos, [educação que] se põe como um que-fazer histórico em consonância com a também histórica natureza humana, inclusive, finita, limitada.¹⁷⁹

Nesse processo, buscam-se a cidadania plena, a participação e o respeito, por meio de práticas pedagógicas que não se ocupem de julgar determinada religião, antes se mantendo neutras diante das expressões religiosas. Trata-se de fazer com que prevaleça o diálogo na coexistência entre religiões. Segundo Usarski, essa área do saber

apresenta a ciência da religião como uma disciplina empírica que investiga sistematicamente a religião em todas as suas manifestações, porém um elemento chave é o compromisso de seus representantes com o ideal da neutralidade frente aos objetos de estudo. Não se questione a ‘verdade’ ou a ‘qualidade’ de uma religião.¹⁸⁰

O momento de formação deve possibilitar momentos de reflexão sobre o fenômeno religioso, objeto de estudo, para desmistificar exclusões naturalizadas nas comemorações das festas religiosas. Tal medida propicia uma trajetória significativa no aperfeiçoamento da prática pedagógica, bem como na compreensão e no reconhecimento da qualificação profissional, em favor do desempenho da ação educativa, permitindo a livre expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as.

A questão 15 do questionário de pesquisa tem o seguinte enunciado: “A temática desta pesquisa tem grande relevância no cotidiano escolar, pois leva a equipe a refletir e se posicionar a respeito de situações de exclusão de identidade, em que os/as alunos/as não podem participar de datas comemorativas em função de sua religião. Registre suas considerações”. Tais considerações foram assim expressas:

- Muitos alunos/as se recusam a participar das festas juninas. Hoje algumas escolas fazem festa cultural para evitar o conflito com os evangélicos. Vejo isso como um reflexo de uma sociedade intolerante e inflexível.
- Pesquisas como esta podem contribuir para que haja boa convivência na diversidade.
- Ficou muito difícil abrir debate sobre religião devido à diversidade cultural que, às vezes, impede as pessoas de compreenderem a religião do outro.
- Não deixar nenhum aluno/a de fora das atividades das datas comemorativas. Inclusão já.
- Penso que o respeito é a mola mestra que fundamenta qualquer religião ou o reconhecimento dela.
- É preciso haver um maior diálogo para o respeito à diversidade.
- Por conta de respeitar a identidade do aluno, a escola não deve impor nenhuma religião.
- No momento fica difícil debater, tem muita intolerância.
- É importante o debate, pois em alguns momentos, alguns alunos não participam das atividades por serem de outra religião. As atividades na escola devem atender a todos.
- A escola deve estar aberta a todas as discussões, sem preconceito, valorizando todas as culturas religiosas.

¹⁷⁹ FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 72.

¹⁸⁰ USARSKI, Frank. *O espectro disciplinar da ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 47.

- Assim como a escola deve compreender a existência dessa diversidade religiosa, a família também deve ser conscientizada sobre isso, e ser orientada que o respeito e a tolerância são fundamentais para uma boa convivência. Assim, ambos devem estabelecer estratégias para que ninguém seja excluído das atividades, uma vez que conhecer a crença do outro, diferente da nossa, contribui para o exercício do respeito e da tolerância.
- Escolas mudam os nomes das festas, ou mesmo datas para todos participarem. Ainda há um grande número de alunos/as privados de participar das festas na escola por conta da religiosidade.
- Essa exclusão que, por vezes, acontece em festas é determinada pela família, pois o aluno/a até gostaria de participar, se envolver.
- Religião dentro do ambiente escolar deve ser tratada como um fato de estudo, não de culto, como acontece em várias escolas. Muitos se esquecem do fato de que existem pessoas de religião não cristã ou até mesmo pessoas que não têm nenhuma religião.
- Penso que qualquer movimento religioso dentro da escola é antiético.
- A exclusão de identidade em situações em que os/as alunos/as não podem participar de datas comemorativas em função de sua religião teria menos impacto na escola, se fosse garantido no PPP da escola o estudo do Ensino Religioso na perspectiva do pluralismo religioso e respeito à diversidade.
- Penso que as datas comemorativas não deveriam acontecer, já que alguns pais não permitem que seus filhos/as participem.¹⁸¹

É importante lembrar que a sociedade abrange diversos estilos de vida, modos de viver e expressões religiosas. As famílias, com diversas configurações, encaminham os/as filhos/as às escolas, nutrindo expectativas quanto ao processo de aprendizagem e à inclusão total.

A pesquisa de campo ampliou o entendimento do problema, despertando a reflexão sobre a questão norteadora desta dissertação – um olhar sobre as práticas religiosas que permeia desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental – com o fito de garantir ao aluno/a a expressão de sua religiosidade nas festas religiosas e nas aulas de Ensino Religioso.

O resultado da pesquisa de campo leva à proposta da formação continuada da equipe escolar do município, que precisa conhecer o Projeto Político-Pedagógico da escola e dele se apropriar para a inclusão do pluralismo religioso. Nessa perspectiva, a equipe escolar, ao legitimar esse conhecimento, pode contribuir com a instituição educacional na potencialização de ideias, priorizando o ser humano ao oferecer o que há de melhor na sua constituição.

Portanto, o desafio que se impõe é a adaptação do processo de ensino e aprendizagem ao acolhimento dessa categoria, erradicando exclusões de crianças e de religiões. Esse compromisso é o primeiro passo para que a diversidade religiosa seja respeitada e incluída, e a cidadania plena seja um fato na esfera pública.

¹⁸¹ Dados sobre a justificativa de resposta da questão 15, conforme questionário de pesquisa.

CONCLUSÃO

A revisão bibliográfica oferece aporte teórico para o estudo proposto e a pesquisa de campo na análise da religiosidade, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, das escolas aqui pesquisadas. A religiosidade está presente na Educação Infantil, pois as crianças inseridas na vida escolar convivem com as tradições religiosas a partir das festas, normalmente cristãs, que marcam as datas comemorativas, como parte de um plano de ação anual desenvolvido no início do ano letivo pelos profissionais.

A Educação Infantil não oferta o Ensino Religioso, embora a pesquisa demonstre a presença do fenômeno religioso nas festas religiosas e nos Projetos Político Pedagógicos.

As tradições religiosas devem ser ocasiões de envolvimento democrático dos/as alunos/as nas ações pedagógicas. Tais ações, hoje naturalizadas com práticas excludentes, precisam ser ressignificadas em um espaço dialógico de escuta sensível, para que o direito do/a outro/a não seja negado nas brincadeiras.

O trabalho pedagógico engessado perpetua o sofrimento do/a aluno/a por sua interdição e privação das festividades. Esses momentos carregam em si o imenso potencial de se tornarem harmoniosos pela beleza da expressão da linguagem infantil por meio de mímicas, brincadeiras, gestos, danças de roda, cantigas e coreografias.

Nesse contexto, o espaço coletivo da escola é o lócus de interiorização do diálogo, ferramenta da ação educativa de concretizar no/a outro/a e com o/a outro/a, convidando a família para relações mais próximas como esforço de sensibilização quanto ao conhecimento da vasta diversidade religiosa do país.

O percurso desta pesquisa mostrou a imprescindibilidade do diálogo capaz de contemplar o pluralismo religioso tão estimulante e acolhedor no espaço público escolar. A convivência com a diversidade religiosa dos/as alunos/as na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, com a participação da família, base da formação integral do ser humano, visando à reelaboração do Projeto Político-Pedagógico das unidades de ensino aqui pesquisadas, é alvo de expectativas daqueles que anseiam por banir toda forma de exclusão.

O pluralismo religioso legitima o conhecimento das diferentes convicções e tradições religiosas no espaço escolar, tendo em vista o convívio com a diversidade e a introdução de reflexões significativas quanto a situações de exclusão das nossas crianças. A vivência desse pluralismo impediria situações humilhantes e exclusões.

A construção do Projeto Político-Pedagógico com base na ética, na cidadania e nos direitos é obra de um diálogo sobre as expressões culturais infantis da comunidade escolar, considerando suas especificidades relacionadas ao conhecimento nas datas comemorativas, em conformidade com o proposto.

É necessária uma introdução didático-pedagógico ao pluralismo religioso, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, harmonizando-se todas as ações pedagógicas nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas. As datas comemorativas cíclicas como Festa Junina, Festa Cultural ou Natal são instrumentos de uma linguagem folclórica passíveis de convivência com a diversidade religiosa.

Como a pesquisa não tem a pretensão de esgotar a investigação sobre a temática, é relevante que o município proponha a capacitação dos/as professores/as nos momentos de formação sobre a religiosidade para a prática da cidadania e do respeito à diversidade do estudante. Reside aí a semente de um compromisso com uma educação de qualidade e democrática, que respeite as diferentes tradições religiosas, de modo que jamais seja negada às crianças a beleza de sua participação nos momentos lúdicos dessas comemorações, já que elas brincam nessa ambiência, como em qualquer outro entretenimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alan Nickerson. A influência pedagógica do ensino religioso para a formação cidadã. *Diversidade Religiosa*, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dr/article/view/25445>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- ALVES, Maria Lúcia Bastos. Tolerâncias e intolerâncias religiosas no cotidiano familiar. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano I, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf2/texto%201.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar*. São Paulo: Papirus, 1994.
- ALVES, Rubem. *O que é religião*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.
- ALVES, Rubem. *Por uma educação romântica*. São Paulo: Papirus Editora, 2002.
- ANDRADE JÚNIOR, Glício Freire de; SOUSA, Karla Samara dos Santos; SOUZA, Joana Dark Andrade de. Ensino Público e Laicidade: uma análise sobre a frequente inserção das datas comemorativas ‘religiosas’ no currículo escolar. *Diversidade Religiosa*, v. 6, n. 1, p. 136-151, 2016. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dr/article/download/30534/16504>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLE, Isabel. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/docman/agosto2012pdf/11283-educa-infantis-conceituais>. Acesso em: 14 set. 2018.
- BERGAMASCO, Ceci Mara Spagolla. *O fio de Ariadne: a religiosidade nas festas comemorativas escolares*, 2009. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente – SP. Disponível em: <<https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/92303>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- BRANCO, Jordanna Castelo; CORSINO, Patrícia. O discurso religioso em uma escola de Educação Infantil: Entre o silenciamento e a discriminação. *Revista Eletrônica de Educação*,

v. 9, n. 3, p. 128-142, 2015. Disponível em: <www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1162/440>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O festim dos bruxos: estudos sobre a religião no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1987.

BRANDENBURG, Laudi Erandi. O difícil exercício da cidadania. *Revista Estudos Teológicos*, v. 45, n. 1, p. 78-98, 2004. p. 136. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/viewFile/198/211>>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394/1996*. Diretrizes e Bases de Educação Brasileira – LDB. Brasília: Ministério da Educação e Desportos, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 4.204, de 20 de dezembro de 1961*. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 3 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais da educação básica*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC, 1998. v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. *Parecer nº 05/1997 do CNE*. Proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb005_97.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e maquinaria*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CARNEIRO, Sandra Maria de Sá. Liberdade Religiosa, Proselitismo ou Ecumenismo: controvérsias acerca da (re)implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. *Anais...* Caxambu, ANPOCS, 2004.

CARON, Lourdes. Formação para a cidadania e o ensino religioso. *Revista educação em movimento*, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 11-19, 2003. p. 13. Disponível em: <http://www.gper.com.br/biblioteca_download.php?arquivold=620>. Acesso em: 17 mar. 2015.

CASSEB, Samir Araújo. Ensino Religioso: legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil. In: III FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO. 2009. Disponível em: <<http://www.wftl.org/pdf/038.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Cultura e diversidade*. Curitiba: Ibope, 2008.

DASI, Raga Bhumi Devi. *Diversidade religiosa*. 2011. [n.p]. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/comissao-de-combate-a-intolerancia-religiosa/diversidade-religiosa-2621952.html>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

DELGADO, Ana Cristina Coll. A participação das crianças e suas culturas em festas comemorativas: relatos de uma pesquisa com crianças. *Interações*, n. 10, p. 58-76, 2008. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/370/325>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2018.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *O Ensino religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO – FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, M. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, 1992.

GADOTTI, Moacir. *Diversidade cultural e educação para todos*. Juiz de Fora: Graal, 1992.

GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo: Loyola, 1985.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Francisco Fernandes; SCHIER, Dirlei Afonso. *Ensino religioso na formação integral*. [s.d.]. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/tcc_artigo_ensino_religioso_na_formacao_integral-2.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus, 1988.

HEERDT, Mauri Luiz; COPPI, Paulo de. *Como educar hoje?* Reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo: Mundo e Missão, 2003.

HOLANDA, Ângela. Qual a linguagem para o ensino religioso? In: JUNQUEIRA, Sérgio (Org.). *Ensino religioso em questão*. 2005. Disponível em: <<https://www.gper.com.br/newsletter/0363a8cd70a96bdc70f42fb5916fcc1e.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino religioso: aspectos legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul (Org.). *O ensino religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Oliveira; OLIVEIRA, Lilian Blanck de. *Ensino religioso: memória e perspectivas*. Curitiba: Champagnat, 2005.

LE GOFF, Jacques. *Histórias e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/27856.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

KRAMER, Sônia. A organização dos conteúdos e as metodologias de trabalho. In: KRAMER, Sonia. *Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVADO, Edson Lopes; CASTRO, Aldemar Araujo. *Projeto de pesquisa* (parte V – amostra). Planejamento da Pesquisa. São Paulo: AAC, 2001. Disponível em <http://www.usinadespesquisa.com/pdf/pesquisar/lv4_07_amostra.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus, professor, adeus professora?* São Paulo: Cortez, 2002.

LUI, Janayna de Alencar. *Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo*. 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade na educação superior: tendências do século. *Revista estudos em avaliação educacional*, v. 20, n. 43, p. 165-186, 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1487/1487.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.

OLIVEIRA, Lílían Blanck *et al.* *Ensino religioso: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Solange Maria Lopes. A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, Maria Luiza. *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:24hMh1G->>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. *Declaração mundial sobre a educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO: Jomtien, 1990.

PIMENTA, Selma Garrido. *O pedagogo na escola pública*. São Paulo: Loyola, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA – ES (PMVV-ES). *Proposta Pedagógica de Educação Infantil do Município de Vila Velha: Desvelando histórias... produzindo saberes*. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Educação Infantil, Vila Velha, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA-ES (PMVV-ES). *Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Vila Velha*. 1º ao 9º ano. 2008. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/educacao-organizacao-curricular-do-ensino-fundamental>>. Acesso em: 18 set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA-ES (PMVV-ES). *Educação infantil*. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/setor/educacao/educacao-infantil>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RADAELLI, Maria Eunice. *Contribuições de Vygotsky e Bakhtin para a linguagem: interação no processo de alfabetização*. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1322760690.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

RUBIO, Alfonso Garcia. *AG Unidade na Pluralidade*. O seu humano à luz da fé e da reflexão cristã. São Paulo: Paulos, 2001.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. *Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na educação básica*. 2008. 40 p. Produção Didático-Pedagógica (Caderno Temático) apresentada ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SCUSSEL, Marcos André. *Religiosidade humana e fazer educativo*. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3829?mode=full>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SEEHABER, Liliana Claudia; LONGHI, Miguel. Ethos e cultura no ensino religioso. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano VI, n. 12, p. 241-250, 2007. Disponível em:

<revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/download/4025/2733>. Acesso em: 3 set. 2018.

SILVA, Marcelo Ferreira da. O ensino religioso como agente facilitador do diálogo entre as diferentes crenças. In: SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM. v. 1, n. 1. Maringá. *Anais*. 2012. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/semanadepedagogia/2012/pdf/T2/T2-024.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

SOARES, Afonso M. L. *Religião & educação: da ciência da religião ao ensino religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010.

STIGAR, Robson. *O tempo e o espaço na construção do ensino religioso: um estudo sobre a concepção de ensino religioso na lei de diretrizes e bases da educação nacional*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

TAMAYO, Jose Juan. *Pluralismo e seus contextos*. Madrid: Editorial Síntesis, 2009.

USARSKI, Frank. *O espectro disciplinar da ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. São Paulo: Papyrus, 2002.

VIANNA, Marilene de Souza. *Diversidade religiosa no contexto escolar*. [s.d] [n.p]. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16571838-Diversidade-religiosa-no-contexto-escolar.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

VON, Cristina. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2001.

WACHS, Manfredo Carlos. *Ensino religioso como formação integral da pessoa*. [s.d]. Disponível em: <<https://www.gper.com.br/newsletter/fa1b7308099ce0871fc6f705aba8176a.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

APÊNDICE A - Questionário da Pesquisa

Faculdade Unida de Vitória
 Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões/Mestrado Profissional
 Área de Concentração: Religião e Esfera Pública
 Mestranda: Kátia Belan Silva

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

A RELIGIOSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PRÁTICA NATURALIZADA EM ESCOLAS DE VILA VELHA (ES).

1. IDENTIFICAÇÃO/PERFIL:

Nome (opcional): _____

Formação: _____

Tempo de experiência na área da educação: _____

Função: _____

É profissional da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental? _____

Professa alguma religião? _____

REFERENTE À PESQUISA EM QUESTÃO:

2. A religiosidade está presente em sua prática pedagógica?

sim não parcialmente

3. Nas datas comemorativas religiosas, tais como Páscoa, Festa Junina e Natal, os/as alunos/as participam das atividades propostas?

sim não parcialmente

4. A escola contempla por meio das datas comemorativas religiosas a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?

sim não parcialmente

5. Considerando sua resposta acima, justifique objetivamente sua resposta, contextualizando a diversidade religiosa:

6. Há práticas religiosas dentro da escola?

sim não parcialmente

7. Compreende-se a vasta diversidade religiosa em nosso país?

sim não parcialmente

8. Em alguns momentos do PPP a religiosidade é apontada?

sim não parcialmente

9. Qual a função do Projeto Político-Pedagógico ao se tratar da diversidade religiosa na escola?

Registre sua consideração:

10. A opinião dos pais em relação à religião é levada em consideração na estruturação do PPP?

sim não parcialmente

11. Você conhece a proposta curricular de Ensino Religioso do município?

sim não parcialmente

12. Na sua concepção, essa proposta contextualiza a religiosidade na Educação Básica?

sim não parcialmente

13. O que você entende por pluralismo religioso?

14. Há momentos de formação ou capacitação profissional sobre a religiosidade na Educação Básica?

sim não parcialmente

15. A temática desta pesquisa tem grande relevância no cotidiano escolar, pois leva a equipe a refletir e se posicionar a respeito de situações de exclusão de identidade, em que os/as alunos/as não podem participar de datas comemorativas em função de sua religião. Registre suas considerações:

ANEXO A - Autorização para a Pesquisa



Faculdade Unida de Vitória
 Recredenciamento Portaria MEC nº 918 de 17/08/2016
 DOU de 18/08/2016




Vitória/ES, 22 de março de 2018.



O Coordenador do curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio desta apresentar o(a) aluno(a) **Kátia Belan Silva** portador(a) do CPF **987.678.606-72**, e regularmente matriculado(a) nesta Instituição de Ensino Superior, sob o número de matrícula **3027694**, no curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões.

O(a) aluno(a) é orientando(a) do(a) Professor(a) Dr(a). Valdir Stephanini e sua pesquisa tem como tema: "A religiosidade na educação básica: uma prática naturalizada em escolas de Vila Velha (ES)". O trabalho se presta a fins acadêmicos.



Osvaldo Luiz Ribeiro
 Coordenador do curso de Mestrado
 Profissional em Ciências das Religiões



Nelcilene Lauriano

Rua Engenheiro Fábio Ruschi, 161, Bento Ferreira, Vitória/ES – CEP 29.050-60
 (27) 3325-2071 / 0800 770 2071 / www.faculdadeunida.com.br

Nelcilene Lauriano
 Diretora Escolar
 Port. N° 261/2018

CEE – Centro de Estudos Especializados
 CNPJ.: 03.962.607/0001-40



Faculdade Unida de Vitória
 Recredenciamento Portaria MEC nº 918 de 17/08/2016
 DOU de 18/08/2016



Programa de Pós-Graduação
 em Ciências das Religiões

Vitória/ES, 22 de março de 2018.



O Coordenador do curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio desta apresentar o(a) aluno(a) **Kátia Belan Silva** portador(a) do CPF **987.678.606-72**, e regularmente matriculado(a) nesta Instituição de Ensino Superior, sob o número de matrícula **3027694**, no curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões.

O(a) aluno(a) é orientando(a) do(a) Professor(a) Dr(a). Valdir Stephanini e sua pesquisa tem como tema: "A religiosidade na educação básica: uma prática naturalizada em escolas de Vila Velha (ES)". O trabalho se presta a fins acadêmicos.

Osvaldo Luiz Ribeiro
 Coordenador do curso de Mestrado
 Profissional em Ciências das Religiões

UMEF DE TEMPO INTEGRAL
 "Senador João de Medeiros Calmon
 Ato de Criação: Dec. Nº 073/99 de 01/02/99
 Ato de Aprovação: Res. CME Nº 10/05 (art. 72) de 19/04/06
 Rua: Sebastião Silveira, S/ Nº
 Praia das Gaivotas - Cep: 29102-571
 Vila Velha - ES. Tels.: 3319-1752 / 3349-2545